

ADRIANO MAURICIO TRENTIN

PRISÃO E *RESSOCIALIZAÇÃO*:

**Notas sobre a construção de identidade entre os egressos do sistema
penitenciário.**

**UFPR
Curitiba
2011**

ADRIANO MAURICIO TRENTIN

PRISÃO E *RESSOCIALIZAÇÃO*:

**Notas sobre a construção de identidade entre os egressos do sistema
penitenciário.**

Dissertação apresentada à banca examinadora do
programa de pós-graduação em sociologia da
UFPR, como exigência parcial para obtenção do
título de Mestre em Sociologia, sob a orientação
do Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes.

**Curitiba
2011**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

ATA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata da Sessão Pública, de defesa de dissertação para obtenção do Título de **Mestre em Sociologia**. No dia 14 de outubro de 2011, às 16:00 horas, nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, composta pelos Professores Doutores Dimas Floriani (UFPR), Clara Romam Borges (UFPR) e Pedro Rodolfo Bode de Moraes (UFPR)- Orientador e Presidente da Banca Examinadora, com a finalidade de julgar a dissertação do(a) candidato(a) **Adriano Mauricio Trentin**, intitulada "PRISÃO, PRESOS E RESSOCIALIZAÇÃO: NOTAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE ENTRE OS EGRESSOS DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO", para obtenção do grau de mestre em Sociologia. O desenvolvimento dos trabalhos seguiu o roteiro de sessão de defesa estabelecido pela coordenação do curso, com abertura, condução e encerramento da sessão solene de defesa feito pelo orientador Dr. Pedro Rodolfo Bode de Moraes. Após haver analisado o referido trabalho e argüido o(a) candidato(a), os membros da banca examinadora deliberaram pela ".....APROVAÇÃO....." do(a) acadêmico(a), habilitando-o ao título de Mestre em Sociologia, linha de pesquisa "Cultura e Sociabilidade" da área de concentração em Cultura e Poder, desde que apresente a versão definitiva da dissertação conforme regimento interno do programa. Curitiba, 14 de outubro 2011.


Prof Dr. Dimas Floriani


Prof Drª Clara Romam Borges


Prof Dr. Pedro Rodolfo Bode de Moraes
Orientador e presidente da banca examinadora

Banca Examinadora

Prof^o Dr. Dimas Floriani (PPGS – UFPR)

Prof^a Dr. Clara Roman Borges (PPGD – UFPR)

Prof^o Dr. Pedro R. Bodê de Moraes (PPGS – UFPR – Orientador)

Agradecimentos

Aos meus pais que mesmo de uma forma indireta sempre me apoiaram em meus estudos.

Aos meus amigos por todas as cervejas e todas as conversas tão importantes durante todo o mestrado.

Aos colegas de trabalho do Sesc-Pr, que sempre foram compreensivos com as urgências por conta da dissertação.

Aos professores Dimas Floriani e Alexandro Dantas, que na banca de qualificação apresentaram uma série de questões, críticas e dicas que me ajudaram muito na composição final deste trabalho. Um agradecimento especial ao professor Dimas, que durante toda a graduação sempre foi um exemplo de professor e pesquisador.

Ao professor Pedro Bodê, orientador dessa pesquisa, que sempre dialogou de maneira franca e direta todas as questões surgidas durante a pesquisa. Agradeço especialmente pelo incentivo e apoio dado às minhas ideias desde dos primórdios da pesquisa.

Ao meu amigo Sérgio “Juvenal” Rabelo que sempre com resignação me acompanhou nas batalhas contra os moinhos de vento que surgiam no caminho.

A minha querida Mayara Machado, por me apoiar e me respeitar em todos os momentos, me fazendo repensar todas as noções de amor, companhia, carinho e amizade. A escassez de angústia e estresse na escrita desde trabalho é de sua completa responsabilidade.

Por fim, esta pesquisa não existiria sem o apoio da CAPES, que através de uma bolsa de mestrado, possibilitou todo este trabalho.

*“A dor submete. A dor humilha até nos fazer qual pó de estrada,
Tapete do mundo. Dizem que ensina. Sem dúvida, ensina.
Principalmente a não querê-la mais, de modo nenhum, por mais
que contenha qualquer ensinamento. Mas, né, quem somos nós,
miseráveis mortais, para querer ou não?”*

(Luis Alberto Mendes. Memórias de um Sobrevivente.)

RESUMO

As discussões acerca do desencarceramento são permeadas pelo fracasso da instituição penal em possibilitar a *ressocialização* de seus internos. Partindo de conceitos como instituição total e sociedade dos cativos, a maior parte dos estudos professa a potencialidade da prisão em perpetuar as identidades criminosas em seus abrigados. Porém ao atentar para as realidades concretas dos indivíduos que passaram pela tutela prisional, vemos que nem todos abarcam o mundo do crime. Muitos, ao saírem da prisão, buscam outras formas de vida que estejam afastadas das atividades criminais.

Nossa pesquisa de mestrado teve como objetivo acompanhar durante o processo de desencarceramento a (re)construção de identidades dos agentes que passaram pelo sistema penitenciário. Para isso, se fez necessário investigar a noção que o agente faz de sua experiência carcerária e as implicações desse estigma em sua retomada a sociedade mais ampla. Buscamos apresentar as trajetórias dos atores sociais que passaram pelo encarceramento como uma forma de compreender como os agentes sociais transformar seus destinos, sofrendo as ações das estruturas sociais e modificando as mesmas estruturas com suas ações. Ao remontar as estratégias usadas pelos atores sociais para se afastar de um papel social que é construído pela prisão, se apresenta a apropriação subjetiva da experiência prisional, que, neste caso, é diversa daquela apresentada oficialmente pela instituição, que será usada discursivamente para justificar suas novas escolhas nas novas dinâmicas sociais vividas pelos agentes. Serão apresentadas trajetórias sociais de pessoas que passaram pelo sistema penitenciário e retomaram suas vidas. Através das dinâmicas e conflitos sentidas subjetiva e objetivamente é que discutiremos noções como identidade, cultura prisional, estigma, biografia e trajetória social.

Palavras chave: Trajetória social, egressos do sistema penitenciário, construção de identidade.

ABSTRACT

The discussions on the extrication are permeated by the failure of the penal institution in enabling the rehabilitation of their inmates. Based on concepts such as total institution and society of captives, most studies prison professes the potential to perpetuate criminal identities in their shelter. But pay attention to the concrete realities of people who passed through the prison custody, we see that not all cover the world of crime. Many leave prison to seek other forms of life that are away from criminal activities. Our master's research aimed to follow during the extrication process of (re) construction of identities of agents who went through the prison system. For this, it was necessary to investigate the notion that the agent makes his prison experience and the implications of this stigma in their resumes the wider society. We seek to present the trajectories of social actors who have gone through incarceration as a way to understand how social actors transform their destinations, suffering from the actions of social structures and modifying the same structures in their actions. When reassembling the strategies used by social actors to move away from a social role that the prison is built, it presents the subjective appropriation of the prison experience, which in this case is different from that officially presented by the institution that will be used to justify their discursively new choices in the new social dynamics faced by the agents. Social trajectories will be presented to people who visited the prison system and resumed their lives. Through the dynamics and conflicts experienced subjectively and objectively discuss is that notions such as identity, prison culture, stigma, biography and social trajectory.

Key-Words: Social trajectory, former prisoners, construction of identity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. Passos metodológicos	15
1.1. <i>Como trabalhamos</i>	<i>16</i>
1.2. <i>Discussão sobre a biografia e trajetória social</i>	<i>18</i>
2. Apresentação dos casos empíricos	23
2.1. <i>Caso I: Estigma e Distinção: a trajetória de um preso artista</i>	<i>23</i>
2.1.1. <i>Notas metodológicas</i>	<i>23</i>
2.1.2. <i>Socialização na Prisão e “ressocialização”</i>	<i>24</i>
2.1.3. <i>A Trajetória de O.</i>	<i>26</i>
2.1.4. <i>De Preso à artista</i>	<i>28</i>
2.2. <i>Caso II: História de A.</i>	<i>33</i>
2.2.1. <i>Notas Metodológicas</i>	<i>33</i>
2.2.2. <i>A Trajetória de A.</i>	<i>34</i>
2.2.3. <i>A prisão vista por uma presa.</i>	<i>35</i>
2.2.4. <i>Sexualidade e Subjetividade na prisão</i>	<i>38</i>
2.2.5. <i>Trabalho e as relações com o sistema penitenciário</i>	<i>40</i>
2.2.6. <i>Relações construídas na prisão</i>	<i>42</i>
2.3. <i>Caso III: Um caso “perdido” e dois casos literários.</i>	<i>44</i>
2.3.1. <i>Uma entrevista interrompida</i>	<i>45</i>
2.3.2. <i>Duas trajetórias literárias</i>	<i>48</i>
2.3.3. <i>Memórias de um sobrevivente</i>	<i>49</i>
2.3.4. <i>Uma voz sobrevivente</i>	<i>52</i>
3. Controle social, prisão, presos e ex-presos.	57
3.1. <i>Controle social como temática fundamental da sociologia</i>	<i>57</i>
3.2. <i>Prisão como instituição central para os processos de controle social perverso</i>	<i>60</i>
3.3. <i>Preso e ex-presos</i>	<i>73</i>
3.4. <i>Ressocialização: Categoria nativa</i>	<i>75</i>

4. Socialização na vida adulta.	80
4.1. <i>Socialização: Tema clássico da sociologia</i>	80
4.2. <i>Papel da socialização na vida adulta</i>	83
4.3. <i>A força da socialização na vida adulta</i>	84
5. Vida em uma instituição total.	89
5.1. <i>Entrada em uma instituição penal (a aprendizagem)</i>	91
5.2. <i>Instituição total</i>	95
5.3. <i>Mortificação do Eu</i>	98
5.4. <i>Reformulação da vida</i>	101
6. Construções de Identidades.	106
6.1. <i>Ser preso e estar preso</i>	107
6.2. <i>Como a experiência prisional molda a subjetividade: Modos de ver a prisão.</i>	<i>109</i>
6.3. <i>Construção da identidade fora da prisão: Não estar / ser mais preso</i>	<i>113</i>
Considerações Finais.	119
Referências Bibliográficas.	121

Introdução

A prisão é um objeto freqüente nas discussões acadêmicas, midiáticas e do senso comum. Cada vez mais a prisão é tema de matérias jornalísticas, filmes, literatura, música e arte. Esses debates são marcados pelo fracasso institucional na tentativa de recuperar seus internos. Para a construção dessa linha explicativa, foca-se nos aspectos totalizantes da experiência prisional e na sua particular força para a socialização em um outro mundo, repleto de regras e normas que são diferenciadas daquelas da sociedade mais ampla. Essa percepção sobre a prisão, desde a acadêmica até a social que descende do senso comum, acaba por gerar representações sobre a instituição prisão e seus habitantes, sejam eles internos ou integrantes da equipe dirigente.

Seja a prisão a *escola do crime* ou uma *instituição total*, os indivíduos que por ela passaram adquirem uma marca que os torna incapaz de se desvincularem ou de serem desvinculados com o mundo do crime. Essas considerações estruturais sobre a experiência prisional fazem com que o objeto das pesquisas esteja vinculado a temáticas que vão das organizações criminosas aos reincidentes penais, e, segundo esta visão, os protagonistas do sistema penitenciário estão vinculados ao mundo do crime. Mesmo considerando que essa afirmação é um *achado sociológico*, um conjunto de conhecimentos articulados teoricamente a partir da pesquisa empírica, consideramos que esta afirmação é generalista. Ao buscarmos a compreensão de um fenômeno residual, como o que será apresentado aqui, tentaremos aumentar o escopo do entendimento sobre a forma de controle social perverso, encarnado na prisão através dos reflexos gerados nos indivíduos que por ela passaram.

Essa dissertação pretende buscar uma compreensão do universo prisional a partir de uma perspectiva focada nas histórias de vida e trajetórias pessoais, para que estas se

apresentem como um guia para a interpretação do universo penitenciário. Ao fazer aparecer *pequenas histórias*, sentimentos e práticas, tentaremos entender a prisão através da ótica dos ex-presos. É por meio das experiências e representações que os ex-presos fazem sobre a prisão que iremos buscar a chave para a compreensão desta “instituição completa e austera”. Destacamos que esse momento de apresentação da pesquisa, a qual à primeira vista pode parecer tão somente uma discussão teórica, está embebida por todas as entrevistas, conversas, observações e reflexões. Portanto, todas essas discussões estão intrinsecamente ligadas à apresentação dos casos estudados. Esse tipo de apresentação nos parece uma melhor forma de condensar algumas questões que possam aparecer no decorrer da pesquisa, que, de outro modo, poderiam parecer como menos importantes no decorrer da escrita. Pretendemos visibilizar uma série de discussões sociológicas que foram extraídas diretamente do trabalho de campo e seus achados empíricos. Além do mais, em nosso entendimento, a tarefa da pesquisa sociológica é muito maior que a de simplesmente descrever uma face da realidade social, sendo o objetivo maior de nosso ofício interpretar e compreender uma realidade específica¹.

Aprendemos que o mais importante em uma pesquisa sociológica é a explicação do objeto e a compreensão dos processos que regem o mundo social, e não uma filiação canônica e o uso de um corpo teórico. Com isso em mente, não nos sentimos constrangidos em aproximar autores e teorias tomados como contrários. Achamos que o ganho em aproveitar o melhor de cada autor é maior que o da coerência “teórica”.

Sobre essas reflexões acerca de autores e teorias em função de determinadas formas de apropriação e utilização, seguimos o conselho que Howard Becker recebeu de Everett Hughes em relação à utilização da obra de Georg Simmel: “não para obter uma

¹ O formato desta dissertação é inspirada diretamente pela metodologia de Bernard Lahire “Retratos Sociológicos” (2004). Neste livro, Lahire discute algumas questões centrais, que surgiram nas entrevistas realizadas, em tópicos, antes de apresentar diretamente os retratos feitos.

plena compreensão do que o autor poderia ter querido dizer, mas como uma maneira de gerar idéias que eu pudesse usar em minhas próprias pesquisas e em meu pensamento” (BECKER, 2007 p. 180). Sabemos que muitos autores utilizados aqui não se prestam a esse tipo de apropriação, pois suas discussões se constroem em forma de sistemas de pensamento, impossibilitando uma utilização de seus conceitos e teorias de uma maneira livre.

Ao apresentar um debate com Goffman, Bourdieu, Lahire, Becker, Sykes, Pollack, Strauss e outros, mais do que pontuar suas contribuições para a história das ciências sociais e a coerência lógica entre as diferentes teorias, nos apropriaremos de suas idéias no afim de responder os nossos “problemas de pesquisa”. Esse lembrete valerá para todo esse trabalho.

Isto posto, vale a explicitação sobre a forma como vamos nos referir às muitas teorias das ciências sociais utilizadas aqui e a maneira como vamos utilizar seus conceitos. Partimos da noção que os conceitos, seja em ciências sociais ou em qualquer outra ciência, são localizados geográfica e espacialmente e que se referem a realidades específicas de pesquisa. Lembrando novamente Howard Becker: “Gostamos de pensar que nossos conceitos são atemporais e universais, que representam categorias básicas do comportamento humano e da organização social” (BECKER, 2007 p.08). Apesar dessa maneira que as ciências em geral gostam de pensar o mundo, buscaremos localizar nossos debates teóricos e operacionalizar os conceitos, respeitando seus limites, mas os adequando às especificidades da nossa pesquisa. Assim, nossas discussões conceituais estarão sempre em diálogo com os dados empíricos, continuando ao lado de Becker “Como conceitos são maneiras de sumarizar dados, é importante que eles sejam adaptados aos dados que vamos sumarizar” (BECKER, 2007 p. 146). Os conceitos aqui

utilizados serão moldados pelos exemplos empíricos que possuímos para pensarmos sobre os problemas contidos na pesquisa.

Essas discussões nos remetem às críticas feitas por Bourdieu (2000) sobre a *teoria teórica*. Para o autor, é inviável cientificamente separar teoria e pesquisa, pois “é somente em função de um corpo de hipóteses derivado de um conjunto de pressuposições teóricas que um dado empírico qualquer pode funcionar como prova” (BOURDIEU, 2000 p. 24.). Esta disposição nos afasta de uma discussão teórica dos conceitos, pois consideramos que estes devem ser debatidos em relação a um objeto contextualizado no interior de uma pesquisa, tensionando os conceitos não em si e por si mesmos, mas sempre no momento em que estes são postos para funcionar, sempre atrás da *lógica das coisas* e não das *coisas da lógica*. É dessa maneira que os conceitos serão refletidos e discutidos no interior desta dissertação. Essa disposição epistemológica serviu também para a organização de todo o texto, sempre procurando não separar nosso material empírico das discussões teóricas utilizadas para a interpretação do *caso particular do possível*.

No primeiro capítulo, apresentaremos nossos passos metodológicos. Neles serão expostos as formas utilizadas por nós para a aproximação do objeto e a construção de um campo para a pesquisa. Serão apresentados também os debates teóricos nas quais nossas discussões se inscrevem como a investigação através da construção de *trajetórias sociais*, assim como o uso de entrevistas como metodologia de pesquisa e a utilização de um número pequeno de trajetórias para a pesquisa.

No segundo capítulo, será apresentado o material empírico que serviu como base para a construção das reflexões aqui expostas. Serão dois casos trabalhados com maior profundidade, dois outros casos em que as entrevistas foram interrompidas e, por fim, uma reflexão usando como dado de pesquisa relatos de presos e ex-presos na literatura.

As entrevistas que buscaram compreender como os agentes acabaram modificando as estruturas sociais através do seu destino foram realizadas para construir dados que nos possibilitassem realizar uma discussão sobre a teoria da ação.

No capítulo 3, serão expostas as discussões sobre o controle social e o sistema penitenciário. Lembramos que, após fazermos uma pequena apresentação da noção clássica de controle social, iremos nos ater às discussões sobre as ações das agências policiais como mecanismo de controle. Essa linguagem mais macro sociológica não significa que nós consideremos que o controle exercido pelas agências policiais seja a principal forma de controle social. Apresentaremos como, a partir de dinâmicas políticas e culturais, a prisão se converte na forma máxima de controle social *perverso*. Serão também apresentadas as discussões sobre como os presos e ex-presos refletem em suas vidas as formas de disciplina e sujeição gerenciadas pela instituição prisional.

No capítulo 4, abordaremos a questão da socialização, tema clássico da sociologia, mirando a sua importância durante a vida adulta, focando na significação das relações firmadas em um dado momento na vida dos indivíduos como base para a formulação de disposições específicas e no aprendizado de papéis sociais determinados. É a partir dessa chave que veremos os indivíduos que passaram pela prisão e estão em liberdade no estabelecimento de suas relações sociais.

O capítulo 5 versa sobre a vida em uma instituição total. A prisão se apresenta como uma forma exemplar de instituição total, atuando na morte civil de seus internos, despojando os sujeitos de suas identidades e papéis sociais. Apresentamos como a força da instituição e da cultura formada dentro da prisão se apresenta aos internos desde o primeiro momento em que estes adentram em seus muros. Ao mesmo momento em que aprender a cultura prisional é em última instância uma questão de sobrevivência, a identidade do interno é forjada de uma determinada maneira, que os vínculos sociais

passados são enfraquecidos e novos laços são atados às suas identidades. Terminamos o capítulo mostrando que mesmo em um ambiente onde os indivíduos são ostensivamente subjugados há a possibilidade de estes reformularem suas vidas.

No último capítulo, apresentaremos os achados referentes à (re)construção das identidades. O tema identidade é assunto recorrente nas ciências sociais contemporâneas mesmo os vários autores não chegando a um consenso e a cada momento a questão da identidade se revela mais difuso, complexo e contraditório. Apresentamos questões referentes às identidades de presos forjadas pela prisão e às problemáticas de manutenção dessa noção fora do sistema penitenciário. A reconstrução identitária vivenciada pelos egressos da prisão se inicia logo no momento em que as bases de sustentação das antigas identidades desaparecem, e isso muitas vezes ocorre quando o indivíduo deixa a prisão, passando a ser mediada nos espaços públicos freqüentados pelos egressos e a todo o momento em sua vida privada.

Para fechar estas notas introdutórias, todas as discussões que serão daqui para frente apresentadas tratam de um indivíduo que é ao mesmo tempo agente e agido do mundo social. Indivíduo que ao agir com base em como o mundo social o moldou, transforma esse mundo. Um indivíduo que para agir se veste e reveste de vários papéis sociais que necessitam por conta de suas vontades ou contra as suas vontades ser encenados.

Capítulo 1: Passos Metodológicos

Buscamos, de acordo com as sugestões de Becker (2007 e 1986) e Pollak (1992), perceber que quando um ator social conta a sua *trajetória social* estamos diante de uma construção individual e social cuja memória seleciona e distingue os fatos que o agente em questão *entende* como relevantes para a construção de sua identidade, do que ele é no mesmo momento em que produz a *narrativa de si*², que acaba por definir características identitárias, principalmente em momentos de transformação e mudança. Segundo Pollak:

a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK: 1992, p.204)³

Essa idéia se torna muito importante quando se trata de um ator que se esforça para apagar um fator essencial no seu processo de socialização. Ao buscar uma nova identidade, vários acontecimentos e o próprio tempo transcorrido necessitam ser reinterpretados para gerar uma nova visão sobre esses eventos tidos como importantes, para assegurar uma sequência lógica e coerente de história de vida, e, assim, da própria identidade⁴.

² A narrativa de si, explicada por Sennett (2005) proporciona além da constituição de uma história de vida compreensível e linear, produz um senso de respeito próprio. Em ambientes instituições onde a incerteza e o sentimento de imprevisibilidade impera a organização dessa narrativa se dá de forma ainda mais conflitiva.

³ Por mais que a memória não seja o tema principal dessa dissertação, ela tem um peso importante pois os indivíduos ao contarem suas vidas nas entrevistas, atualizam e reatualizam sua memória.

⁴ Assim, para O. é importante para a construção de uma história de vida ou uma reconstrução da trajetória o recalque da experiência prisional.

Outra questão metodológica a ser abordada é em relação ao fato de cunhar considerações com base em um único caso. Para justificar as nossas escolhas, seguimos as sugestões de Lahire, que exalta a preocupação em:

não guardar um único tipo de acção no espírito e de não teorizar por generalização abusiva, mas sim, pelo contrário fazer variar sistematicamente os casos do possível, por vezes até aos casos limites e quase absurdos (sendo o raciocínio *ab absurdo* (por absurdo) uma boa maneira de compreender a lógica dos casos normais que se furta ordinariamente ao olhar. (LAHIRE, 2001 p. 15).

Esses casos de exceção são usados como refutações pontuais às nossas teorias e para apresentar novas hipóteses não verificáveis em outros estudos. Com isso, o estudo de caso é uma peça em um mosaico.

1.1. Como trabalhamos

Aqueles que estudam o sistema penitenciário sabem a dificuldade que é obter informações sobre os membros desse mundo à parte. Todos os seus integrantes partilham em algum aspecto com o código moral existente no interior das prisões, externalizam suas desconfianças e inseguranças sobre os curiosos sobre o tema. Em nosso caso, não foi diferente. Houve uma série de dificuldades que tiveram que ser contornadas para a realização dessas entrevistas. A maior delas se refere à aproximação com os indivíduos que detêm experiência prisional.

Essa pesquisa iniciou-se com uma série de tentativas junto ao Departamento Penitenciário do Estado do Paraná (Depen-Pr) a fim de obter autorização para a realização da pesquisa junto ao Patronato Penitenciário do Paraná (PATR). Após receber a autorização do coordenador do Depen-Pr, necessitávamos da liberação da diretora do Patronato. Depois de uma jornada de insistências, recebemos a autorização

para realizar a pesquisa, contanto que não usássemos nenhum recurso do patronato (sala, mesas, etc.) e com o comprometimento que quando do fim da pesquisa nós disponibilizaríamos uma cópia de nossa dissertação para a direção da unidade⁵.

O sistema de atendimentos no Patronato penitenciário do Paraná ocorre com dia marcado e por ordem de chegada, atendendo aos egressos pela manhã e pela tarde. Os ex-presos devem passar por atendimento psicológico, jurídico e de assistência social uma vez ao mês. Os atendimentos são previamente agendados mês a mês e os egressos chegam por volta da 07h30 para a distribuição das senhas, para atendimentos, que iniciam às 8 horas. Os ex-presos aguardam em um pequeno espaço coberto e com poucas cadeiras, que quando totalmente ocupadas, os egressos ficam em pé no sol, pois na época das entrevistas era julho e a temperatura era baixa. Muitos dos egressos esperam o seu atendimento acompanhados pelas suas esposas e pelos filhos.

Foi no local de espera para esses atendimentos que nós abordamos os egressos do sistema penitenciário para participar de nossa pesquisa. Nenhum deles, porém, nos deu alguma informação valiosa e muitos sequer quiseram falar conosco. Tivemos, então, que tentar outra abordagem, utilizando questionários anônimos com perguntas objetivas e com a opção ao final sobre a possibilidade de responder mais algumas perguntas sobre o tema. Foi dessa forma que conseguimos a primeira aproximação com nossos entrevistados.

Após conseguir os contatos telefônicos e e-mails deixados no final do questionário, ligamos e marcamos para a realização das entrevistas, sendo duas realizadas no centro da cidade de Curitiba e outra na loja em que trabalhava a pessoa. Essa aproximação foi valiosa, mas não o suficiente para fazer com que os ex-presos falassem. Estabelecer uma relação de confiança necessária para conversar sobre temas

⁵ No momento em tentávamos continuar com a busca por novas entrevistas, o patronato fechou suas portas. Isso ocorreu, segundo nossa interpretação, por razões políticas pois estava no período eleitoral.

extremamente constrangedores, como ter cometido um crime e ter passado pela prisão, é deveras complicado. Muitas tentativas feitas por nós durante a pesquisa foram em vão quando essa relação de confiança não foi estabelecida, e as perguntas tinham respostas monossilábicas. Mesmo contando com poucos casos empíricos, acreditamos ter material suficiente para comprovar nossas hipóteses de pesquisa.

1.2. Discussão sobre a biografia e trajetória social

O método *biográfico* de pesquisa serviu como base em uma grande gama de estudos da chamada *escola de Chicago*, contudo, parece ter sido alvo de críticas e acabou sendo esquecido no decorrer da história da sociologia, principalmente após as críticas feitas por Pierre Bourdieu⁶. Para armar-se o suficiente para uma pesquisa, na qual a técnica da história de vida é utilizada, buscamos um cruzamento das reflexões de Bourdieu e Becker sobre o tema. A nosso ver, as compreensões de biografia e história de vida de ambos os autores se aproximam em vários pontos, por exemplo, na recusa do lirismo e do uso de eventos chaves para o *ator*, eventos que o pesquisador tem por obrigação questionar e compreender o seu uso.

Assim, a noção de biografia estará presente como uma construção sociológica na qual o pesquisador estimula a construção da trajetória de vida do entrevistado, e não como um artifício literário. Vale a pena lembrar que Sennett (2005), embora não problematize metodologicamente o recurso biográfico em suas pesquisas, trabalha com material biográfico para tecer suas reflexões, apesar que o autor prefira utilizar a terminação *narrativas de si* ao invés de biografia.

⁶ C.f. “a ilusão biográfica” In. *Razões Práticas* (2003) e *Esboço de Auto-análise* (2006)

As ciências sociais vivem um momento de crise de paradigmas e de revisão de seus modelos interpretativos em busca de explicações mais palpáveis sobre o mundo social. A biografia aparece como uma forma de compreender os seres humanos em seus aspectos mais comuns e cotidianos, em busca de reconstruir as relações entre as normas e as práticas, interpretando os momentos de incertezas e de dúvidas, que acentuam o caráter contraditório, fragmentário e dinâmico dos processos de construção de identidade.

Não se trata de aceitar todo material biográfico e autobiográfico como material de coleta já estabelecido *a priori*. Bourdieu em seu famoso artigo⁷ já demonstrava os empecilhos porque estes materiais não devem ser utilizados como única narração biográfica para se alcançar o indivíduo. Assim, os romances, que prezam muito mais pela parte estética que pela lealdade aos fatos ocorridos, ou pela ocultação dos interesses expressos pela construção das *narrativas de si*, não possam ser utilizados como fonte primária. A autobiografia também é problemática a partir do momento em que é o autor quem escolhe os fatos para apresentar de acordo com a imagem desejada a ser construída, negligenciando “fatos menores” ou desagradáveis, sempre à procura de uma coerência biográfica, que é construída *a posteriori* pelo indivíduo. A sugestão de Bourdieu é o uso da noção de trajetória. Esse conceito daria conta da objetivação das relações entre os agentes e as forças presentes em um determinado campo. Logo, a trajetória de um indivíduo seria o movimento deste dentro de um campo ou entre campos. Pensamos nós que essa noção de trajetória é muito próxima da idéia de Becker de história de vida, pensada como carreira de um ator social tendo como relevância a comunhão entre aspectos objetivos dos constrangimentos institucionais ou dos papéis sociais com a sensação subjetiva que os atores fazem desses estímulos sociais. Colocada

⁷ Cf. A ilusão biográfica (BOURDIEU, 2003).

dessa forma, a questão da biografia, história de vida ou trajetória é posta muito próxima em ambos os autores, que sugerem que esses processos são formas singulares de se percorrer o mundo social.

Concordando com estas críticas apresentadas por Bourdieu, buscamos uma brecha para justificar nossas escolhas. Primeiramente, a biografia que falamos difere daquela apresentada por Bourdieu, que foca suas digressões aos romancistas em suas autobiografias. Nas entrevistas, fomos apresentados a momentos de hesitações por partes dos entrevistados, como se a reflexão sobre o que foi perguntado acontecesse pela primeira vez no momento da pergunta⁸, impossibilitando, assim, o total controle sobre a informação com o objetivo de construção de uma imagem e identidade. Esse pensamento difere da posição habitual em que “a rotina acadêmica tende a pensar a entrevista como uma situação que permite fazer dar à luz uma informação (opiniões, representações, etc.) que preexistia à relação de entrevista, como um objecto envolto por uma cápsula dentro da cabeça do entrevistado” (LAHIRE, 2001 p. 101).

Outra questão importante é que a construção biográfica feita pelo pesquisador através da narração de histórias de vida, sendo mais prosaica, faz do método biográfico mais submisso aos objetivos do sociólogo, possibilitando que a não preocupação com os valores artísticos e com a construção de uma nova imagem⁹, os relatos possam ser mais fieis à experiência do sujeito, permitindo uma interpretação mais próxima de sua visão de mundo. Partimos dos esclarecimentos feitos por Becker (1986). Segundo o autor, a biografia é bastante útil para esclarecer os aspectos subjetivos de processos institucionais. Sendo este o nosso objetivo, continuamos com suas explicações, sobre como o método biográfico é essencial

⁸ Justificamos essa afirmação, colocando o fato de que os problemas sociológicos diferem muito dos problemas da vida real, possibilitando este vácuo entre a pergunta sociológica e o pensamento do ator.

⁹ Apenas ressaltando, nos momentos da pesquisa, os entrevistados sabiam que nós sabíamos de sua passagem pela prisão, crime cometido, etc.

pour comprendre la conduite d'un individu, on doit savoir comment il percevait la situation, les obstacles qu'il croyait devoir affronter, les alternatives qu'il voyait s'ouvrir devant lui; on ne peut comprendre les effets du champ des possibilites, des sous-cultures de la delinquance, des normes sociales et d'autres explications de comportement communément invoquées, qu'en les considérant du point de vue de l'acteur (BECKER, 1986 p. 106).

Dessa forma, os estudos de histórias de vida são essenciais para a se compreender o desenvolvimento do processo da experiência individual no interior de uma ação institucional, concebendo os limites das forças objetivas e de seus efeitos subjetivos.

Esta dissertação se apóia sobremaneira nas concepções de Bernard Lahire (2001), em que as experiências socializadoras podem ser interpretadas e sentidas de forma particular pelos indivíduos. Propomos estudar a prisão e o encarceramento a partir dos sujeitos que tiveram uma passagem pelo sistema penitenciário, mas não abarcaram o mundo do crime. Além dos processos de criminalização já citados, no caso brasileiro é muito complicado pensar sobre a reincidência criminal, já que não existem dados confiáveis, aonde encontramos apenas os dados sobre a reincidência penitenciária, por isso, quando nos referirmos sobre reincidência, a informação utilizada será a da reincidência penal.

Partindo da afirmação de Lahire, na qual “os estudos de caso, de fato, não se referem a ‘pessoas singulares’, mas a uma parte daquilo que o mundo social refletiu nelas” (Lahire: 2004, p. VII), é possível afirmar que os indivíduos são definidos por seu conjunto de ações, relações, pertencimentos, seu passado e seu presente. Assim mesmo, abordando um caso específico, trataremos de falar de um espaço do possível no interior do sistema prisional, que pode gerar identidades discrepantes com as de criminosos.

Como apresenta Lahire, “a interpretação do sociólogo se baseia nos relatos de práticas” (LAHIRE, 2004 p. VII). É através dessa modulação sociológica que buscaremos reter essas parcelas de vida

Capítulo 2: Apresentação dos casos empíricos.

Agora apresentaremos nossas entrevistas que foram o ponto de partida para nossa reflexão até aqui. Iremos apresentar dois casos em que o grau de confiança estabelecido durante a interação permitiu que as entrevistas evoluíssem para coletar informações importantes. As entrevistas aqui relatadas, juntamente com informações captadas em conversas informais, não foram gravadas, por vontade dos entrevistados, que por estarem em liberdade condicional, não gostariam que suas *confissões* fossem gravadas. Respeitando a urgência das situações e, claro, a vontade dos entrevistados, as informações quando relatadas buscarão ser o mais fiel possível à expressão dos entrevistados.

2.1 Caso I: *Estigma e Distinção: a trajetória de um preso artista*

2.1.1. *Notas metodológicas*

Esta pesquisa iniciou-se em 2005. Ainda na graduação, ao participar de uma visita de reconhecimento à centenária Prisão Provisória de Curitiba, nos deparamos com um ateliê de arte em meio aos pátios da prisão. Nele um homem pintava tranquilamente. Ao adentrar o ateliê, a equipe de segurança relaxou sua postura de vigilância e iniciamos uma conversa com o artista. Após sair do recinto, fomos informados que o artista era um detento. O *relaxamento* nos aspectos de segurança se dava pela tentativa da equipe dirigente em mostrá-lo como um caso de sucesso da instituição. Isso foi algo

um tanto perturbador, já que ele não nos lembrava o estereótipo convencional de um detento. Suas roupas, postura e jeito de falar condiziam com as de um artista, e não com as de um preso.

Desde então iniciamos uma pesquisa, que resultou em nossa monografia de conclusão de curso e uma parte do material empírico de nossa dissertação de mestrado. Foram realizadas entrevistas baseadas na trajetória de vida de O. para compreender como foi possível que um preso se tornasse um artista, a saber, que emergisse uma exceção. Usando o método biográfico, buscamos entender a conduta do indivíduo através de como ele percebe a situação, quais eram os obstáculos a serem enfrentados por ele e as alternativas existentes para atingir o campo das possibilidades para as explicações de comportamento comumente invocadas pelo ator. Dessa forma, a história de vida e a trajetória pessoal são usadas para esclarecer os aspectos subjetivos de processos institucionais. Através da história de vida é possível compreender todo o desenvolvimento do processo institucional de socialização.

2.1.2. Socialização na Prisão e “ressocialização”

Como já foi colocado, a Sociologia se dedicou pouco a compreender as práticas individuais – processos de interação - dentro da prisão. Estudos sobre *ressocialização* têm como foco o mundo do trabalho e da religião e, em menor grau, o da educação. Todas estas atividades, que são em seu princípio coletivas, são realizadas junto a grupos de presos, geralmente tendo como referência uma relação de empregador ou de afiliação, fora do universo prisional. Com essa base empírica coletiva, excluem-se as

ações individuais dentro desses ambientes para a *ressocialização*, favorecendo uma análise macro, por vezes abstrata, na qual que se esquece das dinâmicas individuais no interior da prisão.

As dinâmicas sociais dentro da prisão são constitutivas dos processos de construção de identidade. Ao analisar a história de vida de O., o qual passa por processos como tantos outros presos de *mortificação do eu* e de criminalização¹⁰, nosso questionamento é como foi possível que ele construísse uma identidade que não fosse a de *criminoso*, mas de artista. Essa re-significação da identidade aparece como um meio legítimo, capaz de reverter a socialização à *sociedade dos cativos*. Ao escapar das formas tradicionais de manipular a identidade deteriorada – geralmente o trabalhador manual ou o fanático religioso¹¹ –, ao se constituir como artista, aproximando-se de uma identidade socialmente legítima e que adiciona uma boa dose de capital cultural¹² ao indivíduo, se faz possível a fuga do status de detento e criminoso. Isso demonstra uma estratégia pouco usual de um ator buscando fugir do seu destino, através da *criação* e do aumento de capital cultural imerso nessas relações de produção¹³. Essa identidade pode ser vista como uma forma de resistência ao encarceramento. Ao se distanciar de um *perfil normal de criminoso*, o artista encontra meios para se distanciar da *sociedade dos cativos*, e, com isso, se afastar socialmente das pessoas que convivem de forma mais intensa com essas disposições que são responsáveis pela construção de práticas e valores.

¹⁰ Não obstante os indivíduos que chegam a ingressar na prisão já passem por processos de criminalização, é dentro da prisão que os indivíduos são totalmente criminalizados, no sentido que após passarem por uma estadia na prisão sua integração à criminalidade é completa.

¹¹ Por mais que estas ocupações sejam capazes de gerar ganhos no mundo de “dentro” da prisão, “fora” dela o lucro por exercê-las não será o necessário para o recalque do estigma.

¹² O capital cultural gera lucros diretos em forma de distinção, que proporciona ao agente o efeito de diferença e de distanciamento, colocando-o separado dos demais. Esse lucro dentro da prisão, que tem como regra a massificação e a convivência intensa, gera uma distinção ainda maior.

¹³ O mundo da arte celebra seus encaixados, mas adora descobrir talentos perdidos em lugares sem beleza.

2.1.3. A Trajetória de O.

O. nasceu em Porto Alegre, em 1971. Já em Curitiba, com vinte anos de idade, ele foi preso sob acusação de latrocínio em 1991. Oriundo das classes populares e com baixa escolaridade, quando foi preso ele havia cursado até a quinta série do ensino fundamental. O. descreve sua entrada no sistema penitenciário como um *choque de realidade*. Esse choque seria decorrente de uma trajetória não planejada, em que suas práticas e atitudes o levaram para *dentro* da prisão¹⁴. Ele ficou detido por dois anos e meio no distrito policial, teve uma rápida passagem pelo Centro de Observação e Triagem (COT), onde, após o período de observação, lhe foi concedida, por ordem de um chefe de segurança, uma sala para poder realizar atividades de ilustração para uma gráfica adventista, então religião dele. Depois de pouco tempo, ele é transferido para a Prisão Provisória de Curitiba, onde após o período de quarenta dias de observação e triagem, foi destinado no setor de desenho e pintura da unidade ingressa, setor este inicialmente destinado à produção de informes e cartazes para uso da própria prisão.

Para realizar seu trabalho, O. precisou arranjar seu próprio material para pintar. Com muita dificuldade e com a ajuda de alguns agentes penitenciários, conseguiu *fazer entrar*¹⁵ alguns objetos necessários. Para cada objeto conseguido, era necessário conquistar a confiança da equipe de segurança para a manutenção destes objetos, já que estes poderiam ser utilizados de forma perigosa, como gasolina, espátulas e sprays de tinta. Essa possibilidade de portar objetos não permitidos dentro da prisão nos é relatada

¹⁴ Dificilmente nas entrevistas O. usava a palavra prisão, quando a ela se referia preferia usar a expressão *lá dentro*.

¹⁵ Para conseguir a entrada de objetos dentro de uma prisão, é necessário pedir, através da burocracia da instituição, a permissão de entrada desses objetos. No caso, principalmente de tintas, O. contava com o apoio de um agente penitenciário, que foi repreendido várias vezes pela administração da unidade, que comprava e *fazia entrar*, sem o conhecimento da instituição alguns objetos necessários à continuação de seu trabalho.

por O. como um fruto de conquista de confiança, no sentido que ele todos os dias tinha que provar que esses objetos eram destinados exclusivamente para o seu trabalho.

Sem possuir formação de artista, O. aprendeu técnicas de pintura com um tio, que morava perto de sua casa e era pintor. O tio também o incentivava dando pincéis, tinta e tela. O. trabalhava mais com ilustrações, que podiam ser realizadas dentro do próprio *xadrez*, e, muitas vezes, utilizava de materiais velhos para a confecção de telas para poder pintar, uma espécie de luta cotidiana e paciente para melhorar suas possibilidades de produção. O dinheiro ganho com as ilustrações era utilizado para, além de se manter dentro da prisão, investir na carreira de artista, com compra de telas, tintas e livros de arte.

Em 2000, ele encontrou uma *marchand* que passou a vender¹⁶ seus quadros, conseguir participações em exposições dentro e fora do Brasil, e construir sua imagem de artista. Antes disto, quem o *agenciava* era seu irmão. A *marchand*, através de alguns relacionamentos políticos, passa a conseguir alguns benefícios. Esses contatos eram no sentido de tentar demonstrar que o trabalho realizado por O. era sério e que tinha projeções em outros meios distantes da prisão. Os benefícios eram limitados a uma liberdade para que O. continuasse a produzir sua arte. Ela também conseguiu criar uma visibilidade para ele no momento que começou a agendar entrevistas com jornais e com a televisão para a realização de matérias e entrevistas dentro da prisão, o que acabou por criar um grau de distinção entre os presos¹⁷ e a equipe dirigente¹⁸. Logo ele se tornou a *avis rara* da instituição, o garoto propaganda de um projeto de *ressocialização*.

¹⁶ Em alguns recortes de jornal, era informado que alguns de seus quadros foram vendidos por quatro mil reais. Esse dinheiro, em parte, era usado para um investimento em sua carreira de artista.

¹⁷ Fala de um preso que participou do *projeto bem viver*: “Um exemplo, o cara é um exemplo, pra mim um professor, pra mim ele até pode dar aula na rua lá, já é uma profissão”.

¹⁸ O. foi escolhido para confeccionar um carimbo para os correios, em comemoração ao centenário da instituição.

O. participou como professor do projeto de *ressocialização bem viver*¹⁹, organizado por ele, uma artista plástica e um agente penitenciário. Junto com essas atividades, O. confeccionava produtos de artesanato dentro do *xadrez* com seu companheiro de cela R.. Esses produtos eram cestas de jornal, caixas de madeira e *bichinhos de bolinha de gude* que eram vendidos nos dias de visita. Essa atividade de artesanato, vista como inferior à arte, gerava ganhos financeiros que proporcionava um investimento na produção da arte.

Com a extinção da Prisão Provisória de Curitiba, O. foi transferido para o Centro de detenção e ressocialização (CDR), unidade nova localizada no município de São José dos Pinhais, onde por três meses ficou sem realizar qualquer atividade artística. Em 13 de setembro de 2006, depois de quinze anos de cárcere, O. deixou a prisão e passou a ter sua carreira agenciada por uma empresa especializada em arte²⁰.

2.1.4. De Preso à artista

Compreender como é possível que um preso se construa como artista no interior do sistema prisional é compreender quais são os processos e discursos utilizados para a realização de uma *mágica social*. Esse processo de *transubstanciação simbólica*²¹ transforma um preso, que, por possuir um estigma, ocupa uma posição subalterna no mundo social, em um artista, que possui grande grau de distinção. Mesmo sem ter

¹⁹ Esse projeto organizado por O., um agente penitenciário e uma artista plástica, tinha a intenção de promover, através de atividades terapêuticas com artes, um novo modo de vida. Esse modo de vida, expresso muitas vezes na fala do entrevistado, baseava-se na fuga da realidade capaz de gerar a atividade artística. O projeto era essencialmente recreativo, sem ter a intenção de ensinar técnicas profissionais de arte. Esta idéia de recreação, além de ser importante em um ambiente onde o “tempo demora a passar”, difere das práticas artísticas que são frutos de um *interesse desinteressado*.

²⁰ No escritório desta empresa é que foram realizadas as entrevistas com O. Além das entrevistas, foram utilizados como fonte de análise recortes de jornal e um documentário sobre O.

²¹ Categoria construída por Bourdieu (2004) para dar conta dos processos de transformação simbólica ocorrida a partir de uma associação com algum elemento socialmente distinto.

formação de artista, mas com algum conhecimento em técnicas de pintura, O. nos relatou que o gosto pela arte não foi algo que ele adquiriu na prisão, mas algo que ele já trazia *lá de fora*. Mesmo não sendo fruto da passagem pela prisão, a arte é ali valorizada como uma forma de negar a própria experiência prisional, O. afirma que:

O que me direcionou à pintura foi a falta de opção, a falta de alternativa *aqui dentro*, e eu acabei desenvolvendo aquilo que eu já tinha dado início *lá fora*, não foi algo que surgiu aqui. Só que eu não dava tanta importância, como faz sentido hoje.

A tentativa de não se misturar com os outros presos, foi fundamental na construção de identidade de artista, pois dessa maneira se constrói uma distância física e simbólica necessária para a distinção como artista entre os outros internos. O. diz sempre ter feito uma política de boa vizinhança com os outros presos, mas que nunca pediu nenhum favor nem aos outros presos e nem aos agentes penitenciários. Pelo código de trocas entre presos e agentes penitenciários é duvidoso acreditar que suas demandas, no princípio, fossem atendidas sem uma troca. Depois da *consagração* isso seria plenamente possível, já que esta prática funcionaria como uma demonstração da diferenciação. Ele afirma, ainda, nunca ter gostado de falar gírias e das malandragens da massa²². Mesmo assim, afirma conhecer a moral e os valores dos presos e as leis da cadeia. Sabemos que é impossível pertencer à prisão sem partilhar dos códigos de ética ali existentes. Entretanto, sabemos que existem determinados graus de intensidade na adesão aos valores da *sociedade dos cativos*. Essa adesão controlada à ética da prisão permitiu que a formulação de outra identidade para suplantiar a identidade de preso fosse possível com menos conflito.

²² Muito embora algumas vezes durante as entrevistas alguma gíria fosse declarada.

Esse processo de construção de identidade foi realizado incorporando alguns princípios que a própria prisão tenta inculcar em seus detentos. Estamos falando principalmente da disciplina. O. nos contou que desde que possuía material para a produção de seus quadros, ele passava todo o tempo disponível dedicando-se a alguma atividade artística. “Se você ver meu dia a dia, você vai ver se eu não estou pintando, tô desenhando no *xadrez*, alguma atividade de pintura eu estou envolvido”. Esse uso total do tempo disponível e o apoio dado pela administração da unidade, esse apoio é visto por O. apenas como uma liberdade para ele fazer o que queria fazer. A administração não fornecia nenhuma espécie de material, mas o deixava utilizar o espaço físico do ateliê para realizar suas próprias produções. Esses fatores tornaram possível a confecção de um grande acervo e o desenvolvimento de diferentes técnicas de pintura. Segundo sua *marchand*: “O artista que está aqui fora às vezes não tem tempo, e o O. tem todo o tempo do mundo para praticar sua arte”.

Isso só foi possível pela capacidade de internalização da disciplina e de certo ascetismo, no sentido de negar qualquer prazer mundano para a realização de algo posterior²³. Essa noção de posterioridade tem uma dupla função. Primeiro, nega a necessidade material, que diz respeito às condições materiais de existência²⁴, condição primeira da arte – a negação do econômico e da necessidade -, que mesmo com o *habitus deslocado*, ou seja, a não coincidência do *habitus* produzido com suas condições de funcionamento, permitiu um ganho simbólico: a produção da distinção. Em segundo lugar, constrói as bases de uma relação com o mundo fora da prisão. Essa produção voltada para longe das condições objetivas de existência, acaba por gerar uma distinção *fora e dentro* da prisão. Fora, com a construção de um acervo capaz de ser

²³ Neste momento, mesmo tendo uma postura por vezes crítica ao encarceramento, O. faz uma relativa posituação de sua passagem pela prisão: “se eu não estivesse aqui eu não estaria fazendo o que eu faço hoje”.

²⁴ Por exemplo, a produção de um bem que está deslocado de seu lugar de legitimação, produção, comércio e consagração.

exposto, logo, podendo ser consagrado, e, dentro, com a construção de uma identidade distintiva, capaz de diferenciá-lo entre os presos e frente à equipe dirigente.

Esse efeito de distinção produzido por sua relação com o mundo da arte²⁵ foi refletido tanto em suas práticas como em suas relações com os presos e funcionários. O. se via e era visto como um formador de opinião. Segundo ele, muitas vezes em questões conflitivas, ele era obrigado a dar seu parecer, que era sempre neutro, já que não queria arranjar problemas, tanto com a administração da prisão como com a massa carcerária. Essa atitude era muito importante para a manutenção de sua identidade, que, no fim das contas, era também uma forma de resistir tanto à adesão à massa carcerária e à *sociedade dos cativos*, como ao discurso institucional, que tentava enquadrá-lo como o criminoso que a instituição conseguiu *salvar*.

Tentamos demonstrar que a produção de uma identidade socialmente elevada em um ambiente socialmente deteriorado é imersa em uma série de conflitos lógicos e ontológicos²⁶. Isso é colocado por nosso entrevistado quando este nos revela mais um uso para a expressão *choque de realidade*. O uso da expressão agora se refere ao sentimento confuso de quando ele passa a acreditar que é plenamente um artista, vendo o impacto das dinâmicas de funcionamento da prisão mais forte e intenso. O. nos conta que muitas vezes depois de um dia proveitoso de trabalho ou de alguma visita importante, ao retornar aos procedimentos normais da prisão, principalmente no caso da *geral*²⁷, o desespero e a frustração por pertencer à prisão quase o levaram a desistir, o

²⁵ Além de aparições em revistas e jornais, tanto impressos como televisivos, O. recebia inúmeras visitas. Para ele a mais especial foi a do artista Sérgio Ferro, brasileiro radicado na França.

²⁶ Essa relação entre artista/preso é indicada por Moraes (2005) usando como exemplo a literatura, na qual preso/escritores e escritores/presos participam da construção de uma *percepção do universo prisional*. A construção de uma *percepção do universo prisional* que, naturalmente, O. possui, mesmo se considerando um formador de opinião, ele se recusa a participar dessa construção, para poder continuar manipulando sua identidade e escondendo seu *estigma*. Essa recusa é expressa quando este afirma que não possui como tema de pintura a prisão, já que não quer levar a prisão sempre com ele.

²⁷ Espécie de revista completa nos *xadrezes* e galerias, em que todos os presos ficam nus e sentados com a cabeça baixa, para que ela seja efetuada.

que só não ocorria pelo fato dele já haver realizado “coisas importantes”, como exposições e venda de quadros.

Essa discrepância de papéis leva o indivíduo a uma série de conflitos que acabam por criar-lhe uma imagem de preso que não é tão preso, visto os benefícios que ele possui, e um artista que não é tão artista, pois por sua condição de detento lhe é impossibilitado de participar ativamente das outras atividades do mundo artístico, como freqüentar exposições, galerias, faculdades de artes, etc.

Esses conflitos identitários o fizeram criar estratégias para a ocultação do *estigma* de prisioneiro. Mas essa decisão também parecia conflitiva, no momento que sua *marchand* admitia usar sua história²⁸, por mais que também usasse o discurso da pureza estética da arte, para auxiliar na venda de seus quadros. Outra estratégia usada por O. é (foi?) não pintar nada relativo à prisão. O pintor demonstra a vontade de, primeiramente, não levar a instituição consigo e também de não “fazer pose de injustiçado”. Para nós, isso se apresenta como uma tentativa de manutenção de um segredo, que, de certa forma, vela o *estigma*. O uso da condição de ex-detento, como nos mostrou sua *marchand*, é totalmente legítimo no mundo da arte. Como já tentamos demonstrar, o discurso da arte utiliza a lógica do *criador incriado*, uma vez que sua história de vida serviria para justificar algumas crenças do universo da arte, sendo a principal delas a autonomia do artista frente às condições materiais de existência. Isso, provavelmente, criaria para O. uma nova forma de capital simbólico, logo, uma nova forma de distinção no universo da arte. Contudo, para realizar isto, ele teria que expor seu estigma, que, por ele ser acusado de ter cometido um crime violento, por ser oriundo das classes populares e de não ter sido socializado no mundo acadêmico da arte, poderia custar muito, no sentido de criação de um estilo de vida para o artista.

²⁸ “Além de como *marchand*, vender os quadros dele, eu vendo a história dele, porque o público gosta disso, de saber um pouco mais da vida do artista”.

2.2. Caso II: História de A.

2.2.1. Notas Metodológicas

Seguimos nesta entrevista com o mesmo referencial teórico de toda a dissertação. O primeiro encontro com A. aconteceu na fila para o atendimento no Patronato penitenciário. Ela estava sentada ouvindo música no celular e preencheu tranquilamente o questionário apresentado por nós. De todos os questionários aplicados, ela foi a única que deixou um endereço de *e-mail* para contato. Ao entrarmos em contato por *e-mail* com A., ela deixou claro que poderia colaborar com a pesquisa, mas que só responderia caso achasse conveniente, e somente por *e-mail*. Depois de um período de insistência, A. resolveu nos encontrar para que a entrevista fosse realizada pessoalmente. Ela sugeriu uma lanchonete de *fast-food* localizada no centro da cidade. Aconteceram duas entrevistas face a face, uma na lanchonete e outra em um café, também localizado no centro da cidade, e mais algumas conversas por e-mail. As entrevistas não foram gravadas porque A. afirmou ter “trauma de gravadores”, devido à repercussão do crime pelo qual ela foi condenada.

A trajetória de A. possui um interesse fundamental para a compreensão do fenômeno do desencarceramento, pelo fato que mesmo após ter cometido um crime bárbaro e não possuir nenhuma relação com o mundo “fora” da prisão, ela, através dos contatos realizados durante a sua passagem pela prisão, conseguiu se estabelecer quando foi posta em liberdade. Outro fato importante é a investigação desse objeto sociológico ter como entrevistada uma mulher, um vácuo que existia nas pesquisas sobre ex-presos.

2.2.2. A Trajetória de A.

A trajetória de A. nos apresenta uma série de questões que nos fizeram repensar a compreensão dos processos de reconstrução identitária e o recálque do estigma. Logo no início da entrevista com A., quando ela um pouco envergonhada se dispunha a contar a sua história, ela se coloca como bissexual, dado importante para compreender toda a sua trajetória. Vinda da classe média, A. se apresentou como uma pessoa que sempre teve tudo o que quis e que estudava em um colégio particular. Então, foi presa com 19 anos acusada de ter cometido duplo assassinato, juntamente com sua namorada. O detalhe do assassinato é que as vítimas eram mãe e avó de A. Por mais que não fosse ela quem havia cometido o crime, a pena maior coube a ela, o que pode ser explicado pelo parentesco com as vítimas.

Em 1998, A. e sua companheira são presas em um distrito policial e quase são linchadas. Em 1999, são transferidas para o sistema penitenciário e o julgamento no júri ocorre nos anos de 2003 e 2004. A. permaneceu 12 anos presa e seus vínculos familiares foram destruídos no ato do crime. O único vínculo trazido do mundo livre era a sua namorada e companheira no crime, que após alguns anos, principalmente por divergências no momento do júri, também se rompeu.

A. passou por várias unidades do sistema penitenciário paranaense; Penitenciária Feminina, Manicômio Judiciário, Semi-aberto em duas localidades nos bairros do Ahú e Atuba. Para cada mudança, era necessária uma nova readaptação com as formas de proceder nas diferentes prisões. Destaca-se nesse trânsito entre as unidades a ida ao Manicômio Judiciário, hoje Complexo Médico-Legal, que foi determinada após

A. ser classificada como chefe de uma “rebelião²⁹”. A ida ao manicômio, um castigo pela afronta, apresentou à A. “o horror da prisão”, segundo suas próprias palavras. Os fatos relatados por A. sobre o cotidiano do Manicômio impressionam pela riqueza dos detalhes e pelos fatos escabrosos, como uma mulher que comia ratos, outra que se alimentava de seus excrementos e de tijolo. Entretanto, segundo ela, a vida no Manicômio não foi tão difícil pela facilidade de ser medicada com remédios psicoativos, que lhe garantiam várias horas de sono por dia e lhe deixavam “dopada”. Ainda sobre o dormir, A. faz piada com o fato de “dos doze anos presa, oito eu tirei dormindo”. Mesmo na penitenciária feminina o sono era visto como uma forma de fugir das interações da prisão, segundo A. seu dia seguia a rotina de “trabalho, comida e quarto³⁰”. Como A. não recebia visitas, o seu único contato com o mundo exterior à prisão era através do televisor.

Durante os doze anos que A. ficou presa, ela aprendeu corte e costura, bordado e serigrafia, atividades nas quais trabalhou durante todo o tempo em que estava presa e continuou quando foi para o regime semi-aberto e também quando foi posta em liberdade. Hoje ela é casada com o advogado que entrou com o pedido para seu livramento condicional e trabalha como tosadora em um *pet-shop*.

2.2.3. A prisão vista por uma presa.

A vida em uma instituição penal feminina é significativamente diferente da vida em uma prisão para homens. Os sentidos culturais em várias direções são diferentes

²⁹ Ao ser interpelada como aconteceu tal “rebelião” A. pôs-se a rir. Segundo ela, em seu prontuário a designava como líder de uma “rebelião”, que, segundo seu relato, foi um protesto pelo fato de as presas serem impedidas, por ordem da então diretora da unidade, de poderem manifestar seu afeto por outra presa.

³⁰ Um ponto curioso sobre a fala de A. é que, diferentemente dos presos homens que relatam o seu espaço na prisão como X ou xadrez, essas denominações não apareceram nas entrevistas com A., sendo o local de recolhimento sempre tratado como quarto.

entre homens e mulheres. Os mundos exclusivamente masculinos ou exclusivamente femininos entram na definição já apresentada aqui, de mundos particulares, que além de possuírem sua própria dinâmica de interação e socialização, possuem significados para as ações de forma distintas, gerando disposições diferentes entre homens e mulheres. Compreender a abrangência dessas diferenças não é o objetivo dessa pesquisa, mas os apontamentos dessas diferenças serão essenciais para compreender os variados processos de construção de identidade entre os ex-presos, sejam eles homens ou mulheres.

Como não entraremos nos pormenores das questões entre as diferenças entre as prisões femininas e masculinas, questão essa digna para uma tese de doutorado, pelo menos deixaremos registrado apenas que elas, de certo modo, refletem as diferenças e desigualdades de gênero que estão presentes na sociedade mais ampla quando os internos desenvolvem complexas culturas no interior das prisões. Quando se trata de prisões masculinas, a privação da vida produzida pelo fato de *estar preso* faz com que, para suprir a falta de autonomia, os detentos desenvolvam um sistema de comportamento que busca reequilibrar a falta de autonomia. Dentro disso se enquadra todo o sistema que proíbe a delação, que cria um sistema de trocas de drogas, cigarros, roupas e sexo, e, desse modo, diminui o impacto causado pelas privações da vida carcerária.

Nas prisões femininas, a cultura prisional, influenciada, sim, pela cultura criada nas prisões masculinas, é um tanto quanto diferente das encontradas nos interiores das penitenciárias masculinas. O principal fato que corresponde às mudanças nas formas que se organizam as culturas prisionais femininas advém das variações frente à questão da autonomia. As mulheres encarceradas não sofrem um impacto com a perda de autonomia, pelo fato de que em suas vidas cotidianas nunca haviam sido totalmente

autônomas, sempre vivendo sob a proteção de um homem e sujeitas a uma autoridade, seja ela do pai, do marido, namorado, amantes. Quando encarceradas, a privação que as mulheres sofrem deriva do fato que essas proteções que organizam suas vidas não estão mais lá. Desse modo, as prisões femininas desenvolvem uma forma de organização que busca suprir essas carências, principalmente desenvolvendo um sistema de relacionamentos homossexuais, nos quais uma mulher representa o papel masculino.

Assim, as privações sofridas de diferentes maneiras pelos homens e mulheres fazem desenvolver organizações que busquem suprir as necessidades criadas, que são diferentes. A partir dessa organização, que é baseada nas formas da vida cotidiana na sociedade mais ampla, é que as formas de interação da prisão irão se processar, desde as punições até as recompensas.

Um ponto interessante para nós nesse sistema de punições e recompensas é a forma como o trabalho é ofertado às presas. Segundo o relato de A., os únicos trabalhos disponíveis são os relacionados à confecção de roupas – corte e costura, bordado e serigrafia – uma prática costumeiramente feminina, que não são desqualificadas socialmente, possibilitando a mulher quando deixar de estar presa conseguir ocupar um espaço na sociedade mais ampla de maneira menos dolorosa. De certa forma, esse foi o caso de A. quando deixou a prisão e que será trabalhado mais a frente.

O sofrimento é também essencial para a compreensão da cultura prisional feminina. As privações são diferentes daquelas sofridas nas prisões masculinas. Inclusive, segundo nossa entrevistada, “a prisão masculina é mais dura que a feminina”. Isso ocorre de certa maneira pela visão que as mulheres não podem ser “bandidas natas”, de modo que seus crimes são quase sempre justificados³¹. Além do mais, algumas privações sofridas pelas mulheres podem ser supridas através de um mercado

³¹ Para uma maior discussão sobre o crime e as mulheres ver Almeida (2001).

formal, como a compra de roupas e cosméticos³². Com isso, o consumo de matérias, sejam eles de qualquer natureza, é mais facilmente regrado pela administração carcerária, diminuindo os conflitos criados pelo mercado informal de produtos.

2.2.4. Sexualidade e Subjetividade na prisão

Vimos anteriormente que um dos aspectos centrais da organização da cultura prisional nas prisões femininas é o sistema de relacionamento criado para suprir as necessidades derivadas das maneiras em que se organizam as vidas das mulheres na sociedade mais ampla. Ao atentar para os relacionamentos entre as presas, procuraremos compreender, além das formas de organização da cultura prisional feminina, as maneiras de como os aspectos subjetivos são constituídos no interior das penitenciárias.

O que nos foi relatado por A. é que nas penitenciárias que ela esteve, as mulheres sempre davam o jeito de estar com alguém, seja um marido / namorado³³ ou uma companheira dentro da prisão. Segundo A. muitas das mulheres passam a ser “lésbicas temporárias”, pois se estivessem em outras condições provavelmente não teriam essas práticas³⁴, já que na “prisão a sensação de abandono e carência fazem as pessoas tomarem certas atitudes”. Essa afirmação corrobora com os aspectos já explanados sobre as carências que as mulheres enfrentam na vida do cárcere, principalmente as necessidades no que se refere aos relacionamentos e a família, em que

³² A. nos informou que durante seus primeiros anos de encarceramento o regime era substancialmente mais brando, pois facilmente era possível comprar qualquer item, inclusive bebidas alcoólicas.

³³ Nota-se que quando uma mulher é encarcerada, geralmente ela é abandonada por seu companheiro, o que na versão masculina ocorre mais raramente.

³⁴ Essa questão já foi apresentada por Sykes (1971).

se organizam na prisão famílias com mulheres masculinizadas atuando como maridos e, por vezes, como pais³⁵.

Como foi dito, as mulheres encarceradas buscam em outras mulheres, mesmo se declarando heterossexuais, relacionamentos que abarquem não somente as esferas da atividade sexual, mas que supram as necessidades do amor romântico. Nossa entrevistada se declarou bissexual durante a pesquisa e também relatou certo preconceito às mulheres que buscam suprir suas necessidades românticas e sexuais com outras mulheres. Sendo assim, a identidade fundada nas escolhas sexuais possui importância nos processos de interação no interior do sistema penitenciário³⁶.

As relações amorosas estabelecidas durante o encarceramento são uma maneira encontrada de diminuir o impacto das privações impostas pelo encarceramento. Além do fato que as relações amorosas suprem uma série de faltas causadas pela prisão, como o próprio abandono dos laços românticos e os vínculos familiares, quando as presas não recebem visitas³⁷. Desde modo, manter-se em um relacionamento é a única maneira de sustentar um sentimento de proteção. A. nos relatou que teve vários relacionamentos enquanto esteve presa, pois estar sempre com alguém era uma forma de diminuir o grau de incertezas criadas na vida da prisão. Outra questão interessante sobre as identidades sexuais é, segundo o relato de A., que na penitenciária feminina a maior parte dos agentes penitenciários homens são homossexuais e eles eram o vínculo com a cultura homossexual fora da prisão, relatando as *baladas*, as músicas e roupas que estavam na

³⁵ Nesses dois pontos tocados, nossa informante descreveu as mulheres masculinizadas como “original de fábrica”, uma metáfora sobre o fato de nunca terem tido relações sexuais com homens e os papéis de pai foram descritos por mulheres mais velhas que buscavam mandar nas outras presas, fugindo de um ideal de acolhimento geralmente identificado pela figura materna.

³⁶ A importância das identidades sexuais no interior das prisões é relevante nos processos de interação entre os presos e presas, pelo fato desse quesito que define a identidade gera formas de classificação que organiza um código de conduta para interagir de acordo com as identidades sexuais.

³⁷ Como já foi apresentado anteriormente, as mulheres sofrem mais que os homens o abandono dos familiares e companheiros, assim os relacionamentos homoeróticos são uma resposta cultural à privação criada a partir do encarceramento.

moda, e quando da sua liberdade A. passou a frequentar os mesmos lugares³⁸. Desse modo, a identidade fundada nas características sexuais transporta vínculos de dentro para fora da prisão. Segundo A., suas únicas amigas são frutos de amizades constituídas durante o encarceramento e os encontros com elas acontecem em *baladas* homossexuais.

2.2.5. Trabalho e as relações com o sistema penitenciário

Uma das principais maneiras enunciadas para regenerar as pessoas que passam pela prisão é o trabalho. Vimos desde os primórdios da sociologia a importância das relações de trabalho para a constituição de identidade e solidariedade (Cf. DURKHEIM, 2004) [1893], por isso a tese do trabalho como forma de recuperação não pode ser descartada *a priori*. Aprendemos também com Richard Sennett (2005) que as abruptas mudanças no mundo do trabalho configuram mudanças na vida dos trabalhadores, gerando situações de fragilidade do mundo do trabalho, o caráter das pessoas envolvidas, assim como as sensações de pertencimento e satisfação, sejam destruídos e substituídos por um sentimento de culpa pelo fracasso pessoal. Porém, sabemos que a forma em que se organiza o trabalho no sistema penitenciário não tem como fundamentos as mesmas bases de caráter e solidariedade, que por vezes são encontradas na sociedade mais ampla.

Com base nessas considerações interpretaremos como o trabalho afeta a vida dos encarcerados. A influência do trabalho da vida dos presos se inicia quando da escolha dos detentos que podem ou não trabalhar. Como já discutimos, o sistema penitenciário

³⁸ Essa informação contribui para nossa tese que a própria prisão é capaz de gerar vínculos que auxiliam os presos quando estes estão em liberdade. Esse assunto será tratado mais adiante.

utiliza como forma de tentar manter a ordem um sistema complexo de punições e recompensas, e o acesso aos postos de trabalho é uma das recompensas mais importantes que um preso pode receber³⁹.

O sistema penitenciário reproduz os estereótipos da sociedade mais ampla, talvez até de uma maneira mais radical, mais caricata⁴⁰. Assim, as distribuições das oportunidades de trabalho ocorrem com base nas sugeridas habilidades de homens e mulheres. Para os homens, se apresenta a montagem de aparelhos elétricos, costura e cola de bolas de futebol, construção de placas de gesso, serviços de carpintaria e de pedreiro. Para as mulheres, são ofertadas vagas para corte / costura, serigrafia, cursos de manicure e cabeleireiro.

Durante o tempo em que estava presa, A. relata que “não sabia fazer nada quando foi presa”, e aprendeu corte / costura e serigrafia. Ela considera que a prisão lhe forneceu uma profissão. Quando posta em liberdade, A. foi procurar emprego de costureira e encontrou rapidamente, sem a ajuda do Patronato. Contudo, o ambiente e a profissão traziam lembranças do tempo em que ela estava presa, pois, além de estar fazendo o que ela fez durante quase todo momento que ela era uma detenta, o ambiente lhe reforçava esta lembrança, já que passava os dias “trancada numa confecção, numa sala cheia de mulheres”.

Lembrar-se da prisão e sentir-se associado a ela é uma das maneiras que impossibilita a construção de uma nova identidade. Com isso, A. passou a ajudar o marido no escritório de advocacia enquanto terminava o curso de tosadora de animais. Buscar afastar-se das coisas que lembram a prisão é um dos principais objetivos das pessoas que buscam recomeçar a vida. Nas falas de A., porém, o afastamento de tudo

³⁹ Além de haver um desconto de um dia na pena a cada três dias de trabalho, o interno ainda recebe um pecúlio por hora de trabalho, que se constitui para muitos, e no caso de A., a única fonte de obter recursos financeiros.

⁴⁰ Por vezes as únicas chances de encontrar determinada profissão aprendida durante a passagem pela prisão, são na própria prisão.

que lembra a prisão é contraditório. Todas as relações de A., fora o trabalho como tosadora em um *pet-shop*, foram construídas por conta de seu encarceramento. Suas relações de amizade e seu casamento ocorreram diretamente pelo fato dela estar presa. Logo para se afastar de tudo que lembrasse a prisão, A. teria que suprimir essas relações. Porém, compreendemos que essas relações não contribuem para a simbologia de ex-presa, como o trabalho com corte e costura o faz, ligando o passado como presidiária com o futuro de costureira.

O sentimento de liberdade para A. está relacionado a uma sensação de tempo perdido. Por várias vezes durante as entrevistas, A. nos relatava que “parecia que o tempo havia parado, que a prisão era um intercâmbio”. Na hora de estabelecer planos e orientar as ações, essa sensação era crucial para a determinação da coerência de um “eu”, pois A. ainda se sentia como uma “garota recém saída da escola, se preparando para a faculdade”.

2.2.6. Relações construídas na prisão

É sempre tema de discussão nos trabalhos sobre a prisão, o poder desta instituição em destruir os vínculos já existentes. Isso é um “achado” sociológico que nós concordamos. O problema, entretanto, consiste na generalização desses achados. A prisão, com suas especificidades de instituição total, colabora com a destruição dos laços sociais que regem as vidas dos indivíduos que por ela passam. Mas com o grau de interação que ela oferece, a prisão constrói uma série de outros vínculos que constituem tanto relações de amizade como alguma organização criminosa.

Estudar como se formam esses vínculos é uma maneira de entender de que maneira, mesmo em condições de privação, sujeição e sofrimento, as pessoas são

capazes de desenvolver laços sociais que as aproximam e criam uma sensação de amizade e solidariedade⁴¹. Esses laços serão essenciais para a reconstrução da vida após a passagem pela prisão, pois serão norteadores das experiências futuras. A. conta que sempre pode confessar tudo às amigas do cárcere, pois elas não a julgariam⁴².

Durante os doze anos que esteve encarcerada, A. recebeu apenas uma visita, de uma freira com quem ela se correspondeu através do correio. Esse vínculo se extinguiu quando A. parou de receber cartas da freira quando mudou de unidade prisional. Com exceção da freira e de sua ex-namorada, que foi presa no mesmo momento que A., todas as relações construídas por ela eram com pessoas que tinham uma relação de proximidade com a prisão.

Duas amigas e o marido são os dois principais vínculos de A., e são remanescentes de sua passagem pela prisão. Relações de amizade constituídas dentro do ambiente penal são amplamente relatadas em publicações e entrevistas dos presos, e confirma a idéia de que em ambientes marcados pela desconfiança, as relações de solidariedade também se consolidam. Essas amigas se tornaram pontes para laços na sociedade mais ampla. É para a casa das amigas, localizada na região metropolitana de Curitiba, que A. se destina após sair da prisão. A. mantém com elas um intenso contato e tem nelas companhias para realizar atividades nos fins de semana.

Depois de morar alguns dias com as amigas, A. ficou hospedada em um pequeno hotel no centro de Curitiba. O dinheiro para o pagamento das diárias era resultado do trabalho como costureira durante o regime semi-aberto. Após alguns dias, A. encontrou o advogado responsável por seu pedido de soltura e iniciaram uma relação, com ela indo morar na casa dele. A partir desse momento, A. passa a se constituir como uma dona de casa, cuidando dos afazeres do lar e auxiliando o marido no escritório de advocacia, que

⁴¹ Nos livros de presos, ex-presos e de pessoas externas à prisão, o fato da solidariedade dos encarcerados é sempre destacado.

⁴² Porém, ela nunca contou a ninguém o seu crime, o porquê de ela estar presa.

formalmente se constituía em um emprego para as necessidades legais do livramento condicional.

Mesmo momento, vemos que é possível constituir laços importantes a partir do encarceramento. Esses laços foram construídos por iniciativas próprias dos agentes e não como resultado da estrutura do sistema penitenciário. Essa nota é essencial para compreender que os indivíduos são atores de sua própria história, que são, sim, agidos pelas estruturas, mas agem em situações condicionadas por essas mesmas estruturas.

Por mais que a instituição prisional se organize de maneira a realizar uma ruptura do interno com seu mundo passado, os agentes sociais acabam, por vezes, não sendo simplesmente peças dessa estrutura, estabelecendo relações sociais não previstas pela instituição. Não queremos dizer que freqüentemente os indivíduos são sujeitos aos mecanismos sociais da instituição, tendo a sua vida egressa ditada pelos fatores institucionais e repetindo sua profecia. Vimos que por mais que o encarceramento seja responsável pelo desenlaçamento dos vínculos sociais, os indivíduos são capazes de construir laços e relações. A identidade é construída e mantida a partir dessas relações, que se cruzam e inter-cruzam com diferentes graus de intensidade.

Mas, ao ressaltar o aspecto de agentes de seu mundo, onde os atores sociais não sofrem simplesmente os efeitos dos determinismos sociais, esperamos visibilizar a importância das experiências pessoais nos processos individuais.

2.3 Caso III: Um caso “perdido” e dois casos literários.

A busca por entrevistas em nossa dissertação foi uma tarefa bastante árdua. A dificuldade de encontrar egressos do sistema penitenciário dispostos a contar as suas

histórias é muito grande. Todas as vezes que tínhamos uma *pista* de um ex-presos, nós tentávamos entrar em contato por telefone ou por *e-mail*. Por conta dessa dificuldade de associar mais casos às nossas discussões para disponibilizar uma discussão mais ampla e também para contrastar com os casos estudados até aqui, decidimos incluir como material empírico quatro casos que nos ajudaram em nossas reflexões. Trata-se de uma entrevista que não pôde ser continuada e de dois relatos literários de presos e ex-presos sobre as condições que os fizeram repensar a vida.

2.3.1. Uma entrevista interrompida

No momento em que estávamos no patronato penitenciário na busca de egressos para serem entrevistados, conversamos e ouvimos muitos ex-presos. Porém, a grande maioria, quando em outro momento nós entrávamos em contato para uma entrevista estruturada, se negava a prosseguir com as conversas. Vamos apresentar a trajetória de J., um homem que esteve preso por mais de 10 anos em diversos países do mundo, todos por furto. Chegamos ao contato de J. no espaço de espera para os atendimentos do Patronato Penitenciário do Paraná. Ele nos abordou perguntando se nós “não seríamos o estagiário do Dr. (...), professor de direito da PUC”. Segundo J., o referido professor era cliente dele em um salão de cabeleireiro. Puxamos conversa com J., que nós contou sobre sua infância, suas viagens internacionais e sobre suas prisões em diversos lugares do mundo, tudo isso em pouquíssimo tempo. Marcamos de encontrar J. na loja em que ele trabalhava, que pertencia a uma tia dele. Na loja de sua tia, situada em bairro distante do centro de Curitiba, entrevistamos J. por aproximadamente duas horas, porém, nossa conversa foi interrompida por um compromisso que precisava ser

resolvido por J.. Nas tentativas de dar continuidade na entrevista, J. não estava disponível para continuar com nossa conversa.

J. é brasileiro, filho de pai argentino, e se mudou para a Argentina quando era um adolescente. Essa mudança, segundo J., lhe causou grande revolta, por deixar todos os amigos para trás. Na argentina, J. conheceu um tio que era “ladrão internacional” e com ele aprendeu a utilizar a “chave micha”. “Ladrão internacional” é descrito por J. como o sujeito que arromba malas no aeroporto com a “chave micha”, um negócio, segundo ele, fácil e muito lucrativo. J. seguiu os passos do tio e foi preso pela primeira vez na Argentina. Depois de ficar pouco tempo preso, J. e sua família se mudaram para o Paraguai, onde ele continuou com as mesmas práticas até ser preso novamente. Ficou novamente pouco tempo encarcerado, e, após sair da prisão, vai com um amigo para a Itália, trabalhar como garçom.

Por mais que J. se mudasse de país, suas práticas delituosas continuavam, e na Itália ele ficou 10 anos preso por suas relações como agente de prostitutas. Depois de ter cumprido a pena, J. voltou para o Brasil, onde foi preso no Mato Grosso por receptação de contrabando. Depois de ficar mais um ano preso, J. se muda para Curitiba onde é preso por tráfico de drogas, a única prisão injusta segundo ele, pois ele nunca foi traficante, estava apenas com uma quantidade de drogas para consumo próprio, o que o caracterizaria como usuário. Ficou mais dois anos preso e quando conversamos com ele faziam oito meses que ele estava em liberdade condicional. Depois de ser novamente encarcerado, J. “decidiu que não iria mais fazer parte do crime” e foi trabalhar como cabeleireiro no salão de uma “madame chique”. J. disse que era um faz tudo e que a “patroa” o explorava pelo fato dele ser um ex-preso. Depois de “discutir com a madame”, J. passou a vender DVDs pirata pelas ruas de Curitiba. Depois de quase ser preso novamente, J. aceitou o convite de uma tia, para ajudá-la a cuidar de uma loja de

celulares. J. nos revelou que recebeu vários convites para “trabalhar em atividades ilegais”, mas como agora ele tem um filho, ele não gostaria de ser preso novamente. Ele recebeu ainda convites para trabalhar em lugares, que ele, livre sob condicional, não poderia estar, como em bares e em lugares que funcionam à noite.

Durante a entrevista na loja de celular da sua tia, J. se mostrou muito inseguro sobre o futuro, segundo ele “a polícia sempre está atrás dos condicional para botar nós de volta no xadrez”. Porém, ele sempre frisava que mesmo mantendo vários contatos com pessoas do mundo do crime, J. sempre estava atrás de trabalhos legais para a sua situação.

A situação de J. se apresentava para nós como um caso onde a barreira prisão / sociedade mais ampla não havia sido rompido. Várias vezes J. dava a entender que tinha relações com pessoas que integram o mundo do crime, entretanto, quando tentávamos seguir essa informação J. voltava com a fala de querer se afastar dos criminosos e do mundo da prisão. J. falava gírias a todo momento e lembrava os momentos da vida de crime com um sentimentalismo de uma época agradável, destruída pelo encarceramento. A entrevista foi repleta de idas e vindas, com J. por vezes respondendo normalmente às perguntas e outras vezes com J. recuando e dando respostas monossilábicas e encerrando o assunto.

A história de J. nos apresenta os interstícios da prisão e do mundo livre. Como essa passagem não é fácil e nem direta, que os vínculos criados em um contexto se mantém mesmo com a distância social criada pela liberdade. A entrevista se encerrou quando J. nos interpelou sobre conseguir um advogado para um colega seu que estava preso. J. nos perguntou se pelo fato de estarmos ligados à universidade não havia a possibilidade de que conseguíssemos um favor de um professor “qualquer” de direito para conseguir “tirar” seu colega que tinha sido preso “injustamente”. Com a nossa

negativa, J. encerrou a entrevista e ficamos de nos encontrar mais uma vez para continuar a nossa conversa, evento que não ocorreu, pois nunca mais conseguimos falar com J. por telefone e ele não retornou os nossos recados.

Além de revelar a história de um ator social que se encontra em uma situação de fronteiras sociais, a história de J. nos apresenta as dificuldades de fazer pesquisa com indivíduos que se encontram nessa situação, a respeito da imprevisibilidade sobre a continuação da construção dos dados da pesquisa e sobre o *jogo de cintura* necessário para dar continuidade às entrevistas. A trajetória de J. nos mostra como uma vida marcada pelo delitos e pelas passagens pela prisão aumenta as fronteiras entre o sistema penitenciário e o mundo livre, causando uma sensação de desencaixe nos agentes que os coloca sempre em um papel em falso. No caso de J., que encenava por vezes o papel de sobrevivente das atrocidades do sistema penitenciário e, por vezes, o papel de vítima de uma vida sofrida e repleta de injustiças. Esses dois papéis excluem o protagonismo de sua trajetória, que buscamos compreender e que não nos foi possível chegar a uma conclusão mais precisa. Caso fosse possível traçar a trajetória de J., poderíamos obter dados para testarmos as teses apresentadas na dissertação, tendo em vista que J. é um egresso que na somatória das prisões ficou muitos anos presos em vários locais e acusado de vários crimes.

2.3.2. *Duas trajetórias literárias*

Durante a nossa pesquisa, lemos livros relacionados ao sistema penitenciário com o objetivo de aumentar a quantidade de matérias para a reflexão. Nestas leituras, cruzamos com dois livros que nos oferecerão dados importantes para compreender e interpretar as questões relativas aos egressos do sistema penitenciário. Os livros

utilizados são “Memórias de um sobrevivente” (2001) de Luiz Alberto Mendes e “Sobrevivente André Du Rap (do massacre do Carandiru)” (2002) de André Du Rap. Nos últimos anos houve um grande interesse das mídias sobre a prisão no Brasil, com uma série de livros, filmes, seriados e revistas tratando da temática do encarceramento (MORAES, 2005 p. 60).

Os livros apresentam a vida dos autores desde antes de iniciarem na vida do crime, passando pelos anos de encarceramento e, por fim, no caso do livro do André Du Rap, sobre o período de liberdade. A importância destes livros para nossa dissertação é grande, porque com eles podemos nos aproximar de aspectos subjetivos do encarceramento, algo muito difícil de encontrar na literatura sociológica. Ao apresentar suas vidas no interior do sistema penitenciário brasileiro, Du Rap e Mendes abrem espaço para a interpretação de como os mecanismos de controle e disciplina da prisão se colocam frente aos detentos, além de relatarem histórias sobre as relações com a sociedade mais ampla, as relações de solidariedade entre os presos e os embates com as equipes dirigentes das prisões.

Sabemos que os relatos autobiográficos não podem ser tratados diretamente como fato ocorrido, que os autores possuem interesses no momento em que contam suas histórias e que estes interesses influenciam a maneira como estas histórias são contadas, ambas fazendo os protagonistas dos relatos assumirem a posição de sobrevivente frente ao sistema penitenciário. Acreditamos, contudo, que os livros nos apresentam informações importantes para a reflexão e que merecem ser aqui exploradas.

2.3.3. Memórias de um sobrevivente

Começamos com o livro “Memórias de um sobrevivente” (2001) de Mendes. O livro conta a sua trajetória de maneira autobiográfica, de sua infância pobre na periferia de São Paulo, passando por sua relação com o crime e, principalmente, sobre os longos anos de encarceramento⁴³. Para nós, a principal parte do livro se refere ao momento em que o personagem, o próprio Mendes, desiste da vida no crime e passa a buscar uma nova vida. Preso há alguns anos e com respeito dentro da massa carcerária, Mendes *cansa* da rotina da prisão e conhece um amigo que lhe empresta uma porção de livros. A partir das leituras Mendes conta que:

fui ampliando meu vocabulário e, a partir dos romances comecei a me interessar por livros mais profundos. As relações criminosas já não me satisfaziam mais. Pouco tinham a me acrescentar. Poucos se interessavam pelo que eu estava começando a me interessar. O submundo do crime começou a me parecer estreito, limitado, e eu já não cabia mais só ali. (MENDES, 2001 p .444-445).

O potencial tão enunciado da literatura havia funcionado naquele detento, que teve os livros como base para sua reformulação de vida, até que culmina com a publicação de seu livro. Essa civilização iniciada com a literatura transforma suas idéias em relação à “fama de bandido”, pois Mendes descobre que na prisão o anonimato afasta as confusões e os problemas dos presos e a “fama de bandido” funciona como uma atração para os problemas.

Mendes faz um relato interessante sobre a leitura na prisão. Os presos leitores são ridicularizados pelos demais presos e os livros são os primeiros a sofrerem algum tipo de agressão, quando é feita vingança por partes dos agentes penitenciários. Outro ponto importante é que, como as unidades prisionais não possuem livros ou, quando possuem, são alguns volumes antigos que escaparam de rebeliões e goteiras, o contato

⁴³No momento Mendes está em liberdade após cumprir 31 anos e 10 meses de prisão. Ele já escreveu mais dois livros, foi finalista do prêmio Jabuti com um deles, possui uma coluna na revista *trip* e um blog revistatrip.uol.com.br/blogs/mundolivre.

dos presos com a literatura só foi possível nesse caso, por conta de um preso que era responsável por adquirir os exemplares e depois de ler, emprestava aos colegas de detenção. Mendes relata o contato com um colega que comprou a coleção completa de “os pensadores” e que, em companhia de Mendes, realizavam discussões e leituras sobre os 52 volumes da coleção.

O contato com os livros possuía uma força indireta. Como passar muitas horas por dia lendo o afastava de confusões, em poucos meses de leitura, Mendes já estava abrigado no pavilhão dos presos de bom comportamento. Outros ganhos indiretos se referem às trocas de cartas entre os presos e as mulheres livres, já que saber escrever e “ser poético” são vistos como uma virtude para a conquista.

O ponto mais interessante sobre o livro de Mendes se refere à mudança na visão de mundo que leva os sujeitos a buscarem uma transformação em suas vidas. É neste ponto que o relato de Mendes se aproxima ao dos nossos entrevistados. O sofrimento acaba por ter um peso fundamental na vontade inicial para a mudança de vida. Para Mendes a busca por uma nova forma de viver e de ser iniciou com questionamentos onde ele

quis jogar todo o meu passado no lixo. Os valores de honra, dignidade e nobreza das ações, recém adquiridos, sobrepujaram e de alguma forma mesclaram-se aos anteriores. Já não poderia mais ser incosequente. Tudo deveria ser de acordo com o novo somatório de conhecimentos adquiridos. Tudo, em determinados e fundamentais aspectos, era muito diferente do que aprendera com a vida. A maior parte do que aprendera não se sustentava ao menor questionamento. (MENDES, 2002 p. 460).

Segundo Mendes, os conhecimentos adquiridos com a leitura da filosofia lhe serviram para uma nova leitura e interpretação do mundo. Essa busca por conhecimento era, em parte, a tentativa de compreensão quase mística sobre o sofrimento humano, mas, também, uma forma de distinção frente aos outros presos, segundo Mendes:

meu negócio era acumular conhecimentos, pois acreditava que isso me valorizaria para os outros. Eu carecia de importância, e queria chocar com um tal volume de conhecimentos e informações que me destacasse da minha condição prisional (MENDES, 2001 p. 467).

Em vários trechos do livro, porém, Mendes retorna ao fato de que mesmo possuindo uma grande gama de conhecimentos, não passava de um preso. Mas, mesmo tentando transformar sua identidade, coisa que de fato Mendes conseguiu, sua postura em relação a essas mudanças estava voltada em relação ao mundo prisional. Parece que, fora algumas correspondências entre mulheres livres e Mendes, todas as mudanças perpetradas por ele eram uma espécie de respostas mais ou menos conscientes à dinâmica prisional. Ao se distinguir dos demais presos como leitor / escritor, Mendes criaria uma distinção frente aos outros presos, reforçando uma distância social que o possibilitava galgar outras práticas. Mendes chega a afirmar que “eu queria ser respeitado e conhecido como uma pessoa culta e sábia. O que eu queria mesmo era impressionar os outros” (MENDES, 2001 p. 468). Mendes criou uma distinção como escritor que o possibilitou falar abertamente sobre todos os seus *fracassos* como pessoa, como uma maneira de reforçar a reviravolta que ele conseguiu, funcionando como uma forma de aumentar o espanto causado pelo fato de alguém que ficou tantos anos preso conseguiu ser um escritor.

A questão se a mudança de Mendes foi intencional, racional e verdadeira não nos cabe julgar. O importante para nós é como o sofrimento é o mote de transformação das identidades, principalmente dentro da prisão, e como a apropriação de bens culturais possibilita a criação de distância social com os outros detentos, abrindo espaço para o surgimento de uma nova identidade.

2.3.4. *Uma voz sobrevivente*

Trabalharemos agora com o livro “Sobrevivente André Du Rap (do massacre do Carandiru), do próprio André do Rap, com auxílio editorial de Bruno Zeni⁴⁴. O livro organizado de forma fragmentada relata a vida de André desde antes de sua prisão até os momentos de militância política em favor dos encarcerados e, principalmente, contra os responsáveis pelo massacre do Carandiru⁴⁵. Entre os vários assuntos abordados pelo livro, destacam-se o período do cárcere e a vida pós-encarceramento.

André Du Rap foi preso em 1991 acusado pela morte de seu tio. Por todo o livro, André se coloca como inocente e vítima de um sistema social injusto. Durante os quase dez anos que esteve preso, participou de vários grupos de rap e hip-hop, além de ter trabalhado em diversos setores no interior da Casa de Detenção. O livro é o resultado de transcrições de quatro longas entrevistas realizadas por Bruno Zeni em 2001, ano no qual André foi posto em liberdade, além de alguns trechos de cartas escritas e recebidas no período em que ele estava preso. Todos os capítulos e sub-capítulos do livro tem como base o linguajar utilizado no rap, que mistura as gírias da prisão com as da periferia.

Durante todo o livro André se posiciona como o egresso típico do sistema penitenciário, se dizendo inocente e que sua prisão é fruto das injustiças de um país desigual. Não julgamos se ele foi responsável pelo crime que resultou na sua prisão, mas seu relato de André se aproxima daqueles encontrados nas entrevistas realizadas por Carvalho Filho (2006). Esse discurso de vítima de um sistema é utilizado nas disputas políticas em defesa dos direitos do preso, que André participa. Os principais argumentos desse discurso comum dos egressos do sistema penitenciário são os de

⁴⁴ Bruno Zeni foi jornalista da revista Cult e trabalhou na Folha de São Paulo como redator dos cadernos “Mais” e “Ilustrada”.

⁴⁵ O massacre do Carandiru é o efeito de uma intervenção policial no interior do presídio que resultou na morte de 111 presos em 1992. Este número é bastante contestado, assim como a ação policial. André estava encarcerado no momento em que este evento ocorreu.

vítimas de um país desigual onde a justiça protege apenas os ricos e condena os pobres ao tratamento desumano que ocorre nas prisões. Consideramos que esta argumentação está pautada em situações concretas que expõem o *modus operandi* do sistema de justiça criminal brasileira.

Em várias partes do livro, André apresenta a prisão como um local de sofrimento imputado pela “sociedade” e pela equipe dirigente da prisão, mas, também, como um lugar onde as relações de amizade e solidariedade se fortalecem e formam uma moral prisional, exemplificado nas frases de André: “dentro do sistema penitenciário, dentro da cadeia, a gente tem o maior respeito, todos os companheiros tem o maior respeito. Não existe lugar no mundo onde existe mais solidariedade.” (ANDRE DU RAP, 2002 p.100) e “então, dentro do sistema carcerário, a gente tem essas regras. A lealdade, o respeito e a dignidade. Se você mexer com a dignidade de um homem, você está mexendo com toda estrutura dele.” (ANDRE DU RAP, 2002 p. 111).

Por todo o livro as visões de André transitam entre opostos; o sistema que vitimiza e corrompe e a organização social dos presos que fortalece os indivíduos. As formas de auxílio criadas pelos presos são apresentadas e elogiadas, e, segundo o relato de André, podem ser definidas como os principais elementos da cultura prisional. Esse discurso, porém, destoa dos demais apresentados até aqui. Para uma melhor confrontação das visões de mundo sobre os principais aspectos da cultura prisional e sua influência nos indivíduos, precisaríamos de outra pesquisa mais ampla que nos fornecesse dados para esse fim. No entanto, essa visão de mundo esclarece o quanto a identidade de André está fortemente relacionado com o sistema prisional. A identidade de *rapper* possibilita a continuidade dessa ligação, já que a prisão continua sendo um dos temas principais do rap, preservando algumas características da prisão, como um modo de se portar e de falar. A própria vocação para *rapper* foi descoberta por André

quando ele se encontrava encarcerado; “comecei a buscar outros meios de me expressar. Eu gostava muito de *rap*, comecei a compor. Eu já compunha antes, mas lá eu compunha muito mais” (ANDRE DU RAP, 2002 p. 48).

Depois de dez anos encarcerado, André é liberto e vai trabalhar com oficinas de *hip hop* em uma associação comunitária em Suzano, grande São Paulo. Depois de alguns meses, porém, André deixa o trabalho, após uma discussão com a coordenadora da associação sobre a ocultação de sua condição de egresso do sistema penitenciário, segundo André:

mas eu não tenho vergonha de ser ex-presidiário, não. Essa é a minha história. Acho que é por isso que essa história deve ser contada da maneira que aconteceu, porque é a história de cada um, ninguém se livra dela, ninguém tem outra pra contar. É muito comum ouvir por aí, “o cara é ex-presidiário? Ah, o cara é bandido”. Mas quem fala isso não sabe a história de cada um. Antes de eu ser preso, eu era o André. Eu era o André que estudava, que trabalhava, eu tinha a minha família. (...) A partir do momento em que eu fui preso, eu me tornei quem? Não o André, mas o bandido. Aquele suposto bandido que matou, aquele suposto bandido que roubou. (ANDRE DU RAP, 2002 p.106).

A manifestação da identidade de egresso do sistema penitenciário, além de estar repleta de questões subjetivas expostas no trecho reproduzido acima, manifesta a demarcação de um posicionamento político frente às discussões sobre o que fazer com os ex-presidiários. Essa é uma questão importante levantada no livro de André Du Rap, e o autor apresenta sua experiência sobre estas questões:

Vai fazer dois anos que eu estou em liberdade. Emprego eu não consigo. Tenho profissão, já tinha aqui fora, aprendi outra lá dentro, mas aqui fora é sempre a mesma coisa. Toda vez que você chega em uma firma, “precisa-se de estampador”, “precisa-se de ajudante-geral”, você faz o teste, passa, quando chega na documentação, você é rejeitado. Pegam seu atestado de antecedentes, vêem que você é ex-presidiário, pronto: já olham com desconfiança. Na nossa sociedade, o ex-presidiário vai ser sempre ex-presidiário. Me deram uma carteira de bandido. Para as companheiras a mesma coisa. A mulher do preso é sempre mulher

de presidiário, mulher de bandido. (ANDRE DU RAP, 2002 p.105).

O livro segue com o mesmo tom de revolta e vitimização. Ao mesmo tempo em que esse é um discurso que funciona nas disputas políticas e pessoais do cotidiano, também muitas vezes contradiz a afirmação da condição de egresso. “A minha vida não foi uma mentira, certo? Foi uma realidade que eu passei. Esconder não ajuda ninguém.” (ANDRE DU RAP, 2002 p.111). Essa contradição leva ao autor assumir por vezes a autoria de sua vida e a mostrar que a *sociedade* lhe fez muitas coisas. Se “É uma história, né?, cara. É uma história que não tem como você apagar. A sociedade me roubou dez anos da minha vida, e hoje o que ela fez por mim?” (ANDRE DU RAP, 2002 p. 110). A continuação do livro segue esta linha argumentativa já apresentada e reforça em alguns pontos a importância do sofrimento, representada em seu êxtase no *massacre do Carandiru*, como mote principal para um novo início de mudança da vida.

Capítulo 3: Controle social, prisão, presos e ex-presos.

3.1. Controle social como temática fundamental da sociologia

A temática do controle social sempre esteve presente nas discussões sociológicas, principalmente naquelas em que a questão do equilíbrio e da manutenção da ordem social é primordial. Nessas construções teóricas, a maior preocupação era a de compreender como a ordem social era compatível aos princípios morais, sobretudo através de mecanismos de coerção. Nessas discussões, o controle social foi essencial para uma teoria sociológica, sendo “difícil separá-lo da própria palavra sociologia” (ZEDNER, 1996 p.138).

Suas raízes se apresentam, na teoria sociológica, nas discussões iniciadas por Émile Durkheim⁴⁶ em seu estudo sobre o normal e o patológico. Mesmo que não se apresente com o devido nome, a noção de controle social é essencial para a compreensão das teses de Durkheim. Visto como conservador, pois seus interesses apontam no sentido da integração social, conservação e reprodução social, a ordem e a anomia são elementos caros a Durkheim, no empreendimento em se compreender como a consciência coletiva se apresenta objetivamente frente às consciências individuais, face a ordenar a realidade social entre agentes. É nesse momento que o conceito de controle social se apresenta na teoria *durkheimiana*. Os processos de internalização das regras sociais pelos quais passam os agentes, por não serem pacíficos, além de demonstrarem a tensão entre indivíduo e sociedade na teoria de Durkheim, nos apresentam certa dose de violência ao serem internalizados “queiramos ou não”. É nesse sentido que a teoria de Durkheim apresenta a idéia de que quanto maior for a integração

⁴⁶ Pensamos principalmente em dois trabalhos deste: (DURKHEIM, 2003) [1895] e (DURKHEIM, 2004) [1893].

social, mais refinado e menos coercitivo – portanto, de alguma forma menos violenta e conflitiva - será o controle social. O conceito de solidariedade também se torna uma chave explicativa das noções de controle social em Durkheim. Quando o autor de “Da divisão do Trabalho Social”(2004) [1893] separa duas formas de solidariedade social, mecânica e orgânica, ele demonstra que o grau de coerção exercido pela sociedade sobre seus indivíduos é equivalente ao grau de desenvolvimento moral dessas sociedades.

As discussões sobre o crime acabam tendo um grande papel na exemplificação do controle social. Ao criticar o caráter abstrato em que o crime é definido, Durkheim, em suas tentativas de compreender as relações entre *o normal e o patológico*⁴⁷, empreende uma ruptura epistemológica, propondo uma definição cultural do crime e de suas formas de punição. O crime passa a ser tratado como um desvio ao tipo médio que, culturalmente definido, é um fenômeno recorrente em todas as sociedades. O crime passa a se apresentar como um ato a ser coibido através do controle social, uma vez que o criminoso seria um indivíduo que ofende os sentimentos coletivos. Sendo assim, a pena se apresenta como uma resposta coletiva frente ao ato socialmente definido como crime, no intuito de reforçar a solidariedade social entre os membros da coletividade. Esse seria um momento em que as forças coletivas mostrariam seu poder de coerção frente aos indivíduos que ofenderam a harmonia coletiva⁴⁸ e a ordem social.

Durkheim vai além, positivando o crime. Essa tentativa de ver no crime elementos necessários para a reforma da moral não se baseia em uma apologia ao crime,

⁴⁷ Silva (1999) faz uma importante crítica ao modelo durkheimiano: “ Se este modelo tem a vantagem de não tratar o comportamento desviante como uma aberração incompreensível, por outro lado, apresenta a desvantagem de não permitir considerar os cursos de ação desviantes, segundo o quadro normativo considerado, como qualitativamente distintos dos demais (pois o desvio é definido como uma desproporção quantitativo, e não um atributo qualitativo”. (SILVA, 1999 p. 119). Temos em mente essa importante consideração sobre as teses durkheimianas ao dar tamanha importância para Durkheim em nossas reflexões.

⁴⁸ Nota-se nas teses durkheimianas uma tentativa de deslocar o foco da pura coação na nascente noção de controle social, ganhando a noção de coerção um papel fundamental em suas teses.

ou em uma forma de subestimar a violência potencial do crime, mas o que Durkheim pretende enxergar é a possibilidade desse ato definido como crime funcionar como elemento necessário para o aperfeiçoamento da moral⁴⁹, não sendo benéfico a inexistência da criminalidade, pois estaríamos em uma época em que as consciências individuais estariam uniformemente ajustadas, tornando desnecessário qualquer mecanismo de controle por parte da coletividade.

Já nos meados do século XX, Georges Gurvitch faz um levantamento das primeiras discussões do conceito de controle social. Para o autor, a discussão ganha força, já definida como controle social, na sociologia norte-americana do final do século XIX e início do século XX, onde novamente a temática da integração social se fazia valer em um mundo em constantes mudanças⁵⁰. Nesse momento, os Estados Unidos passam por grandes processos de imigrações e a questão da integração social aparece como carro-chefe das discussões do pensamento social. Essa tensão entre indivíduo e sociedade, em uma sociedade urbana e industrial, motivou os estudiosos da Escola de Chicago⁵¹ a criarem o conceito de desvio, que estaria sempre ligado ao conceito de controle social. Essa idéia de desvio surge como uma tentativa de explicar a não integração dos indivíduos na ordem moral coletiva e demarcar os conflitos psíquicos e sociais no caso de indivíduos não integrados, os *outsiders*.

A partir dessas primeiras definições conceituais, Gurvitch denomina controle social como um conjunto de comportamentos culturais, símbolos sociais, significados espirituais coletivos, valores, idéias e ideais, mediante os quais todas as sociedades, todos os grupos particulares e todos os membros individuais vencem as tensões e os

⁴⁹ Durkheim usa o exemplo de Sócrates que ao ferir uma norma coletiva contra a liberdade de pensamento criou um caminho para uma nova moral ateniense.

⁵⁰ Os principais representantes dessa discussão na sociologia norte americana são George Herbert Mead (1863-1931) e Edward Alsworth Ross (1866-1951).

⁵¹ Escola de pensamento social dos Estados Unidos, fortemente influenciada pela fenomenologia de Alfred Schutz e Georg Simmel.

conflitos interiores próprios e restabelecem um equilíbrio interno temporário, o que proporciona a possibilidade de seguir em frente com novos esforços coletivos. (C.f. GURVITCH, 1965 p.265). Gurvitch apresenta esse tema como recorrente na sociologia, o qual ao longo da história da disciplina foi fruto do debate com a psicologia. Gurvitch aponta que todas as sociedades têm suas formas próprias de controle, meios culturalmente definidos para enquadrar seus membros recalcitrantes. Esses meios são vários e dependendo do grau de eficácia são naturalizados pelos indivíduos, portanto, não são objeto de reflexão, pois não são sentidos como formas de controle pelos indivíduos. O meio de controle mais explícito é a violência física e o mais refinado é a sensação de ridículo, difamação, a gafe, etc.

Os primeiros estudos fazendo valer o conceito de controle social tentavam dar conta da idéia de uma coação entre indivíduos e grupos sociais⁵², deixando de lado os aspectos institucionais e estatais da coerção. Estas formas de controle pessoal e indireto garantiriam a coesão social. Já nos meados do século XX, os estudos acerca do controle social passaram por uma *reorientação crítica*⁵³, em que, somados com as pesquisas empíricas, o Estado e as instituições de controle passaram a ser o objeto central.

3.2. Prisão como instituição central para os processos de controle social perverso

⁵² A obra de Elias (1990) é um exemplo dessa forma de controle social, que leva os indivíduos ao autocontrole.

⁵³ Para o autor, a reorientação crítica deriva de uma tomada de consciência política sobre as influências das classes dominantes sobre os aparelhos de controle do Estado. Ainda neste artigo, faz ode ao uso do conceito foucaultiano de dispositivo de disciplina em substituição ao conceito de controle social, pois este não incluiria as dimensões das relações de poder e de dominação (ALVAREZ, 2004) Essa idéia nos é rechaçada pela má interpretação do autor sobre as discussões sobre controle social.

A prisão como instrumento de controle social se apresenta de forma direta. É sob a sua tutela que os indivíduos acusados de comportamento anti-social e responsáveis pela perturbação da ordem pública são recolhidos. O sistema penitenciário opera segundo uma lógica peculiar, que, na prática, tem se mostrado paradoxal: pretende ao mesmo tempo em que pune seus internos buscam *ressocializa-los*. Para apresentar essa idéia, que é central para as discussões sobre o encarceramento, buscaremos mostrar como a penitenciária se constitui como essa instituição central nos processos de controle social freqüentemente guiados pelo ideal de criminalização do social. Este processo mira diversos grupos sociais como portadores da criminalidade, mesmo que os indivíduos que integrem esses grupos não tenham práticas criminosas.

Para centralizar a prisão nos processos de controle social se faz necessário discutir as questões de criminalização da marginalidade. Esse processo gera uma *clientela* para o sistema penitenciário. Ao discutir a prisão sem pontuar esses elementos, toda a argumentação corre o risco de ficar distorcida, uma vez que sem esse cuidado podemos aceitar informações cheias de preconceito como verdade.

As conseqüências das desarticulações do Estado Providência⁵⁴ refletem no mundo do trabalho, que se transforma ao instituir o trabalho assalariado flexível como forma verdadeira de emprego e até mesmo de cidadania⁵⁵. O trabalho assalariado flexível e o desmonte dos mecanismos de assistência social parecem ser as únicas políticas públicas de Estado para as pessoas que pertencem às regiões inferiores do espaço social. Junto com esse desmonte, seguem seus efeitos, que são

⁵⁴ Argumentação apresentada por Loïc Wacquant, influenciada pela obra clássica Hirshe e Kirschmeier, centrada na prisão como instituição reguladora da mão-de-obra de trabalho.

⁵⁵ Para uma boa discussão sobre as novas formas do trabalho no capitalismo contemporâneo ver: (SENNET, 2005).

criminalizados. Este é o paradigma da administração pública: a criminalização da miséria e a criminalização da marginalidade (c.f COELHO, 2005).

As relações entre o centro e marginalidade funcionam como uma forma de classificar e definir o mundo social, atribuindo aos integrantes dessas regiões uma série de características, que servem para a construção do pensamento e da prática das ações de controle social perverso. Como nos mostra Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1997), existem relações entre as *estruturas do espaço físico* e as *estruturas do espaço social*. Essas relações de contigüidade constituem os agentes nelas inseridos, na medida em que esse espaço social é significado e simbolizado, produzido, apropriado e reapropriado pelos agentes⁵⁶. Essas localizações no espaço social precisam, por sua vez, serem observadas “por sua posição relativa pela relação com outros lugares e pela distância que o separa deles” (BOURDIEU, 1997 p.160). Essa estrutura de oposições espaciais acaba por representar o espaço social simbolizado, significado e hierarquizado. Essa estrutura define posições de *exclusão mútua* e ou *distinção*, e, portanto, são geradoras de princípios de relações entre os agentes distribuídos no espaço social. Esses princípios, manifestados como formas de oposição – marginal / central -, funcionam como “uma espécie de simbolização espontânea do espaço social” (BOURDIEU, 1997 p.160). Tendo em vista que essas *estruturas mentais* ou sistemas de classificação são produtos da incorporação dessas próprias estruturas (Cf. BOURDIEU, 2001), “o espaço é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce, e, sem dúvida, sob a forma mais sutil, a da violência simbólica como violência despercebida” (BOURDIEU, 1997 p.163).

Ao se criar a imagem que o crime repousa somente nas esferas degradadas do espaço social, as mídias e o governo, que, por sua vez, representam estruturas tanto

⁵⁶ Esta estrutura dinâmica onde o ator social atua como agente que age e é agido no mundo social. (c.f. BOURDIEU, 2005).

de esquerda como de direita, são os primeiros a reclamarem por uma ação ostensiva do tipo policalesca e militar do aparelho de controle do Estado nessas áreas. A “perspectiva dominante”⁵⁷ aponta como causa do aumento da criminalidade nas metrópoles a falta de investimento nos instrumentos de controle e as dificuldades técnicas e, especialmente, jurídicas, dos procedimentos policiais e da administração da justiça.

Com isso, toda a discussão sobre os modos de controle da criminalidade fazem dela “um problema de polícia e não para políticas” (COELHO, 1978 p.29). Entretanto, para não nos deixarmos levar pela facilidade da “perspectiva dominante” nos debates sobre segurança pública, que estabelece uma relação causal entre pobreza e marginalidade com violência e criminalidade, faz-se necessário uma mudança no olhar. Como nos mostra Edmundo Campos Coelho (COELHO, 1978 e 2005), existem vários dados que podem nos levar a crer que “a grande maioria dos criminosos (ou suspeitos de infração às leis penais) procede da população socialmente marginalizada” (COELHO, 1978 p.40). Coelho inicia uma crítica ao comparar os crimes cometidos nas áreas rurais com as áreas urbanas, afirmando que não é a pobreza em si geradora de criminalidade, já que as áreas rurais são mais pobres e suas taxas de criminalidade são relativamente baixas, mas a *densidade da pobreza*, ao permitir a elaboração de uma *subcultura* marginal” (COELHO, 1978 p.42). Para Coelho, seria a existência dessa *subcultura*⁵⁸ marginal a grande responsável pela geração de criminalidade. Para Bourdieu, a questão não se baseia em uma *subcultura*, mas na própria cultura, ou nas *estruturas mentais* e princípios organizadores criados por elas. Quando o bairro marginal passa a ser construído

⁵⁷ Perspectiva esta apresentada e criticada em Silva (1996).

⁵⁸ Essa suposta subcultura marginal teria sua gênese na oposição com a cultura dominante. Neste aspecto podemos exemplificar através da dicotomia trabalhador / bandido, sempre presente nas representações, negativa e positiva, dos presos ou criminosos e dos trabalhadores. Ramalho (1979) e Foucault (2004).

como um bairro estigmatizado, ele passa a “degradar simbolicamente os que o habitam, e que, em troca, o degradam simbolicamente” (BOURDIEU,1997 p.166). Nesse caso, o *poder simbólico*⁵⁹ apareceria novamente, ao atuar sobre os cérebros dos agentes que sofrem a dominação e contribuir para que a profecia de sua criminalidade latente se realize.

Coelho destaca que baseando a ação policial em estatísticas oficiais e em preconceitos baseados em estereótipos que os policiais e a mídia têm dos criminosos, os indivíduos de perfil socioeconômico mais baixo são os que mais se ajustam a esses estereótipos, acabando por serem alvos privilegiados da repressão policial. Coelho critica também essa definição feita do criminoso pelas estatísticas oficiais e pelas vinculações de perfis de criminosos na mídia. Seguindo Durkheim (2003)[1895], Coelho afirma que estas definições constituem “a definição cultural de crime”⁶⁰; essa definição é utilizada para diferenciar o criminoso *oficial* de tantos outros que violam a lei sem se tornarem *legalmente* criminosos, embora o comportamento de uns e de outros sejam o mesmo” (COELHO, 1978 p.44). Os indivíduos das classes sociais mais baixas acabam por figurar um contato mais próximo com os aparelhos repressivos, também pelo fato destas não possuírem mecanismos de “*imunidades institucionais* que protegem as de classe média e alta, e por isso têm maiores probabilidades de serem detectadas pela polícia, detidas, processadas e condenadas” (COELHO,1978 p.45).

⁵⁹ “Poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2000). Essa esfera da dominação e da legitimação, na qual o poder simbólico faz parte, só é possível de se realizar através da apropriação do conceito de ideologia. Essa falsa realidade, que exerceria efeitos de naturalização do universo social, serviria como a base da legitimação do poder simbólico.

⁶⁰ Este princípio enfatiza, como nos mostra Coelho (1980), “as relações de poder na sociedade, na medida em que atribui importância crucial à desigualdade na distribuição de recursos relativos à capacidade de evitar contatos com as agências oficiais de controle e repressão” (COELHO, 1980 p.379).

São nessas ações e nessas ideologias que se baseiam a *criminalização*. Processo esse que, com base em estereótipos que combinam atributos de raça, classe social e gênero, gera uma diferença discriminatória nas ações policiais e judiciais, fazendo com que os indivíduos que se enquadrem nesses perfis sofram um tratamento mais severo. Essas aparências estereotipadas influem desde a detenção até o julgamento, permitindo que um comportamento praticado por certa classe de pessoas possa ser considerado uma infração, mas quando cometido por outras pessoas se desqualifique como infração⁶¹.

É desse processo que emerge a *criminalização da marginalidade*, ou seja, classificando negativamente as pessoas que vivem em uma parte tida como inferior do espaço social, fazendo de suas práticas algo negativo. Assim, o jogo de forças que impera na sociedade faz com que essas classes de indivíduos desempenhem o papel que lhes foi reservado de acordo com sua classificação. O jogo de forças só se completa quando é realizada a *marginalização da criminalidade*, que consiste “em imputar a certas classes de comportamento probabilidades elevadas de que venham a ser realizadas pelo tipo de indivíduo socialmente marginal ou marginalizado” (COELHO, 1978 p.50). São esses dois processos – a criminalização da marginalidade e marginalização da criminalidade – que contribuem diretamente para que a profecia do criminoso se auto-realize, isto é, faz da população que ocupa os espaços marginais da sociedade uma prova viva da periculosidade das camadas populares, já que não importa que o indivíduo tenha ou não o comportamento criminoso, o simples fato de este ser estigmatizado como um criminoso em potencial

⁶¹ Vide os crimes de colarinho branco onde os infratores são indiciados por comportamentos ilegais e não como comportamentos criminosos.

já se faz suficiente para que sejam acionados os dispositivos legais e ilegais de controle.

As discussões políticas acerca da segurança pública são pautadas a partir de uma perspectiva amplamente comungada pela mídia, administradores e sociólogos. Essa “perspectiva dominante”⁶² tem como princípio a noção de que os problemas relativos à ordem pública são derivados da ineficácia dos meios de controle social do Estado. Segundo esta perspectiva, a incapacidade das forças judiciais e policiais é, de fato, a responsável pelo aumento da criminalidade e pela anomia inscrita na lógica das relações sociais. Essa visão dita as regras para a constituição de uma segurança pública. Essa sensação de desordem é criada, principalmente, através do uso da força como organizadora das relações entre as instituições de controle e os agentes, ou nelas inseridos ou em contato com elas, e através da manifestação e amplificação do medo.

Segundo Silva (2004), esta perspectiva dominante não consegue perceber que as relações sociais passam a ter “o uso da força como princípio organizador das relações sociais” (SILVA, 2004 p.3). Novamente se faz necessário compreender a transformação da criminalidade e o aumento do uso da violência como uma ação racional, ou seja, como uma ação ou prática com intencionalidade e não como um mero reflexo do aparelho repressivo ou de condições de vulnerabilidade. Nesse caso, a reflexão que passa a ser feita diz respeito às condições dos modos de funcionamento do aparelho repressivo, sobretudo a polícia e a prisão. Essas duas instituições, na perspectiva dominante, passam por uma crise moral e de autoridade,

⁶² Muito bem apresentada e criticada por Silva (1999). Essa perspectiva teria como base as pré-noções e pré-conceitos firmados nas representações sociais – e doutas – sobre o crime, a prisão e os prisioneiros.

que corresponderiam à incapacidade destas instituições de cumprirem as atribuições que declaram ser objeto de suas ações.

As formas de controle representadas por estas duas instituições – polícia e prisão – são caracterizadas como formas de controle social perverso (c.f. MORAES, 2005). Perverso no sentido em que essas formas de controle não resultam em segurança e bem-estar social. Essas formas acabam por gerar um controle deveras arbitrário da população, principalmente entre os pobres, não garantindo seu direito de cidadão e violando seus direitos humanos. Essas duas instituições acabam por intensificar a experiência coletiva de insegurança pessoal, fazendo dessa amplificação do medo uma forma de garantir que seu poder e sua força sejam exercidos de uma forma mais arbitrária e sem controle algum de suas práticas. A questão da amplificação do medo é trabalhada de forma brilhante em Glassner (2003). Segundo o sociólogo norte-americano, essa amplitude do sentimento de medo e insegurança se intensifica no interior das relações sociais, construindo o que ele chama de Cultura do medo. Essa cultura difundida pelos meios de comunicação, pelos especialistas e pelo mundo político tem no medo uma forma eficaz de mudar a atenção para os eventos que demandam uma maior atenção.

Seguindo essa linha de raciocínio na qual o medo colabora para que algumas instituições tenham práticas bem diferentes dos discursos enunciados sobre estas práticas, iremos usar a formulação feita por Moraes (2005) para o caso específico do encarceramento

é uma forma peculiar de *controle social* e que possui um caráter eminentemente *perverso*, porque resulta de uma *perversão*, aqui no sentido de algo *mau*, *cruel*; tal disposição dar-se-ia basicamente por dois motivos: primeiro porque é uma *prática de dominação*, um exercício de *poder*, que se insinua como

terapêutica, regeneradora, ainda que, em segundo lugar, seja uma das expressões modernas da *crueledade*, que mascara a sua capacidade de *produzir dor*, por meio de um retorno metafísico ao passado tentando demonstrar que *encarcerar* é uma forma de punição mais civilizada, porque retributiva, por um lado, e, por outro, supostamente menos dolorosa. *Perversa* (grifos do autor) porque sinalizaria a todo tempo aos habitantes preferenciais da prisão que as coisas poderiam ser piores (MORAES, 2005 p. 29).

É partindo dessa perspectiva que analisaremos as dinâmicas sociais sobre a prisão, isto é, sua capacidade de produção de dor, sofrimento, *ressocialização* e identidades, sem esquecer-se das relações de poder e dominação que fazem da prisão uma instituição chave para a compreensão da nossa sociedade, embebida em uma cultura do medo.

Michel Foucault em *Vigiar e Punir* (1989) apresenta sua tese, na qual através do processo de intensificação dos dispositivos de normalização – a escola, a fábrica, a caserna -, seguindo o modelo ideal do panóptico de Bentham, a prisão perde sua especificidade, seu papel de articulação e sua razão de ser. Vivemos em um contexto onde a prisão, e também o principal aparelho repressivo do Estado, a polícia – no Brasil as polícias militares –, se cristalizaram como formas legítimas de controle social, principalmente, para não dizer unicamente, das ditas *classes perigosas*⁶³. Sem ter a pretensão de tratar do aparelho policial, este presente trabalho focará suas atenções na instituição prisional e em sua especificidade na contribuição para a criação de *estigmas*⁶⁴ para as pessoas que passam por suas celas.

⁶³ A construção dessa categoria social é debatida e apresentada por Christie (1998), Foucault (1989), Foucault (2004) e Wacquant (2001b), Wacquant (2001a).

⁶⁴ Conceito desenvolvido por Erving Goffman. Para o autor, o termo estigma diz respeito a um atributo profundamente depreciativo, uma identidade virtualmente deteriorada. “um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo” (GOFFMAN, 2008 p.13). Esse conceito será utilizado intensamente no desenvolvimento deste trabalho.

As *classes perigosas*, segundo o sociólogo norueguês Nils Christie (1998), são as pessoas excluídas dos processos produtivos, que não participam da principal atividade cotidiana, o emprego (c.f. CASTEL, 2001). Frente a essa constatação de que deve ser enunciada a igualdade como valor fundamental em nossas sociedades, é desmascarada, se faz necessário recorrer a outras formas de controle social, que tenham como fim legitimar a desigualdade. O controle dessas *classes perigosas* é produtora de novos discursos sobre a sociedade. O espaço social é dividido em uma relação entre centro e margem, e o indivíduo é dividido entre moral e imoral, bom e perverso.

A prisão e os estereótipos construídos para a disseminação do medo acabam por constituir os criminosos ou as pessoas que estiveram encarceradas como sujeitos imorais, em oposição aos outros como sujeitos portadores de uma moralidade nitidamente diferentes do grupo de delinquentes, mostrando-os como pessoas perigosas, não só para as classes dominantes, mas, também, para as classes dominadas, que acabam por ver como necessárias as políticas equivocadas, que têm como alvo as próprias classes dominadas. Sem delinquência, nada de medo, nada de polícia, portanto, nada de controles sociais arbitrários. Para Loïc Wacquant, “a gestão policial e carcerária da insegurança tem certamente como efeito o controle dos membros da ‘gentilha’ infame, mas tem também o efeito de confirmar seu status e recompor suas fileiras” (WACQUANT, 2001a p.37). É sobre esta questão do papel da prisão na produção de sistemas de classificação, e, assim, no seu papel na produção e reprodução da criminalidade que este trabalho se insere.

Em seus trabalhos de genealogia das instituições disciplinadoras⁶⁵, Foucault coloca a prisão como um “instrumento de repressão social” e como “um projeto de

⁶⁵ A idéia de disciplina será fundamental para compreender a prisão e seu paradoxo, que se baseia em como uma instituição que tem um ideal de reforma, onde os sujeitos devem reaprender regras de sociabilidade, são obrigados a internalizar regras opostas a esse fim para conviver nessas instituições. Essa discrepância lógica de apreender regras de interno para conseguir a liberdade gera sentimentos de

transformação dos indivíduos”. Esse “instrumento de repressão” e “projeto de transformação dos indivíduos” seria “uma das regiões escondidas de nosso sistema social, uma das caixas-pretas de nossa vida” (FOUCAULT, 2004 p.2). Essa mesma instituição que surge, supostamente, como uma forma de humanizar a punição, e que tem sua gênese marcada pela reforma de si mesma⁶⁶, é uma instituição de sucesso. O sucesso da prisão se qualifica quando “a prisão cria e mantém uma sociedade de delinquentes, o meio com suas regras, sua solidariedade, sua marca moral de infâmia” (FOUCAULT, 2004 p.156). Essa visão de Foucault é, de certa forma, apresentada nas análises de Coelho (1987) e Silva (1999). Para esses autores, a instauração de uma subcultura da criminalidade é uma das principais formas dessa criminalidade se produzir e reproduzir. Diferentemente de Foucault, porém, Silva (1999) e Coelho (1987) desenvolvem a instituição de uma cultura gerada a partir de relações sociais geradas pela criminalidade juntamente com o sistema de justiça criminal.

Para Foucault, a prisão se estabelece como um importante mecanismo na estrutura de poder da classe dominante. A existência de uma minoria criminoso serve para a classe no poder – segundo Foucault – “como um álibi contínuo para endurecer o controle da sociedade” (FOUCAULT, 2004 p.157). Essa “fábrica de delinquentes” que é a prisão servia ou para fabricar mais criminosos ou para afundar mais os criminosos na criminalidade. Para Foucault, esse projeto se mostrava válido para as classes dominantes, na medida em que os delinquentes são “úteis, tanto no domínio econômico como no domínio político” (FOUCAULT, 2004 p.162). As análises *foucaultianas* apontam no sentido de que a prisão profissionaliza o criminoso na criminalidade, em um momento que, depois de ter passado pela prisão, o sujeito passa a ser um sujeito

prisonização (Cf.: MORAES, 2005), que acaba por ser um elemento fundamental para construção de identidades.

⁶⁶ A idéia da prisão como instituição que busca se reformar desde sua gênese é apresentada em Foucault (1989).

infame, imoral, esgotando a possibilidade de ele voltar a fazer aquilo que fazia antes do ingresso na instituição penal. Além de esse mecanismo criar a criminalidade, ele constrói a idéia de povo como sujeito moral, ou seja, separado dos delinquentes e criminosos. A própria localização das penitenciárias, sempre afastadas dos centros urbanos, mostra geograficamente essa exclusão e segregação.

A criminalidade oferece também um número infinito de matéria-prima para a *indústria do controle do crime*. A criminalidade oferece ao interesses econômicos dessa indústria a possibilidade do excesso de oferta, tanto por parte dos criminosos como por parte da capacidade carcerária e da força policial. Essa indústria tem como papel “limpar e remover os elementos indesejáveis do sistema social” (CHRISTIE, 1998). Os elementos indesejáveis do sistema social pouco têm a ver com crimes cometidos. Segundo Christie (1998), crimes são atos e atos se tornam alguma coisa. Essa situação, onde há uma oferta ilimitada de atos que podem ser classificados como crimes, “cria também as possibilidades ilimitadas de travar uma guerra contra todas as espécies de atos indesejáveis”⁶⁷ (CHRISTIE, 1998 p.14). Provavelmente estes atos indesejáveis são cometidos por pessoas indesejáveis. Isso é apenas mais uma prova de que o tamanho da população carcerária não diz respeito ao aumento do nível de criminalidade, mas é o resultado de tomadas de decisões políticas⁶⁸. Como nos mostra Wacquant (2001), *a guerra contra a pobreza se transformou nas guerras contra os pobres*, Com a expansão

⁶⁷ Novamente a questão da distância social, base genética de nossos sistemas de classificação, é fundamental para se compreender como certos atos, e até mesmo estilos de vida, são criminalizados e outros não. O pertencimento a uma classe social, morar em um bairro degradado, ter certo estilo de vida, ser não-branco, são todos critérios de apreciação e julgamento que, quando articulados, são força motriz na classificação do indivíduo como criminoso.

⁶⁸ Wacquant demonstra essa tendência em Wacquant (2001a). Para o autor, isto é reflexo “à extensão ao recurso à prisão para uma gama de crimes e delitos que até então não incorriam em condenação à reclusão...” (WACQUANT, 2001a p.61-62). Wacquant ainda afirma que a guerra às drogas foi um dos fatores decisivos no aumento do nível de punitividade, mudando assim a atitude dos poderes públicos em relação às classes pobres que sempre foram o seu foco, mostrando que o encarceramento serve antes de tudo para *governar a ralé*.

penal, o ideal de *ressocialização* e reforma foi substituído pela pura intenção de punir e de tornar inócuos os criminosos, imobilizando-os.

Com a visibilidade da pobreza, por dizer, o aumento do número de pessoas excluídas do processo produtivo, torna-se visível também a repulsa a esse estilo de vida. A repulsa e o medo a esses estilos de vida fazem aumentar a distância social entre “nós” e “eles”⁶⁹, tornando “eles” vulneráveis aos instrumentos repressivos.

Acompanhando as discussões aqui apresentadas, nossa concepção compreende a prisão como um espaço de relações sociais que forja identidades sociais nos indivíduos, identidade essa que é marcada pelo estigma de ter passagem pelo sistema prisional. Até então, nada de diferente e novo. No entanto, ao enfatizar uma abordagem mais micro-sociológica, podemos observar uma variedade de configurações que durante o processo de socialização produzem disposições identitárias variadas nos indivíduos. Ramalho demonstrava que se mesmo sob a visão da justiça criminal todos os presos fossem criminosos, “do ponto de vista dos presos nem todos são *criminosos*, nem todos ‘pertencem à massa’” (RAMALHO, 1979 p. 43). De tal modo, por mais força que a prisão tenha em gerar um estereótipo pelas pessoas que por ela passam, nem todos são vistos dessa maneira. A cultura criada no interior das prisões tem instrumentos de classificação que operam na forma em que o indivíduo vai se reconhecer.

Essa abordagem tenta se afastar das generalizações sobre as experiências pessoais, buscando na trajetória individual as formas distintas de socialização, mesmo em um ambiente marcado pela opressão. Dessa forma, buscamos demonstrar como uma dinâmica micro está submersa nas análises macro, que se esquecem dos dramas individuais, que acabam por fazer com que certos indivíduos re-signifiquem uma série de práticas.

⁶⁹ Essa oposição, além de orientar às práticas cotidianas, passa a orientar também as teorias da criminologia. Essas novas criminologias nos são apresentadas em Garland (1999).

Quando o indivíduo socializado dentro desse padrão de sociabilidade deixa esse mundo recluso e passa a ter outras práticas cotidianas é que se podem notar os impactos promovidos por esse tipo de socialização. Ao deixar o universo prisional, o sujeito deverá mudar sua postura, sua linguagem e sua forma de ver o mundo. Essa mudança na forma de ver o mundo provavelmente está ligada à maneira pela qual esse sujeito irá interpretar sua passagem pela prisão. A nosso ver, a interpretação individual da experiência prisional é deveras importante para a visão que o ex-preso faz de sua vida e sua história. Várias vezes durante as entrevistas, a passagem pela prisão era retratada como um sofrimento que gerou um novo sentido na vida, bem aos moldes da *teodicéia do sofrimento* explicada por Weber (1982).

Essa interpretação servirá como referência na (re)construção da identidade, que pode variar tanto em direção ao retorno para o mundo do crime, como para a busca de uma sociabilidade legalmente estabilizada.

As formas possíveis de ação irão ao encontro das perspectivas que os atores, que passam pelo processo de desencarceramento, terão sobre seu futuro. A cultura prisional se apresenta em uma relação de metonímia com a cultura da criminalidade. Este aspecto é um determinante para que quando os indivíduos deixem a prisão continuem com laços estreitos com as atividades criminais. Entretanto, esta não é uma característica determinista. É uma possibilidade, pois grande porcentagem das pessoas que sofre o encarceramento se afasta das atividades criminais.

3.3. Preso e ex-presos

A temática da prisão leva consigo um universo um tanto amplo. Podemos colocar a administração dos processos de justiça criminal, a saber, o poder judiciário,

como a grande instância decisiva dos processos de criminalização. Concordamos em parte com esta lógica explicativa, todavia, reconhecemos que as instituições sociais detêm uma dinâmica própria, relacionada essencialmente com as práticas entre atores sociais em determinados contextos. Logo, as lógicas do mundo prisional são definidas pelas interações e pelas representações que os atores que estão intimamente ligados a esse mundo fazem de si e sustentam quando se relacionam com outros atores. Pensando dessa maneira, achamos que o aparato judiciário é deveras distante do mundo prisional para receber tamanha importância. Assim, focaremos as relações dos protagonistas do sistema penitenciário, os presos, ex-presos e a própria instituição prisional, como forma de alcançar uma interpretação desse mundo.

Sabemos também que o mundo social é relacional (c.f. BOURDIEU, 2001). Todas as categorias que nos possibilitam apreender o mundo são construídas em relação com outras esferas, com variados atores sociais. Por isso, pensamos que excetuando a instituição prisão, seus internos e funcionários, os ex-presos são fundamentais para a compreensão da dinâmica prisional. Os indivíduos que passaram pela experiência do encarceramento são responsáveis pela divulgação de uma representação do mundo prisional, pois são uma ponte entre a prisão e a sociedade mais ampla. Achamos que ao estudar esses caminhos de trocas entre as duas esferas, conseguiremos compreender uma etapa fundamental do processo de construção simbólica do sistema penitenciário.

Sykes pensa a prisão como um espaço social fechado (c.f. SYKES, 1971) que possui uma dinâmica própria, e ao ser colocada em prática apresenta e faz incorporar nos seus internos representações, valores e normas morais particulares, que se distinguem dos da sociedade mais ampla⁷⁰. Mesmo fechada, a prisão não é impermeável, sua porosidade vai ditar a relação dos seus internos com a sociedade mais

⁷⁰ Termo usado por Goffman para se referir à sociedade civil. Achamos este um bom termo, e será usado no decorrer de toda essa dissertação.

ampla. Entendemos que essa formulação faz criar uma identidade totalizada pela experiência do cárcere. Sabemos que a forma de sociabilidade, junto com todos os variados dispositivos de controle existentes no interior da prisão, cria padrões e forja identidades⁷¹. Essas identidades, marcadas pelas dinâmicas e representações institucionais, que só podem ser atualizadas dentro das celas e galerias das prisões, será posta em contradição quando os atores sociais se virem do outro lado do muro.

O processo de encarceramento, ao produzir identidades através de suas intensas dinâmicas de sociabilidade, produz disposições e formas de enxergar e agir no mundo segundo um conjunto ético particular à prisão. Essa maneira de agir, pensar e sentir não se encerra quando o interno consegue a liberdade. Esta não ocorre automaticamente após a saída da prisão. Este processo de desencarceramento é marcado pela oscilação entre dois papéis sociais: o de indivíduo em liberdade – o egresso e o de preso, entre as disposições criadas a partir da vida no cárcere e uma nova vida, marcada por sonhos e planos que tem como objetivo superar a experiência prisional ou conseguir administrar as experiências incorporadas. Cria-se, assim, um embate entre o que foi e o que deve ser, entre um passado e o presente.

3.4. Ressocialização: Categoria nativa

Essa construção do indivíduo como criminoso cria uma série de dificuldades para os presos em busca de sua reabilitação. A prisão se justifica como instituição central no aparato repressivo através de um ideal que ela nunca alcança: a *ressocialização*. Portanto, a prisão se justifica por algo que ela nunca alcança. Devemos lembrar, todavia, que esta problemática ao ser encarada sociologicamente se apresenta

⁷¹ A temática da construção e da reformulação de padrões de identidade pela instituição prisional será recorrente durante toda essa dissertação.

como uma falsa questão. Não é possível *ressocializar* alguém, a não ser que essa palavra tenha o sentido de socializar alguém em uma sociedade, cultura ou instituição. Ao apresentar o recém ingresso à cultura prisional, a prisão acaba por socializar os ingressos na sociedade dos cativos. Com base nesta discussão, colocaremos a idéia de *ressocialização* como uma categoria nativa, ou seja, essa idéia tem uma força grande naqueles que estão envolvidos com o sistema penitenciário, porém, ela jamais pode ser aceita como um conceito. É necessário compreender por que ela organiza boa parte das ações do sistema penitenciário.

Sendo assim, continuamos a afirmar a influência que as instituições exercem sobre as personalidades dos atores sociais. No momento em que a prisão coloca o papel de “ladrão”⁷² para seu interno, um papel recheado de projeções, é muito difícil que seu ideal regenerador seja executado. No fundo, o eu forjado pela instituição penal será o eu construído com base no funcionamento da prisão como instituição total, que através dos processos que serão apresentados, em especial nas questões relativas à morte civil, será o de apto à participação do mundo prisional e não ao da sociedade mais ampla. Temos ainda que lembrar que a prisão é uma instituição na qual coexistem dois sistemas de códigos que regem o cotidiano da instituição. Um formulado racionalmente pelo Estado, representado pela administração da penitenciária que impõem um código baseado na segurança e na disciplina. E outro formulado de maneira orgânica pela massa carcerária, que, além de funcionar como um sistema de regras de conduta, tenta reduzir o problema da imprevisibilidade dentro das grades.

As estratégias racionais utilizadas pela instituição penal para reformar seus internos – trabalho, educação, religião e isolamento – têm resultados residuais. Se

⁷² Termo utilizado tanto pelos agentes penitenciários como pelos próprios presos para se referir aos presos. Por vezes o termo utilizado é o “vagabundo”, termo que é a antítese do trabalhador, que apresenta mais uma vez os aspectos relacionais da prisão como o mundo livre.

pensarmos no quesito trabalho, deixado tão ao acaso, serve para o uso de mão-de-obra barata dos presos por empresas que realizam dentro das prisões a confecção de objetos que, fora dela, não seria passível de ser feito. E esse aprendizado obtido dentro da prisão serve apenas para tarefas realizadas dentro dos muros da prisão. Essa reabilitação geralmente é entendida como possível através do trabalho e da religião. Com a forma como se organiza o trabalho no sistema penitenciário, os presos realizam atividades laborais mais como uma espécie de terapia do que como uma forma de aprender uma profissão que o direcione para uma vida em sociedade⁷³. As atividades realizadas, além de não exigirem qualquer qualificação especial, muitas vezes podem ser realizadas apenas dentro de unidades penais, como o caso de costura de bolas de futebol. Nas formas religiosas, a intensidade da vida religiosa, a relação com igrejas fora da prisão e o ascetismo da vida de presidiário, contribuiriam para facilitar esse processo de reintegração à vida social.

Mesmo possuindo um discurso ideal de recuperar seus internos, o sistema penitenciário se ressentido de um modelo de organização para esse objetivo. Ocorre que a reforma dos detentos pode ser construída como resultados de processos que não são estruturados para tal⁷⁴. Muitas vezes o processo de *ressocialização* é através do sofrimento e da imputação de dor, como uma forma de punição que, por seu tamanho e intensidade, faria com que o preso não quisesse retornar à prisão.

Essa maneira de olhar o sistema penitenciário cria certas questões que passam a ser objetos de estudos para a sociologia. Essa forma de ver impõe uma visão estrutural sobre a prisão, como causadora de uma socialização violenta, que imputa nos agentes

⁷³ Mais uma vez emerge as características perversas da prisão, já que o trabalho no interior da prisão é apresentado aos presos, e por vezes sentido por eles, como uma qualificação para um futuro longe das grades.

⁷⁴ Como nos mostra Moraes (2005), muitas vezes essa função *ressocializadora* é transferida para o agente penitenciário, que se torna a figura central do processo de *ressocialização*, pois, além de estar cotidianamente em contato com os presos, serviriam também de elo entre o *mundo de dentro* e o *mundo de fora*.

que por ela passam os valores e a moral do mundo do crime. Tendo essa idéia como princípio norteador, todos os indivíduos que passarem pela prisão terão uma socialização violenta e, com isso, ele terá incorporado, mesmo contra toda resistência, a identidade de criminoso. Logo, a prisão não poderia ser outra coisa que não uma fábrica de criminosos.

Olhando dessa forma⁷⁵, todas as experiências individuais seriam marcadas negativamente pela passagem pela prisão, por mais que as representações que os indivíduos façam de si mesmos depois de passar pela prisão sejam, de alguma forma, com a intenção de demonstrar que essa passagem pela prisão foi responsável por uma reforma moral⁷⁶. Esse alerta nada tem a ver com a defesa da prisão e a prova de sua eficácia. Essa questão por nós levantada tem relação com a teoria sociológica⁷⁷, que, mesmo se mostrando crítica ao encarceramento, esquece da capacidade de significação dos agentes sociais. O sofrimento causado pela passagem pela prisão⁷⁸ acaba por gerar uma reforma moral em que, similarmente a uma experiência religiosa, o indivíduo encontra a salvação através da adversidade. Mais uma vez religião e prisão se encontram, agora não mais na história, mas nas práticas dos presos.

⁷⁵ Nessa forma de ver, não estaria incluída a suspensão dos pré-conceitos e das pré-noções. Essa forma de representação da prisão expressa em todos os trabalhos de sociologia, além de impor uma forma de se estudar a prisão, legitima o uso e a reprodução dessa representação.

⁷⁶ Por vezes, os discursos de ex-presos, ao demonstrar essa tendência, por mais que os próprios sejam críticos do sistema penitenciário, acabam de uma forma distorcida tentando justificar a eficácia, logo, a razão de ser da prisão, quando confidenciam que o sofrimento por eles passado teve como efeito uma reforma moral.

⁷⁷ Mesmo devendo muito às teses levantadas por Moraes (2005), se faz necessário localizar a influência dessas pré-noções que afetariam a condução de uma pesquisa sociológica que tivesse o intuito de relacionar estrutura e prática. “O encarceramento também é *perverso* no sentido de promover um *desvio* do que ele promete, a saber, *ressocializar* no sentido de *melhorar* e/ou *curar* os indivíduos (...) e o que ele efetivamente faz, que pode ser tudo, menos *melhorar* alguém” (MORAES, 2005 p.29). Mesmo sabendo que muitas vezes os discursos dos ex-detentos podem vir a ser contagiados pelo discurso oficial da instituição – a saber, o da *ressocialização* – a taxa de reincidência, fator usado para medir o *fracasso* da prisão, não é de 100%, logo, é possível que muitos presos tenham outra vida que não a de criminoso. Nossos casos empíricos demonstram essa possibilidade.

⁷⁸ Estes casos parecem resolver o paradoxo expresso no discurso oficial da prisão: *ressocialização* e disciplina. Neste momento, essas questões se resolvem através de sua junção: *punir ressocializando*.

Max Weber (1982), em seus estudos sobre a religião, apresenta uma tentativa de compreender como a religião e a negação do mundo poderia ser uma forma de auto-redenção. Tendo como finalidade a salvação, a religião através da “necessidade metafísica, respondeu à consciência de tensões existentes e insuperáveis, e, através da teodicéia, ela tentou encontrar um sentido comum apesar de tudo” (WEBER, 1982 p.409). Em suas tipologias de teodicéia, Weber categoriza a salvação dos indivíduos através do sofrimento, e o sentido de vida gerado pelo sofrimento como teodicéia do sofrimento. Dessa maneira, o sofrimento seria um investimento da economia subjetiva para criar e atribuir sentidos às práticas.

As relações entre a religião e a prisão não são poucas. Moraes (2005) trabalha muito com essa relação, tanto no aspecto histórico de gênese do sistema prisional como nas metáforas que encarnam o sistema penitenciário e a passagem pela prisão como a passagem pelo inferno e a *ressocialização* realizada como uma forma de salvação. Inicia-se com a noção de penitência e redenção, conceitos importantes para ambas. A prisão parece fazer uma aproximação entre o sagrado e o profano. De um lado se tem a salvação, que se aproxima de uma experiência espiritual supramundana, e, de outro, os presos, sujos, mórbidos, em uma palavra, profanos.

Essa possibilidade socialmente legítima de imputar dor em seus processos de socialização, que são apresentados como processos de *ressocialização*, cria nos indivíduos que passam por esse paradoxo reações adversas. Weber (1982) nos mostra que uma visão racional do mundo – com os presos essa visão racional é de conhecerem suas condições materiais objetivas de existência – pode dar ao sofrimento um valor positivo⁷⁹. Essa posituação do sofrimento teria como reflexo um maior respeito às leis

⁷⁹ “A teodicéia do sofrimento pode ser colorida de ressentimento, mas a necessidade de compreensão pela insuficiência de nosso destino neste mundo não tem, em geral, o ressentimento como um elemento básico e decisivo” (WEBER, 1982 p.319).

e as normas, tanto sociais como legais. Seguindo esta lógica⁸⁰, a *ressocialização*, neste caso, funcionaria através da punição intensa e na capacidade, controlada, de gerar dor⁸¹.

⁸⁰ Parece claro para nós que essa lógica não é racional, no sentido de projeto em que a finalidade seja controlada. Esse fenômeno parece para nós mais uma demonstração de *poder simbólico*, no qual de tanto os presos conviverem com o discurso da *ressocialização*, eles assumem uma disposição a incorporar esse discurso, que tem como efeito legitimar não só a instituição, mas suas práticas embebidas de violência.

⁸¹ Foucault chama essa capacidade de *gradação calculada de sofrimento* (FOUCAULT, 1989).

Capítulo 4: Socialização na vida adulta.

4.1. Socialização: Tema clássico da sociologia

Desde os primórdios, a socialização é uma questão fundamental na sociologia. No primeiro “manual” de sociologia, a saber, *As regras do método sociológico*, Durkheim inicia uma discussão sobre a socialização, como processo essencial para inculcar a sociedade nos indivíduos. Ao justificar o fato dos fenômenos sociais serem exteriores aos indivíduos, Durkheim começa a ressaltar a importância da socialização. Defendendo a posição que a sociedade se reflete nos indivíduos, os fenômenos coletivos chegam às consciências individuais através de um árduo processo de internalização desses papéis e ideais sociais. Segundo Durkheim, ao realizar um papel, por mais de acordo que nossos íntimos sentimentos estejam, eles não são meramente subjetivos, porque em alguma etapa de nossa vida eles foram recebidos por nós através da educação. Esses tipos de conduta acabam por ser dotados de uma força que nos impera e age de forma coercitiva freqüente às nossas consciências, se impondo, como nos mostra Durkheim, quer queiramos ou não. Ao nos conformarmos com esse imperativo, deixamos de sentir a sua força, mas ao tentar transgredir essas condutas, sentiremos toda a sua força e coerção.

Todos esses códigos e normas para a conduta nos são apresentados e transmitidos através da educação. Segundo Durkheim, “a educação consiste num esforço contínuo para impor à criança maneiras de ver, de sentir e de agir às quais ela não teria chegado” (DURKHEIM, 2003 [1895] p. 06). Assim, a educação é o processo de integração da criança ao mundo, ensinando e gerando as suas disposições de convivência no universo social. Com o tempo a coerção deixa de ser sentida, passa a ser

naturalizada pelos indivíduos, originando hábitos e comportamentos derivados das forças coercitivas.

Mesmo Durkheim, sempre atacado como coletivista e pensador que invisibilizava os sujeitos, já apontava em 1895 que a sociedade não se reflete de forma uniforme nos indivíduos. Essas apropriações se dão de maneiras e intensidades diferentes nos indivíduos. É com base nessas considerações que iremos analisar os processos de socialização nesta dissertação.

Outro ponto importante a ser ressaltado dentro das discussões em que os processos de socialização têm uma importância fundamental são as contribuições de Pierre Bourdieu. Para nossa pesquisa, suas argumentações sobre as intermitências dos processos de socialização são essenciais. Se Durkheim focava esse processo durante a infância, Bourdieu coloca esse processo como inseparável das interações sociais. Ao ser contínuo, a socialização opera a todo instante na vida do ser social. Como nosso objetivo é demonstrar que a socialização no mundo da prisão é fundamental para compreender os atores que passam por um processo de desencarceramento, vamos pontuar nossa *canibalização* de Bourdieu.

Para Bourdieu, a socialização é responsável pela incorporação das estruturas do mundo social pelas estruturas cognitivas. Apreendemos o mundo social através do ato de estarmos no mundo. O mundo não é simétrico, logo, essa aprendizagem será construída de diferentes formas, e a denominação simbólica do local que estamos presente será essencial para esse processo. “Não existe ninguém que não seja caracterizado pelo lugar em que está situado de maneira mais ou menos permanente” (BOURDIEU, 2001 p.165). Como entendemos a prisão como um desses espaços situados simbolicamente no universo social, temos que ela caracteriza as pessoas que por ela passam.

O embate direto nesse processo de socialização se dá através da relação com o corpo. O corpo, sujeito direto da socialização, gera uma singularidade do “eu” forjada pelas relações sociais. O corpo, assim, adquire os princípios que organizam um lugar, incorporando uma realidade. Levando em conta as particularidades da prisão como experiência social intensa e avassaladora, o corpo é marcado profundamente. Essa afirmação pode ser comprovada ao observar os indivíduos que tiveram uma passagem pela prisão, nas formas como “controlam” seus corpos. Durante a pesquisa no Patronato Penitenciário do Paraná, podemos observar na fila de espera do atendimento dos indivíduos que estão sob livramento condicional, que estes aguardavam sua vez com as mãos para trás e sem se encostar à parede, falando baixo e com o olhar mirado para o chão. Sabemos que esta é a forma de comportamento esperado em uma instituição penal, quando da presença de uma autoridade ou em dia de visita. (cf. Moraes (2005), Dias (2008), Biondi (2010), Ramalho (1979) e Coelho (2005)). Ou seja, suas experiências são inscritas nos corpos.

Essa maneira de se portar está intimamente ligada à prisão, na qual essa postura é uma exigência. Porém, mesmo fora da prisão a postura corporal de sujeição é mantida, mostrando-nos a forma da pedagogia cotidiana da prisão, que depois de um processo intenso de aprendizagem é naturalizado pelos atores, que incorporam e nem mais sentem as estruturas de dominação inscritas em seus corpos. Seu “eu”, visibilizado pela postura corporal, foi condicionada pela experiência do encarceramento.

Outro ponto relevante das contribuições de Bourdieu que nos é de muita importância é o fato desse processo de incorporação das estruturas do mundo não ser um processo direto. Nem sempre os atores incorporam tudo e da mesma forma, gerando, assim, discrepâncias entre as posições e as disposições. Isso quer dizer que as relações sociais cotidianas forjam nos atores sociais formas de encenar a vida. Porém o

cenário ideal que sustenta essas relações podem não existir mais, criando um impasse entre o cenário e a prática. Um exemplo dessa discrepância é o egresso do sistema penitenciário, pois as disposições geradas no período em que ele esteve encarcerado podem ou não continuar quando ele se encontra em liberdade. Assim “a homologia entre o espaço das posições e o espaço das disposições nunca é perfeita e sempre existem agentes numa posição em falso, deslocados, mal situados em seu lugar e também, como se diz, “na sua pele” (BOURDIEU, 2001 p.192). Esta afirmação é importante por mostrar que mesmo as mais intensas socializações não são capazes de naturalizar em absoluto suas disposições, possibilitando que os atores sociais não incorporem totalmente essas posturas. Isso é de total importância para a nossa pesquisa, já que observamos que nem sempre as disposições de “vagabundo” geradas pela prisão são incorporadas e atualizadas.

4.2. Papel da socialização na vida adulta

Vimos que as concepções que se interessam pela socialização na sociologia se interessam nela como um processo em que a sociedade é internalizada pelos indivíduos. Isso acontece de forma muito intensa desde a mais terna infância e continua por toda a vida do sujeito. Mesmo aceitando o fato de que na infância esse processo é mais forte, porém, não podemos deixar de lado o fato que a socialização é um processo presente em toda a vida.

A influência da teoria freudiana nas ciências sociais, a qual defende que a infância ocupa um lugar central na formação da personalidade e do caráter, focalizou a temática da socialização nas aprendizagens da criança. Anselm Strauss, sociólogo norte-americano, associado aos interacionistas, critica intensamente esta postura das ciências

sociais em seu livro “Espelhos e máscaras” (1999). Tendo como ponto fundamental em seu trabalho a socialização da vida adulta, Strauss parte de uma crítica às análises freudianas, por estas desconsiderarem as mudanças da fase adulta como importantes nas reformulações de identidade e caráter. Suas críticas avançam contra toda uma psicologia social que não consegue contemplar as mudanças na identidade dos atores, pois esta “é representada pela concepção bastante familiar de que o núcleo essencial da personalidade é afirmado cedo na vida e as mudanças posteriores são variantes, embora complicadas, da organização inicial da personalidade” (STRAUSS, 1999 p. 100).

Strauss afirma que as mudanças que ocorrem na vida adulta são capazes de formar novas identidades e trajetórias, através dos diferentes papéis sociais, que estão articulados a experiências em mundos sociais particulares. Com isso, Strauss rejeita uma visão estática de identidade e estabelece relações entre processos sociais e trajetórias individuais. Relacionando estes âmbitos da vida, confirma-se que as socializações diversas da vida adulta influenciam diretamente os processos de construção de identidade.

Essas formulações são muito importantes para nosso caso, já que o encarceramento visto como um processo de socialização na “sociedade dos cativos” coloca a questão da transformação da identidade através desse processo. Quais as mudanças que ocorrem depois desta experiência, até que ponto a concepção de mundo das pessoas que passaram por esse processo será alterada e, ainda, como elas se envolvem com todos os âmbitos que implicam a socialização na prisão. Estes apontamentos serão analisados quando apresentarmos os casos das pessoas que estão na interface prisão / liberdade.

4.3. A força da socialização na vida adulta

Sob vários aspectos as relações estabelecidas na vida adulta atuam com uma força intensa em todas as esferas da vida dos atores sociais. Seja por meio de relações estabelecidas através da atuação profissional, engajamento político e sindical, pertencimentos à associações religiosas, entidades esportivas e acadêmicas, todas elas geram papéis sociais que devem ser representados e criam uma posição a ser ocupada na estrutura social. A vida prática e as representações que temos de nós mesmos e dos outros nos posicionam no espaço social e criam expectativas que nos influenciam muito mais como adultos do que como crianças.

Todas as experiências que nos ocorrem durante a nossa vida servirá como uma forma de nos analisarmos, de nos percebemos como parte integrante do universo social e “enquanto perdurar o aprendizado, persistirá a revisão dos conceitos, e enquanto ocorrer a revisão, ocorrerá a reorganização do comportamento” (STRAUSS, 1999 p. 43). Todos os envolvimento que temos em nossas vidas transformam não só nós mesmos como a forma de nos relacionarmos com o mundo.

Uma experiência em uma instituição penal transforma a forma como o indivíduo se relaciona com o mundo, transformando como as pessoas o vêem e como ele enxerga a si mesmo. Isso faz com que os atores que encenam esse drama sintam-se perdidos, sem rumo. Este sentimento de estar à deriva faz com que seus comprometimentos sejam enfraquecidos, mudando a concepção que ele tem de si mesmo como determinado tipo de pessoa e a forma que ele próprio vê que tipo de comportamento as outras pessoas podem esperar dele.

Esta afirmação é confirmada nos discursos dos nossos entrevistados, em que, ao ocupar o papel de ex-presos, os atores não buscam seus direitos em uma relação de trabalho, por considerar que o patrão não o atenderá pelo fato de ter sido preso. Isso

pode ser verdade também nos casos dos bandidos de carreira, nos quais a postura anti-social é aguardada⁸². As expectativas sobre o que as outras pessoas esperam de nós influem diretamente na forma da interação.

O encarceramento, além de uma dinâmica cruel e punitiva, como já apresentamos aqui, por vezes, pode gerar no sujeito que sofre esse processo uma mudança abrupta de caráter. Ao sermos socializados dentro de determinados ambientes, aprendemos formas de perceber e julgar o mundo social dentro de um padrão específico, e visualizamos novas justificativas para nossas práticas. Neste ponto, tanto nossas práticas cotidianas como as justificativas se naturalizam, e passamos a enxergar elas como as únicas possíveis.

Além das mudanças nas formas de perceber e julgar o mundo e as práticas individuais, o encarceramento produz uma mudança no status do indivíduo, tanto na maneira como ele se vê e como é visto pelos outros. A transformação só ocorre dentro de uma relação, ontologicamente ele inexistente. As transformações no *status* do interno se dão na forma como os outros presos vão enxergá-lo, como a equipe dirigente irá vê-lo e em como serão suas relações com a sociedade mais ampla. Iremos apresentar casos nos quais o ator, quando preso, despertava desconfiança da equipe dirigente por causa do crime cometido e de suas relações homossexuais no cárcere, e, quando de sua liberdade, conseguia a confiança das pessoas mesmo estas sabendo de sua condição de ex-presos. Outro caso apresenta a total confiança da equipe dirigente, ao ponto de permitir que este portasse estiletes e gasolina dentro da cela, e que em liberdade enfrenta algumas desconfianças para expor seu trabalho, tendo que fazer um esforço intenso para encobrir seu passado.

⁸²O livro do detento Luis Alberto Mendes, “Memórias de um sobrevivente” (2001), mostra como um preso visto pelos outros detentos como bandido deve se portar no interior do sistema penitenciário.

Essa variação de *status* mostra que a relação social inserida é mais importante que as características dos atores, inclusive porque a experiência do encarceramento pode ser recalcada se o indivíduo tiver capacidade suficiente para criar uma nova história de vida, encobrendo seu estigma, por exemplo, ocupando o papel de artista. Caso sujeito não conseguia uma forma de se distinguir socialmente, contudo, é provável que sua experiência na prisão o persiga durante sua vida, cristalizando sua identidade como de ex-preso. Isso gera graves problemas para a reconstrução da identidade uma vez que “o manter-se por muito tempo num dado *status* pode esconder uma verdadeira mudança de posição social, à medida que antigos deveres e prerrogativas são abandonados” (STRAUSS, 1999 p.109). Outro importante sociólogo norte-americano, Everett Hughes (1980), mostra que a vida dos indivíduos, por serem iminentemente sociais, é repleta de ciclos, carreiras e momentos críticos. Todas essas fases estão associadas com acontecimentos importantes que direcionam a vida e o mundo dos atores sociais. A cada mudança de *status*, uma nova combinação de obrigações e privilégios é construída. Em algumas mudanças, pode haver incursões rituais que demarcam a passagem de um *status* a outro.

Ao mesmo tempo em que sua posição mudou, as ações e o comportamento mudaram, novos deveres e compromissos surgiram, existe a representação do ex-preso como um criminoso em potencial. Essa representação cria uma série de expectativas de comportamentos e de práticas, que, a partir do momento em que são executados, funcionam como uma espécie de *profecia autocumprida*, já que o que era esperado é realizado. Quando um indivíduo é marcado com um estigma, seu leque de expectativas é limitado. Quando este estigma supõe um contágio moral, gera um tipo específico de conduta, que é esperada por todos os atores envolvidos naquela interação.

Esse *status* de ex-presidiário se transforma em um modo de ação, que foi apreendido durante sua estada em uma instituição penal, e guiará sua vida na sociedade mais ampla, através de estratégias para a construção da sua identidade social desvinculada da prisão.

Capítulo 5: Vida em uma instituição total.

O processo de classificação e percepção social que faz com que um indivíduo seja catalogado como criminoso inicia-se antes mesmo de sua passagem pela instituição máxima do sistema repressivo do Estado. Como já mostramos, os fatores classe, raça, gênero, idade e estilos de vida já fornecem os perfis e os estereótipos em que se concentra a abordagem e a ação policial. Mas a prisão é uma *instituição total*, instituição fechada, no momento que separada das dinâmicas externas tem como objetivo reformar os internos a um padrão ideal, esse controle é feito através de um fechamento físico e simbólico da instituição, na qual as regras destas detêm certa autonomia do mundo externo. A formação de identidade nessas instituições e o alcance desse padrão de comportamento é realizado pela intensidade na internalização das regras da instituição (Goffman, 2005). Ela é também um espaço fechado⁸³, não só por grades, mas também simbolicamente, com dinâmicas e regras próprias. Um ideal de aniquilamento individual se dá em nome da internalização das regras e da formação de uma *hexis corporal* própria da instituição. Os processos de criação do *habitus* da criminalidade se intensificam a partir de dinâmicas e relações próprias das prisões. Esse processo foi denominado por Erving Goffman (2005) como *mortificação do eu*, ou morte civil. Esse processo diz respeito ao despojamento de identidade sofrido pelas pessoas que ingressam as instituições totais. Ao perder seu nome, seus bens, serem obrigados a vestir-se da mesma forma, comer as mesmas coisas, as identidades são assimiladas, restando-lhes a identidade de interno. Isso significa que uma instituição que

⁸³ No Brasil, essa discussão sobre o fechamento das prisões, e por conseqüência a discussão se existiriam as instituições totais, são delimitadas pela possibilidade de investimento no sistema penitenciário. Tanto os críticos do conceito podem se valer da falta de investimento e do descaso para assegurar que esse controle no processo de formulação e aplicação das regras é feito, como os seguidores do conceito podem argumentar que com a *hiperinflação penal* houve uma reforma nos sistemas prisionais, em que as prisões continuaram a ser totalizadoras da experiência social dos sujeitos que nela ingressam. Penso nos investimentos de estados como Paraná e São Paulo, e no próprio governo federal, em prisões de máxima segurança, que garantem a punição, o isolamento e o cumprimento das regras.

se baseia na reforma – *ressocialização* –, como a prisão, destrói a identidade dos indivíduos para construí-los como detentos.

Esse paradoxo foi resolvido por Sykes (1971) quando este afirma que a reforma que a prisão deve fazer para *ressocializar* os criminosos não pode ser feita, já que esta instituição é responsável por socializar os indivíduos na *sociedade dos cativos*.⁸⁴ A socialização nesses códigos de conduta cria uma solidariedade entre os presos. Como disse nosso informante, “os caras vêem o que os que tão lá fora fizeram pra ele, e vêem o que os que tão lá dentro fizeram pra ele. Nesse momento, o cara fraco passa a achar que o verdadeiro lugar dele é lá dentro, junto com a família dele”. Essa ligação com o mundo intramuros faz com que o egresso volte a cometer crimes quando estiver em liberdade, tanto pelo desejo de retornar à prisão e rever seus amigos, agora sua família, como para conseguir dinheiro para ajudar esses mesmos amigos. Segundo Paixão (1987), um requisito estrutural fundamental para a viabilização de práticas reabilitadoras - o que nos dá a entender que ele crê que a prisão pode, com alguns ajustes de procedimentos, reformar os indivíduos que por ela passam – é a desarticulação dessa esfera monopolizada⁸⁵ de construção e identificação, valores e crenças que é a *sociedade dos cativos*.⁸⁶ A existência dessa sociedade separada por grades da sociedade civil faz com que aqueles que na prisão ingressam fiquem divididos entre os códigos, valores e práticas que valem em um mundo e que não valem no outro.

Muitos estudos acabam por focalizar aspectos políticos, administrativos, arquitetônicos e legais em suas análises. Em outra leva de estudos, é necessário uma filtragem para compreender como os processos de encarceramento são sentidos

84 Esse código moral entre os detentos pode ser comprovado em diversos trabalhos tanto científicos quanto literários. Para uma maior discussão ver: Varella (2003), Ramos (1988), Coelho (1987), Ramalho (1979).

85 Creio que a existência de grupos de criminosos organizados no interior das prisões pode, de certa forma, funcionar como esse elemento aglutinador e regulador da massa carcerária.

86 Em vez do termo *sociedade dos cativos*, Ramalho (1979) irá usar outro termo, como *código da malandragem*, um conjunto de valores e práticas comungados pelos presos.

subjetivamente pelos presos, conhecendo, assim, o mundo social dos internos, e tentar recuperar a missão de Goffman, quando este propõe estudar o mundo dos internos como uma forma de estruturar uma versão sociológica sobre o “eu” (c.f GOFFMAN,2005).

Por conta dessa orientação, as concepções jurídicas, administrativas e políticas acerca do sistema penitenciário, serão caracterizadas como *discursos nativos*, que mais obscurecem do que explicam, pois têm como objetivo gerar uma interpretação de um mundo social de modo a manter seus participantes e colaboradores e justificar a sua existência. Por conta disso, uma série de entendimentos do direito passa ao largo de nossas análises, que sempre privilegiaram os discursos capazes de compreender a sócio-lógica das instituições e de seus clientes.

No nosso caso, pensaremos a prisão como uma instituição fechada, que em suas relações cotidianas tanto destrói as identidades como as gera. Esses dois aspectos funcionam com intensidades diferentes junto aos internos da prisão.

5.1.Entrada em uma instituição penal (a aprendizagem)

Ao refletir sobre a admissão de uma pessoa em uma instituição total, devemos ter algumas idéias muito claras em nossa mente. A primeira é a que a detenção não é voluntária. A situação do encarceramento é outro fator preponderante em nossa análise, visto que as instituições penais são locais onde os indivíduos, além de serem confinados involuntariamente, fazem isso em condições de extrema privação. A outra questão importante é que, talvez retirando os casos dos presos reincidentes, o indivíduo não tem muita idéia de que ambiente vai encontrar dentro dos muros da prisão. Sykes coloca as privações do encarceramento como o mote inicial das formas de organização e de ação dentro da prisão. Essas formas de se portar que regem o mundo da prisão são maneiras

de garantir o mínimo de previsibilidade e segurança e uma das maneiras de sustentar uma ínfima solidariedade entre os detentos, que funciona como um meio de amenizar os problemas do aprisionamento, suas privações e frustrações.

Por mais que a representação social da prisão tenha um alcance muito grande, o conhecimento das regras e dos códigos que regem o mundo prisional não é divulgado. Logo ao entrar em uma instituição penal, a pessoa precisa apreender a se portar nesse contexto.

Esses códigos morais e de conduta são de aprendizado necessário no sentido que “o interno deve aprender, e muito rapidamente, a ser um *preso*, mediante um processo acelerado de socialização ao/no universo prisional, uma vez que disso pode depender sua sobrevivência” (MORAES, 2005 p.221). Outra questão importante é que esses códigos de conduta são duplos, pois existem as regras da administração prisional, que busca normatizar a vida dentro da instituição e seu cotidiano institucional, e existe o código de conduta dos presos, baseado em outros princípios que não os do regime penitenciário. Isso faz com que a prisão seja a instituição onde as regras parecem que foram feitas para serem descumpridas, já que as formas de interação, entre os presos e entres os presos e a equipe dirigente, rompem com a estrutura legal da prisão. Não obstante, sujeito a dois tipos diferentes de regras, o recém interno, se quiser garantir a sua sobrevivência, deve se submeter aos dois códigos e saber qual é o momento apropriado para invocar esses códigos. Essa dupla sujeição que sofre o novato forma a identidade de preso e o sentimento de aprisionamento. Para garantir sua segurança, o novato deve observar as normas de conduta, os códigos, os valores e apreender a gramática utilizada nas relações. Essa fase de observador se constitui como “um duro e perigoso aprendizado ao fim do qual o indivíduo terá perdido sua “identidade” anterior” (COELHO, 2005 p. 83).

Ao mesmo tempo em que as normas da administração são apresentadas e os códigos de condutas advertidos, o recém ingresso deve passar por outro processo que garantirá a assimilação desse novo modo de ver e agir no mundo. Goffman mostrou que, para adentrar em uma instituição total, o indivíduo terá a sua identidade social despojada do seu corpo. Ao se ver despido de tudo que o constitui como ator social, o indivíduo tem que se apropriar do contexto em sua volta para poder se relacionar com o mundo. E o que é possível de se apropriar é da cultura prisional, que se constitui como uma maneira deveras peculiar de ser no mundo e também de vê-lo. Ao perder a antiga identidade, a pessoa passa por um processo de transformação “que cria uma segunda prisão: o interno torna-se cativo da “sociedade dos cativos”, totalmente dependente dela para sobreviver” (COELHO, 2005 p. 83).

Uma das maneiras de compreender a cultura prisional é atentar para algumas maneiras como as experiências se organizam, seja através dos papéis sociais criados dentro da prisão, seja através da linguagem usada para contar o cotidiano. Ambos os aspectos estão intimamente relacionados com as especificidades das experiências no cárcere. O uso da gíria acaba por denunciar um pertencimento a algum grupo social específico, ou, no caso da prisão, o pertencimento a um lugar, pois “instead, the more critical function of prison argot would appear to be utility in ordering and classifying experience within the walls in terms which deal specifically with the major problems of prison life” (SYKES, 1971 p. 85). A rotulação na prisão serve como uma forma de descrever experiências que não possuem palavras particulares para delinear o evento na forma em que ele ocorreu. Esses eventos são denominados por Sykes como *group experiences* – experiências de grupo –, e são responsáveis pela criação dos papéis a serem interpretados dentro da prisão. Essas marcas distintivas são criadas para dar

sentido aos papéis atuados como forma de resposta aos problemas particulares à situação de encarceramento.

Sykes (1971), ao apresentar a importância dos papéis sociais dentro da prisão que são organizados através das gírias presentes na sociedade dos cativos, os *argot roles*, aponta para o fato que, ao adentrar em uma prisão, o indivíduo é automaticamente classificado dentro da lógica nativa. Um lembrete fundamental é que as tipificações classificatórias construídas pelos presos se sobrepõem a qualquer classificação formal e legal da administração penitenciária. Esses papéis são frutos de um processo social de construção de classificações como uma maneira eficaz de organizar as expectativas dentro de um ambiente pouco previsível. Nas palavras de Sykes:

A prisoner may quickly assume one role on first entering the institution and the shift to another role at later point in time. But this is simply to reaffirm that the patterns of behavior which I describe are social roles rather than personality traits and that we are interested in the behavior of inmates as a system of action rather than as a collection of individual characteristics” (SYKES, 1971 p. 106).

Essa formulação é de fundamental importância para nós, pois apresenta uma dinâmica na formação desses papéis, que cruzam comportamentos individuais, expectativas e estereótipos como formas de construção de categorias para a classificação dos indivíduos em certos universos sociais. E como estas classificações são dinâmicas e os indivíduos podem transitar entre elas “argot roles are in fact generalized behavioral tendencies and the playing of a particular role by a particular prisoner is often a matter of degree.” (SYKES, 1971 p. 106). Além dos fatos mencionados, as diferenciações de papéis ocorrem de maneiras sutis e com grande detalhamento, como nos casos de criminosos cruéis que na prisão obedecem as regras

da instituição, ou no caso dos homossexuais que possuem um leque de distinções pessoais, que representam uma maneira específica de ação.

5.2. Instituição total

Ao apresentar as análises de Goffman e Sykes sobre o encarceramento e o sistema penal, buscaremos extrair dessa matriz o máximo de instrumentos para a compreensão do fenômeno por nós pesquisado. Goffman (2005) elabora a teoria das instituições totais, em que esta “pode ser definida como um local de residência e trabalho, onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN: 2005, p.11)

O fechamento do sistema penitenciário é caracterizado com a separação física e simbólica com o mundo exterior, e esse aspecto reflete diretamente nos indivíduos que se relacionam com ela mais diretamente. Esses indivíduos são obrigados a uma convivência com outras pessoas que estão em uma mesma condição. Algumas tarefas às quais, na modernidade, somos acostumados a realizar em locais diferentes com participantes diferentes, como dormir, brincar e trabalhar, no interior dessas instituições tais tarefas são realizadas em um mesmo local e com as mesmas pessoas. Mas não são apenas essas as únicas particularidades das instituições totais, nas palavras de Goffman:

O aspecto central das instituições totais pode ser descrito com a ruptura das barreiras que comumente separa essas três esferas da vida. Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em

tempo predeterminado, à seguinte, e toda a seqüência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas em um plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição (GOFFMAN, 2005 p. 17-18).

A preocupação em que as atividades realizadas estejam em conformidade com um planejamento racional está intimamente ligada à missão da instituição, a saber, a reforma dos indivíduos que por ela passam⁸⁷. Em diversos exemplos⁸⁸, entretanto, a racionalidade empregada nas orientações dessas atividades é mais a da garantia da ordem da prisão, sua habitualidade cotidiana e sua disciplina, do que os aspectos de reforma dos indivíduos. Mesmo assim, a autoridade nas instituições totais se dirige para inúmeras condutas que são constantemente julgadas, fazendo com que “os menores segmentos da atividade de uma pessoa podem estar sujeitos a regulamentos e julgamentos da equipe diretora” (GOFFMAN, 2005 p.42). Esse formato de ação, baseado em julgamentos cotidianos, violenta a autonomia da prática, uma vez que os indivíduos encarcerados perdem as oportunidades para equilibrar suas necessidades essenciais para a manutenção de uma postura, ou, na terminologia de Goffman, uma face, perturbando totalmente a economia da ação, obrigando os detentos a se reportarem e a pedirem permissão para realizarem sozinhos atividades secundárias e, por vezes, banais no mundo externo à prisão, como nos foi dito, sobre a necessidade de pedir permissão para tomar água ou para o uso e manutenção de bens pessoais banais, mas que em um contexto de privação passam a ser supra valorados⁸⁹, colocando o ator em uma posição “não natural” de adulto, totalmente submisso, além de poder sofrer

⁸⁷ Por se basear em modelo de racionalidade, ligada à reforma dos indivíduos, mesmo contra a sua vontade, as instituições totais possuem processos mais ou menos padronizados para essa recuperação do seu interno.

⁸⁸ Cf. Moraes (2005), Dias (2008), Biondi (2010), Ramalho (1979) e Varela (2002).

⁸⁹ Ainda mais valorizados quando estão ligados à manutenção de uma aparência visual que garante o controle da maneira de se apresentar, como pentear o cabelo ou o uso de alguma roupa.

interferências diárias da equipe dirigente, ou de qualquer outro preso que esteja em uma posição de *status* superior⁹⁰.

Dessa forma, a instituição se transforma em um “híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal; aí reside seu especial interesse sociológico” (GOFFMAN, 2005 p.22). Mesmo assim, juntamente com algumas outras instituições, as instituições totais são “as estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu” (GOFFMAN, 2005 p. 22).

Muito se discute sobre se a prisão poderia ser definida como uma instituição total, pois, por uma interpretação que nos achamos equivocadas, a prisão não seria capaz de criar uma barreira com a sociedade mais ampla e tampouco de gerir a vida de seus internos. Porém, o próprio Goffman nos lembra “que nem todos os elementos que irei descrever parecem peculiares às instituições totais, e nenhum parece compartilhado por todas elas” (GOFFMAN:2005, p.17). Ao falar das características comuns das instituições totais, ele nos lembra que está se referindo ao método weberiano de *tipos ideais*, portanto, como uma construção conceitual que opera como referência para análise e compreensão de casos históricos concretos. Esse valioso lembrete nos aponta um caminho para fugir de uma interpretação macro do sistema penitenciário, que nós não negamos a existência, apenas discordamos da intensidade desse processo.

Outro ponto importante a ser lembrado sobre o importante ensaio de Goffman sobre as instituições totais se refere aos problemas das categorias convencionais. Como nos mostra Becker (2003), Goffman, ao construir uma nova categoria instituição total, foge de termos descritivos já utilizados para analisar um fenômeno social concreto. Ao criar uma nova linguagem para explicar um problema de pesquisa, Goffman descarta os

⁹⁰ Atos de deferência constante é uma prática que reforça cotidianamente a sujeição e a obrigatoriedade de participar de atividades cujas indignidades são incompatíveis com suas concepções sobre si mesmo.

termos e conceitos marcados com as relações de poder existentes e gera um conceito com ampla capacidade de generalização. É interessante deixar pautado que Goffman, ao mesmo tempo em que construiu um conceito bastante amplo, deixou a mensagem que a forma para compreender o funcionamento das instituições é observar e interpretar os momentos ordinários da vida cotidiana. Como apresenta Bourdieu (1983), Goffman introduziu na sociologia o infinitamente pequeno, que outras teorias não conseguiam detectar, ou por serem muito pequenos ou por serem muito óbvios. Sykes (1969) alertava para a importância desses acontecimentos microscópios do cotidiano prisional

Estudantes de criminologia há muito reconheceram que as lutas diárias, derrotas, submissões e atos de liderança que surgem no sistema social dos reclusos dão ao aprisionamento sua significação, em vez de detalhes da arquitetura da prisão, serviços de biblioteca, programas recreacionais e similares cavalinhos de pau que captam o entusiasmo do público leigo (SYKES, 1969 p. 92)

É através desses pés de páginas da vida que procuramos os elementos essenciais para a compreensão das interações no interior da prisão, na tentativa de captar o impacto da experiência do encarceramento na vida das pessoas que passaram por este processo.

5.3. Mortificação do Eu

O novato, ao adentrar em uma instituição penal, e, assim, se incorporar à sociedade dos cativos, precisa ser despido de tudo que constitui a sua identidade. Só assim o processo de produção de um “novo homem” poderá atender as demandas e as linguagens da instituição. A prisão desconstrói a antiga identidade da pessoa que por ela passa. Mesmo nos casos dos sujeitos já classificados e auto-classificados como integrantes do mundo do crime, a prisão deixa uma marca que traz novas interpretações, seja na forma de um diploma, seja na forma de um fracasso. Nenhuma das pessoas

entrevistadas durante essa pesquisa seguiu na mesma vida depois da passagem pelo cárcere. O processo do encarceramento transforma as bases que sustentam a identidade pessoal dos atores sociais.

Mesmo internado em uma instituição total, o mundo exterior continua sendo um parâmetro de regulamentação de expectativas e comportamentos. O indivíduo começa a sentir o seu “eu” ser demolido, a partir do momento que percebe que seu papel social, o que lhe constituía como parte integrante de um mundo social específico, lhe foi retirado. “Embora alguns dos papéis possam ser estabelecidos pelo internado, se e quando ele voltar para o mundo, é claro que outras perdas são irrecuperáveis e podem ser dolorosamente sentidos como tais” (GOFFMAN, 2005 p. 25). Ao perder sua função na sociedade mais ampla e as bases em que sustenta o seu “eu”, só resta ao indivíduo readequar as suas expectativas ou buscar encontrar na própria instituição um papel que o possibilite uma reformulação do seu “eu”. Em resumo, esse processo de profanação do “eu” se dá, pois “o novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico. Ao entrar, é imediatamente despido do apoio dado por tais disposições” (GOFFMAN, 2005 p. 24). Esse processo de despojamento do papel social do interno cultiva uma longa e intensa separação com o mundo exterior, como nos foi relatado, sobre a dificuldade de imaginar como é andar na rua, pegar um ônibus ou passear em um shopping.

Esse processo de perda do papel social, contudo, não é imediato, faz parte de um emaranhado de micro-processos e rituais que têm como objetivo o despojamento da identidade e sua sujeição às regras de controle internas. Essa tensão entre o “mundo de fora” e o “mundo de dentro” é utilizada pela instituição como uma maneira de acelerar o processo de submissão, como bem mostra Goffman, as instituições totais “criam e

mantém um tipo específico de tensão entre o mundo doméstico e o mundo institucional, e usam essa tensão persistente como força de uma estratégia no controle dos homens” (GOFFMAN, 2005: p.24). Um dos fatores que dão sustentação a esse projeto de controle e modificações dos indivíduos é o tratamento penal, o qual não tem como objeto direto o corpo do condenado, mas direciona as suas forças para a auto-estima e o sentimento de segurança dos internos, atacando, assim, de forma direta e intensa, a sua personalidade. O ataque ao “eu” faz com que a experiência prisional seja sentida por todos os detentos como profunda, extremamente frustrante e repleta de privações.

A convivência forçada exercida dentro dos muros da prisão pode gerar situações de coabitação de indivíduos que não ocupam o mesmo espaço social. Ao serem admitidos em uma mesma instituição, atores sociais podem sentir-se próximos ou distantes de seus companheiros de privação. Quando o encarceramento vem acoplado com um sentimento de injustiça, a pessoa pode sentir-se exposta a uma contaminação, que pode ser experimentada através do ambiente e sua higiene quase nula, ou através do outro ser humano que está próximo fisicamente, mas que pode estar distante moralmente. Outro ponto importante é o fato de a convivência forçada produzir pressão para que os indivíduos se integrem em atividades “normais” da prisão e, assim, se estabelecem relações de cumplicidade e compromisso com os valores da *sociedade dos cativos*, mesmo que o detento não concorde com eles por considerar que as pessoas envolvidas estão moralmente contaminadas. Esse contágio pode ser estendido aos seus familiares, que por estarem em contato com aquele ambiente podem ser contaminados.

Essa contaminação moral que os indivíduos encarcerados passam por não conhecerem a fundo o mundo do crime faz com que toda condenação moral que passam por terem sido presos seja convertida em dor e sofrimento. Mais uma vez a relação mundo livre / prisão mostra a sua força, já que estando preso o ator social pode até

ocupar espaços de importância e representar papéis que os deliberem certo nível de *status*, mas isso só ocorre em relação à *sociedade dos cativos*, nunca em relação à sociedade mais ampla. Sykes afirma que esse sentimento de excluído tem pouco a ver com a perda dos direitos civis e, sim, com “the loss of that more diffuse status which defines the individual as someone to be trusted or as morally acceptable is the loss which hurts most” (SYKES, 1971 p.67). Com isso, a certeza da rejeição do mundo livre amplifica as dores do aprisionamento e funciona como um estopim para a *mortificação do eu* do preso.

Todas essas formas de profanação do “eu” desembocam na forma em que o encarceramento é sentido como sofrimento e um purgatório. O sofrimento irá orientar as formas de organização social da prisão e a atuação dos papéis ali dispostos, assim como ditará o modo de agir. O modo de interação entre os presos surge como uma maneira de reduzir os impactos das privações do aprisionamento. “But if the rigors of confinement cannot be completely removed, they can at least be mitigated by patterns of social interaction established among the inmates then selves” (SYKES, 1971 p. 82). Segundo Sykes, compreender a maneira como isso ocorre é a chave para entender o mundo dos presos.

5.4. Reformulação da vida

Será muito defendida dentro desta dissertação a possibilidade de multiplicidades de interpretações sobre a experiência prisional. Essa afirmação não exclui o fato que as condições objetivas do encarceramento são muito próximas para todos os detentos. Vários sentimentos decorrentes destas condições são semelhantes. Os sentimentos de sofrimento, tempo perdido, solidão, abandono, frustração e injustiça talvez sejam os

sentidos pela maioria dos encarcerados. “The inmates are agree that life in the maximum security prison is depriving or frustrating in the extreme” (SYKES, 1971 p. 63). Entre os nossos entrevistados esses sentimentos são inseparáveis da experiência carcerária e a superação da prisão e do sentimento de aprisionado perpassa a superação destes sentimentos.

Outro ponto em comum que influi subjetivamente nos encarcerados tem relação com a própria organização da prisão como instituição de controle. Ao serem subjugados a uma força que os controla o tempo todo com um regulamento que não é explicado, o sentimento de si mesmo como fraco, sem controle das suas vontades, ataca diretamente a auto-imagem dos presos, quase os deslocando da posição de adulto e os aproximando do *status* de uma criança, já que suas vontades não podem ser saciadas por eles próprios.

Entre os nossos entrevistados, a prisão se apresenta como um marco fundamental em suas vidas. Ao serem presos, suas vidas se modificaram e suas concepções sobre si mesmos também mudaram. Outro ponto importante nas falas dos entrevistados se refere a um período de sofrimento que desencadeia uma vontade de “mudar de vida”, se afastar dos outros presos, manter uma distância das interações como uma forma de manter uma distância da própria prisão. O livro de Luis Alberto Mendes, “Memórias de um sobrevivente” (2001), nos ajuda a pensar sobre esse momento de reflexão que faz os indivíduos almejarem outra vida, mesmo estando em condições objetivas bem desfavoráveis à construção de outra identidade que não seja a de preso.

Nós já apresentamos a nossa hipótese sobre a experiência prisional, que pode ser interpretada através do sofrimento. Nossa leitura é inspirada nas formulações de Weber sobre as teodicéias das religiões mundiais. Para Weber, a experiência religiosa oferece

chaves explicativas para o mundo ao redor e dispõe de uma visão de mundo capaz de dar um sentido ao passado e uma direção ao futuro. Ao passar por situações de extremo sofrimento, despojado de qualquer possibilidade de controlar a própria vida, a pessoa encarcerada vê no sofrimento uma forma de experiência espiritual, uma maneira de possibilitar uma mudança, seja assistindo a necessidade de se afastar de pessoas contaminadas moralmente, seja transformando esse sofrimento em arte. Sykes também adentra nesta questão sobre dar sentido ao sofrimento como forma de interpretar a experiência carcerária. Segundo Sykes “they are unable to attach any significant meaning to their need to make it more bearable, such as present pleasures foregone for pleasures in the future, self-sacrifice in the interests of the community, or material asceticism for the purpose of spiritual salvation” (SYKES, 1971 p.69).

O sofrimento causado pela experiência carcerária produz um mote para a mudança de vida. Como dissemos, essa transformação começa quando o indivíduo, tocado pela privação e frustração, decide se afastar da convivência cotidiana com os outros presos, participando, assim, apenas das atividades em que é obrigado a participar. Em nossas entrevistas, as estratégias utilizadas para criar essa distância foram o exílio em um ateliê de pintura e o recolhimento na cela para dormir, essas atitudes juntas com o não uso consciente das gírias da prisão.

Isso gera uma série de situações controversas dentro da prisão. Em um momento, segundo os entrevistados, suas atitudes foram aceitas pelos outros detentos, pois a tentativa de mudar de vida é respeitada no universo penal. Mas ao mesmo tempo, essa atitude de mudança criava uma distância que impedia que os outros detentos tivessem conversas “normais” com eles, porque falar sobre drogas, brigas e intrigas não

seriam mais assuntos sobre os quais pessoas que querem mudar de vida falam⁹¹. Ao decidir se colocar à distância dos outros presos é necessário sustentar esse papel de mudança de vida e, assim, garantir sua palavra⁹².

Ao se esforçar para garantir sua palavra, o indivíduo se vê obrigado a se distanciar dos outros presos e de suas práticas cotidianas. Começa, então, um processo de mudança que desencaixa o ator, transformando-o em um *outsider*. Segundo a definição de Becker (2009), um *outsider* é aquele que se desvia da regra de um grupo. Essas regras definem situações e comportamentos sociais, determinando-os como certos ou errados. Ao desviar dessas regras de conduta e comportamento, no nosso caso, a participação nas atividades corriqueiras do cárcere, o ator social passa a ter seus atos observados e julgados pelos companheiros do cárcere e também pelos agentes penitenciários, pelo fato de terem um comportamento desapropriado para um preso. Não se trata de ser um comportamento desapropriado no sentido de criar tensões e inimizades, mas no sentido de não se comportar da mesma forma que os outros presos. Quem não exerce um comportamento tido como adequado, se apresenta como alguém que está pondo em xeque e desestabilizando o compromisso com a instituição prisional e com os atores implicados nela.

Ocupando esta posição de *outsider* entre os presos, os indivíduos acabam por estarem posicionados *em falso*. Desse jeito, ao ocupar essa posição de desvio frente aos desviantes, o ator passa a deixar de ser reconhecido pelos presos como preso e frente aos olhos dos outros do mundo livre, não deixa nem por um momento de ser um livre. Ao apresentar essa contingência de carreira, acentuando os fatores subjetivos frente aos objetivos, buscamos pontuar a importância dessas guinadas de vida que acabam por

⁹¹ Um exemplo desses comportamentos pode ser visto em Dias (2008). Quando o preso se converte a uma religião pentecostal sua atitude é respeitada pelos outros presos, porém, este preso é excluído de uma convivência normal, já que ele deve sustentar o papel de crente.

⁹² Nas instituições penais, é de fundamental importância a manutenção da palavra, do que foi dito. Para mais detalhes sobre a importância do “papo reto” ver Dias (2008), Biondi (2010) e Moraes (2005).

delimitar a quantidade de papéis que podem ser ocupados pelos atores. Ao tentar escapar do papel de preso convencional, o indivíduo busca ser interpretado como pessoa concreta, e, não como um conceito. Becker já apontou para a importância dessa busca pela especificidade de si, pois ao “tratar uma pessoa como se ela fosse em geral, e não em particular, desviante, produz uma profecia auto-realizadora. Ela põe em movimento vários mecanismos que conspiram para moldar a pessoa segundo a imagem que os outros têm dela” (BECKER, 2009 p.44).

Essa consideração de Becker é de fundamental importância no momento em que passamos a buscar compreender a forma como as pessoas são rotuladas. Sabemos que as tipificações classificadoras são frutos de um trabalho social. Ao ser enquadrado dentro de uma categoria, a vida do ator se transforma, dificultando as rotinas normais da vida cotidiana, que acaba por incitá-lo a ações anormais, reforçando o seu *status* de *outsider*.

Essas ações acontecendo continuamente consolidam o ator como um infrator habitual das normas de comportamento, colocando-o ainda mais distante de seus colegas de encarceramento. Ao serem reforçadas essas posições marcadas pela distância social dos outros membros, mais o indivíduo fica na posição em falso, já que não faz parte de nenhum mundo específico e suas disposições sociais não podem ser atualizadas. Desta forma, a situação de desencaixe cria um vazio que trata de colocar os atores à deriva, sem a certeza sobre as expectativas que se colocam nele e sem ter a certeza de estar cumprindo o seu papel social.

Capítulo 6: Construções de Identidades.

Identidade é um grande tema das ciências sociais contemporâneas. Diversos autores buscam desvendar esse tema extremamente esquivo, difuso e contraditório. Para nossa dissertação, contaremos com as discussões de Bauman, Dubar, Goffman, Lahire, Pollak, Sykes e Strauss para apresentar os processos de construção identitária nos atores sociais que passaram pela experiência prisional. A dificuldade em se falar de identidade reflete-se no fato que esses mesmos autores citados não constroem a noção de identidade como algo definitivo, devendo sempre ser relacionado com toda uma gama de termos como pertencimento, representação, socialização, etc.

As discussões sobre identidade são profícuas por conta da relação estabelecida entre a problemática individual e os processos sociais. Ao se estabelecer relações entre trajetórias individuais e a estrutura social, procuramos construir uma noção de identidade dinâmica, possibilitando a compreensão da multiplicidade de papéis encenados em mundos sociais particulares, que produzem uma série de experiências específicas de socialização e pertencimento.

Seguindo as premissas de Strauss, em que a noção de identidade “está associada às avaliações decisivas feitas de nós mesmos – por nós mesmos ou pelos outros. Toda pessoa se apresenta aos outros e a si mesma, e se vê nos espelhos dos julgamentos que eles fazem dela” (STRAUSS, 1999 p. 29), analisamos como se dá esse processo de construção identitária que é relacional e dinâmico. Outro aspecto fundamental de nossa dissertação é uma concepção sobre os mundos sociais particulares⁹³ e os papéis sociais vinculados a esses mundos. Esses múltiplos contextos sociais criam os indivíduos e

⁹³ Se usássemos a terminologia bourdieusiana, poderíamos falar em campo e habitus. Porém, como achamos que o léxico da sociologia americana é mais profícuo e menos retórico, usaremos as noções de Strauss e Goffman, que seguem a tradição pragmatista nas ciências sociais, iniciada por George Herbert Mead.

criam as disposições para a ação nesses indivíduos, ou seja, criam os papéis sociais a serem representados. Por mais que essa idéia não seja nada inovadora, são recentes os estudos sobre como a experiência prisional, com suas disposições e papéis sociais específicos, tem um impacto nas relações dos indivíduos quando estes estão livres. Essa consciência que o universo social é fragmentado em uma série de mundos nos ajuda a compreender o dinamismo da identidade, que, por não ser estanque, tem princípios de atualização de sua disposição em vários mundos específicos, inexistindo a possibilidade de pensar que o indivíduo atuará da mesma maneira em universos sociais distintos.

6.1. Ser preso e estar preso

Partindo da concepção que o mundo social é composto por vários mundos que atuam de formas interdependentes, diferenciamos o pertencer a um mundo de pertencer à identidade gerada por esse mundo. Em resumo, um indivíduo pode assumir e atuar a identidade de preso mesmo em liberdade e um indivíduo pode atuar outro papel, como o de artista mesmo estando em detenção. Essa diferenciação é essencial para compreender o quanto podem ser dinâmicos e ambivalentes os processos identitários, pois, em última instância, estes serão o resultado de uma interação social.

Estar preso não significa necessariamente *ser preso*. O estigma de ex-preso é uma forma de o indivíduo que saiu da prisão continuar *sendo preso*. Ser um artista dentro de um presídio e ser reconhecido como artista é uma forma de ser um pouco mais livre que preso. Isso acontece porque os aspectos relacionais que definem as identidades são essencialmente simbólicos e determinados na interação. Por isso é muito complicado usar do recurso da identidade congelada para classificar uma pessoa. É neste ponto que surge nosso principal desacordo com os estudos sobre prisão e

criminalidade realizados no Brasil. A lista de autores e obras é deveras longa para serem citados aqui, mas, na bibliografia sobre presos e ex-presos no Brasil, o papel de preso é fixado no indivíduo, impossibilitando qualquer forma de desdobramento. A nosso ver, concebendo que *preso* não é uma condição ontológica (mesmo que possa a vir a ser, mas não pode ser vista como um *a priori*), mas um papel construído e representado pela interação, abre-se a possibilidade de compreender de uma forma mais ampla a prisão e seus internos. Assim, estudando casos de exceção, que, por força do ditado, acabam por confirmar a regra, esperamos colaborar com a compreensão dos processos de classificação gerados pelo sistema penitenciário.

Essa forma de conceber a pessoa que passou pela prisão é muito próxima da forma do senso comum, que acaba por criar um estereótipo, fundado em um estigma e no preconceito, o qual, por ser embasado *cientificamente*, cristaliza ainda mais a identidade no indivíduo, impossibilitando que este se veja como alguém que não é um preso.

Esse estigma criado pelo senso comum e reproduzido pelas análises científicas pode ser incorporado pelos atores que passaram pela prisão, constituindo, assim, um único tipo de papel social a ser representado em público. Essa apropriação de um papel social, ou de uma idéia de ser humano, é um processo cognitivo iniciado na própria instituição prisional⁹⁴, que, ao iniciar seu processo de mortificação, apresenta ao indivíduo essa possibilidade de papel. Esse papel por vezes sofre a tentativa de ser positivada, como no caso dos *rappers*⁹⁵, em que, além da passagem pela prisão virar tema de suas músicas, se transforma em uma maneira de manifestação política contra as atrocidades do encarceramento.

⁹⁴ Para esse pensamento nos servimos das idéias de Mary Douglas (2007), quando esta apresenta os processos institucionais que geram alguns processos cognitivos.

⁹⁵ Essa posição fica claro nos relatos de André Du Rap (2002), em que suas falas denunciam a representação do papel de preso, mesmo em condições objetivas de liberdade.

Esclarecendo este ponto, o papel de preso, por mais que esteja vinculado ao pertencimento ao sistema penitenciário, não é necessariamente fruto direto da presença nesse sistema. A continuidade do papel de preso fora do sistema penitenciário ocorre em situações específicas, quando o ator não consegue se desvincular desse papel, ou pertencendo a alguma organização criminosa, participando ativamente do mundo do crime ou ainda se inserido em alguma atividade artística que tenha a prisão e os presos como tema, como é o caso do *rap*. Essa continuidade de papel, expressado na sentença “uma vez preso, preso a vida inteira”, é também um achado sociológico, mas não pode ser tomado como uma generalização, uma vez que nem todos os ex-presos sofrem da sina expressa nessa afirmação.

A tese de Carvalho Filho (2006) sobre os ex-presos expõe a importância da seletividade na escolha das condições da pesquisa, as quais influenciam o resultado da mesma⁹⁶. Ao selecionar os ex-presos que buscavam auxílio na pastoral carcerária de São Paulo, porém, a amostra já fica enviesada, pois os ex-presos que buscam esse tipo de ajuda - cestas básicas e vale transporte – são aqueles que não conseguiram estabelecer ou restabelecer os relacionamentos familiares ou profissionais quando deixaram a prisão⁹⁷. Logo, afirmar que o estigma de ex-presidiário marca o sujeito, lhe profetizando a pobreza é uma verdade circunstanciada a exemplos específicos, como os apresentados na tese de Carvalho Filho (2006).

6.2. Como a experiência prisional molda a subjetividade: Modos de ver a prisão.

⁹⁶ Toda pesquisa em ciências sociais seleciona seus entrevistados, por isso se faz necessário o controle das informações obtidas através, e por causa, dessa seleção.

⁹⁷ Muito embora Carvalho Filho apresente casos em que ex-presos conseguiram restabelecer suas relações e tinham condições muito próximas das que tinham quando foram presos, o autor não problematiza esse fato e focaliza apenas os ex-presos com dificuldades de restabelecer suas relações profissionais e familiares.

Seguindo as premissas durkheimianas, nas quais as instituições sociais inscrevem nas mentes dos indivíduos um modelo de ordem social, consideramos que a prisão inculca em seus internos modos de agir, pensar e sentir. Esse processo de apropriação da instituição pelos indivíduos inicia-se na seleção dos sujeitos pelo sistema de justiça criminal, desenvolve-se no tempo passado sob a tutela da prisão e pode ter o seu fim quando o sujeito é posto em liberdade⁹⁸.

As instituições sociais são responsáveis por desempenhar a tarefa de conferir uniformidade aos indivíduos que a ela pertencem. Essa uniformidade é conferida através de um esquema coerente de classificações sociais que regem e modelam as interações sociais. Essa uniformidade criada pela instituição possibilita a construção coletiva de uma identidade específica, que, se não é sentida da mesma maneira pelos atores, é consolidada como uma divisão polarizada que estabelece fronteiras entre mundos sociais particulares. Como esses mundos possuem regras próprias para a convivência, essas regras, devido à intensidade das interações são incorporadas, constroem aspectos relevantes da subjetividade. Esse é um aspecto importante discutido por Strauss (1999). Discordando das teorias freudianas, o autor apresenta a idéia que a socialização durante a fase adulta é tão poderosa que é capaz de minimizar os impactos da socialização durante a infância. Para Strauss, ocorre durante a vida uma série de eventos que nos transformam substancialmente. Partilhamos das noções apresentadas por Strauss para compreender o impacto da experiência prisional na vida das pessoas.

Essa subjetividade derivada da forma específica de organização de um mundo social particular cria papéis sociais e formas de interação social que se estabelecem no cotidiano. Essa observação é importante, tendo em vista que essas posições e

⁹⁸ Nesta dissertação, por várias vezes, ao invés de afirmações, as sentenças serão postas em um sentido de possibilidade. Acreditamos que desta forma o nosso pensamento em que as afirmações devem estar necessariamente embasadas em casos empíricos concretos, impossibilitando qualquer tipo de generalização *a priori*.

disposições não são estanques, e, se constituem de maneira relacional com o mundo e não por si só. Desta forma, “os rótulos estabilizam o fluxo da vida social e até mesmo criam, até certo ponto, as realidades a que eles se aplicam” (DOUGLAS, 2007 p.105). Assim, longe do sistema penitenciário a atualização das disposições subjetivas, que se traduzem objetivamente, constituídas na prisão, é muito difícil. Quando o indivíduo estabelece novas relações sociais e, em consequência, lhe é apresentado novos papéis sociais a serem representados, surge para o indivíduo a possibilidade de se afastar subjetivamente da prisão⁹⁹.

Após essas ressalvas, apresentaremos algumas características subjetivas fundamentadas na interação no interior das prisões. Primeiramente somos obrigados a ressaltar que o encarceramento é involuntário. Os indivíduos presos são obrigados a conviver com outros indivíduos presos. Além disso, as regras para a convivência cotidiana, focadas na segurança, normatizam a vida dos detentos, impondo à suas vontades normas e horários para a realização das atividades. Com isso, estabelecem-se ataques sistemáticos à personalidade dos detentos, afetando diretamente a sua auto-estima, criando reflexos na sensação de segurança. Uma vez que não há como garantir total segurança ao interno, uma série de sentimentos de desconfiança e imprevisibilidade surge como formas rituais de interação social.

Outro aspecto que não pode ser ignorado é a privação extrema que sofrem os detentos. Essa privação, material ou afetiva, constituirá “*dores do encarceramento*”¹⁰⁰, segundo a definição de Sykes (1971), que gera pressões que afetam o comportamento dos presos, influenciando para a sociabilidade violenta e criando uma rigidez no cumprimento das regras da *sociedade dos cativos*. Além de todas essas privações e

⁹⁹ Muito embora como a passagem pela prisão será sempre um estigma, o indivíduo deverá controlar a sua apresentação pessoal, para manter encoberto está propriedade do seu “eu”. C.f Goffman, 2008.

¹⁰⁰ No original *pains of imprisonment*. Para Sykes, são essas privações que servirão de combustível para os modos de ação da *sociedade dos cativos*. Para nossas análises, o sofrimento vivido é essencial para a atribuição de sentido à experiência do encarceramento.

controles, “ao recluso é negado continuamente qualquer afirmação simbólica do seu valor como pessoa pela sociedade legítima” (SYKES, 1969 p.94). Essa negação do exercício de um papel positivo juntamente com a condenação moral por ter cometido um crime e estar em uma instituição penal, faz que o encarceramento seja sentido como *uma temporada no inferno*.

Nas entrevistas realizadas, a dor e o sofrimento apareceram em primeiro lugar nas falas. O sofrimento é interpretado algumas vezes como uma injustiça e outras vezes como um aprendizado. Isso nos faz retornar às questões levantadas por Weber (1982) e aqui já apresentadas sobre a *teodicéia do sofrimento*. Seguimos a idéia de Weber, na qual o sofrimento é capaz de atribuir sentido às experiências passadas e, com isso, ser um mote para a transformação da vida. Lembramos que, no caso da prisão, a transformação dos apenados através do sofrimento é um resultado indireto e não controlado pela instituição. A privação sofrida durante o encarceramento é algo que deve ser deixado à distância. Obviamente isso depende de questões objetivas materiais, pois, como é apresentado na tese de Carvalho Filho (2006), o sentimento de privação pode continuar no momento em que o ex-preso se vê obrigado a morar na rua ou em albergues.

Quando não se trata de casos como este, todavia, a privação é afastada através de atitudes banais para quem está em liberdade, mas que são significadas pelos ex-presos como tendo um sentido especial, como tomar uma cerveja, ir à praia ou um simples passeio pela cidade¹⁰¹. Ao se buscar outros ambientes, procura-se encontrar condições de atualização de disposições outras que aquelas geradas na prisão, fugindo de um ideal de subjetividade essencial para a convivência na prisão. Essas questões estão ligadas também com a tentativa de recuperação da autonomia, perdida durante o período de

¹⁰¹ Alguns desses passeios mais serenos são contados como uma maneira de contraste com a brutalidade da vida na prisão, mas uma vez nos atentando para o fato que essas relações influenciam diretamente a subjetividade dos indivíduos.

encarceramento. Quando os indivíduos que saíram da prisão passam a poder ter escolhas, a volta da autonomia e da auto-estima os ajuda a se manterem afastados do sentimento de estarem presos. Esta afirmação é confirmada no momento em que nossa informante nos relata que se sentiu muito bem quando ela trocou o emprego obtido através do patronato penitenciário por outro conseguido pelas “próprias pernas”.

A prisão como um universo particular molda a forma como os indivíduos se enxergam a si mesmos e o mundo. Esse é o grande *problema* do sistema penitenciário, pois, ao capacitar os sujeitos em uma visão particular do mundo social, que pela intensidade de como é imputado nos indivíduos essas visões e os papéis sociais derivados dessas formas de ver o mundo, acaba-se por criar uma relação de pertencimento, que causa um desencaixe nos indivíduos no momento em que estes são postos em liberdade e, então, percebem que os papéis encenados no interior das prisões não existem mais e nem a moral que intermedeia as relações sociais é tão rígida.

6.3. Construção da identidade fora da prisão: Não estar / ser mais preso

Para que uma identidade seja estabelecida por um indivíduo, este precisa ocupar espaços nos mundos específicos e a posição ocupada deve, ainda, estabelecer uma conexão de pertencimento, que postulará um significado especial para suas experiências de vida. Sabendo da fluidez dos processos identitários, lembramos que são necessárias relações estabelecidas, que influenciam a nossa visão do “eu” e a forma que os “outros” nos vêem, para que se consolide a visão de *uma identidade*. Resumindo, partimos da idéia que, quando as relações sociais que sustentam *uma identidade* se modificam, a identidade se modificará também em cada caso específico em uma direção dada. Com isso, no momento em que a pessoa que estava encarcerada é posta em liberdade, se faz

necessário uma reconstrução de identidade, com exceção aos casos em que os indivíduos se mantêm em relações de proximidade com situações específicas, nos quais o estigma de ex-presos pode ser revertido em ganhos simbólicos¹⁰².

O processo de reconstrução identitária inicia-se no momento em que o ex-detento se vê obrigado a buscar um sentido para a sua experiência de preso, tendo que resignificar o que se traz da prisão. Essa reconstrução da identidade será sempre mediada, tanto nos espaços sociais públicos como nos espaços privados, pela experiência da prisão. Passar pela prisão e absorver hábitos, comportamentos e visões de mundo, que por não terem condições de serem atualizados, geram um sentimento de desencadeio, trazendo sempre à tona o mundo entre grades para a vida cotidiana. É sob esse paradoxo que a construção de identidade irá ocorrer. Esse paradoxo ocorre, principalmente, nas pessoas que passaram longos períodos encarceradas. Isso pode ser exemplificado pelo fato que, ao ser posto em liberdade, o ex-presos não sabe direito o que fazer, nem o que quer fazer, sendo necessário um tempo ou um guia para a readaptação com a vida em liberdade.

Assim, novamente a questão dos vínculos sociais vem à tona no processo de reconstrução identitária e de readaptação à liberdade. A manutenção dos vínculos “fora da prisão” pode fazer esse processo ser sentido mais levemente pelos ex-presos. Quando esses vínculos inexistem, é necessária a busca por essas relações para que seja possível, em resumo, viver. A obrigatoriedade da manutenção dos vínculos “fora da prisão”, proclamados tanto nos discursos políticos como nos trabalhos acadêmicos sobre o tema, são relativizados com a apresentação da trajetória de A., que mesmo sem vínculos com pessoas “fora da prisão”, buscou nas relações estabelecidas no interior do sistema penitenciário, base para reconstruir sua vida em liberdade. Esse dado aumenta a

¹⁰² Pensamos em uma porção de casos nos quais a passagem pela prisão pode ser positivada, como entre os membros de uma organização criminosa, entre torcidas organizadas de clubes de futebol, em situações de conversão religiosa, nos momentos em que é necessário justificar a situação de miséria, etc.

complexidade do assunto, e faz com que se possa virar de ponta cabeça a famosa frase de Mary Douglas “escrever sobre cooperação e solidariedade significa escrever, ao mesmo tempo, sobre rejeição e desconfiança” (DOUGLAS, 2007 p.14). Logo, ao estudarmos um ambiente embebido de relações de rejeição e desconfiança, estudamos também como é possível nesses espaços a consolidação de relações de cooperação e solidariedade¹⁰³.

No momento em que o ex-detento se encontra com a liberdade sua mediação com o mundo foi transformada. A passagem por um mundo específico, capaz de gerar disposições especiais, vai perpassar todas as futuras experiências. A passagem pela prisão não pode ser esquecida e nem apagada. As relações com as pessoas conhecidas, por mais apoio que elas garantam aos ex-presos, terão como base o encarceramento do indivíduo. As prisões, por serem vistas e operarem como *universidades do crime*, propagam seus efeitos frente aos indivíduos nela internados, gerando um estigma que cria uma identidade social virtual de descrédito, na qual não se contabiliza as ações feitas, mas as ações que podem ser feitas. Segundo Goffman, “tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado uma desvantagem, um efeito, uma fraqueza – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real” (GOFFMAN, 2008 p.12).

Pela atenção às ações potenciais e, não, pelas ações reais, a vida no cárcere precisará ser recalçada, colocada em um segundo plano, logo, o indivíduo que deseja esse recalque necessitará se afastar o máximo possível de tudo que diga respeito à prisão. Essa motivação faz com a “confissão” da experiência prisional relatada nas entrevistas tragam à tona uma série de lembranças dolorosas sobre rejeição, privação e

¹⁰³ Nos livros escritos por ex-presos ou em documentários sobre o sistema penitenciário, a temática da solidariedade entre os presos é sempre destacada. Estudos sobre o P.C.C em São Paulo apontam para o fato da solidariedade entre os presos também é motivo ou motivado pela organização criminosa.

sofrimento, a qual faz que o trabalho sociológico de pesquisa seja dificultado e que o cuidado na hora da entrevista necessite de mais atenção. Isso pode ser desde o não uso de gírias, uma postura corporal nova, o caso de O. que como pintor não tem a prisão e a vida no cárcere como tema ou na história de A., em que o fato de trabalhar em um ambiente com várias mulheres costurando a lembrava a vida na prisão. A experiência prisional que, por um cálculo tanto do senso comum como da sociologia, é colocada necessariamente em relação com a identidade de criminoso faz com que o indivíduo seja visto como uma pessoa poluída, contaminada, que é capaz de contaminar e poluir ambientes e pessoas. Este entendimento faz com que os ex-presos sejam sempre presos, pois sempre estão a um passo de cometer outros crimes. Mesmo em experiências supostamente bem sucedidas de *ressocialização*¹⁰⁴, a desconfiança sobre os ex-presos é muito grande, criando a ilusão de uma identidade falsa¹⁰⁵. Esse estigma que cria uma identidade virtual desacreditada faz com que os indivíduos que passaram pela prisão tenham essa certeza na hora de estabelecer qualquer relação social. Na tentativa de conseguir um relato, conversando com um ex-preso que estava na fila do atendimento no Patronato, quando interpelado sobre a possibilidade de conceder uma entrevista em outro local que não o patronato, nos perguntou “você não tem medo que eu *robe* você?”. Esse tipo de atitude relacionada às experiências passadas nos indivíduos descritas acima confirma as características sociológicas do estigma, pois “um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção de outros atributos seus” (GOFFMAN, 2008 p. 14). O estigma como uma expectativa de identidade, e, logo, uma expectativa de ação, age sobre os próprios

¹⁰⁴ Para nós, esse termo funciona apenas como discurso nativo ideal largamente utilizado pelo sistema penitenciário e sua falta de lógica faz que o seu uso em pesquisas científicas comprometa a compreensão do fenômeno.

¹⁰⁵ A discussão sobre impossibilidade de declarar uma identidade falsa é tratada em Bauman (2005).

estigmatizados, que, além de terem passado por um processo intenso de destruição de sua auto-estima, crêem nas mesmas crenças que nós temos. Dessa maneira, o próprio indivíduo enxerga os atributos negativos nele e passa a se perceber como impuro¹⁰⁶ e, assim, o indivíduo passa a buscar controlar o máximo possível sua apresentação durante uma relação social, a qual passa a ser sentida como uma interação angustiada, que pode ter como efeito o retraimento ou a agressividade.

A mudança dessa concepção de impureza e, conseqüentemente, por toda uma resignificação da própria vida, passa necessariamente pelo recalque da experiência prisional. O recalque é fundamentado em negar o próprio passado e o próprio destino profetizado quando do internamento na penitenciária. Para isso, o indivíduo deve aprender as relações que derivam de sua posição como ex-presos¹⁰⁷ e que alteram suas concepções sobre o seu “eu”. Assim, a pessoa passa a incorporar mais intensamente as visões dos *normais*¹⁰⁸ sobre a condição específica e passa a se ver como alguém que possui esses atributos condensados no estigma.

Essa incorporação de uma visão de mundo e uma visão de si mesmo que ocorre quando o ex-presos aprende as relações que derivam de seu estigma não é eterna. O processo de construção de identidade é deveras dinâmico e, por isso, serão as formas das relações estabelecidas entre os estigmatizados e os *normais* que definirão a vinculação ambivalente entre o indivíduo com a categoria de estigmatizado, gerando oscilações nas definições dos outros e de si mesmo. As relações estabelecidas formalmente com as instituições que certificam o estigma e com as instituições informais com as quais o indivíduo interage serão essenciais para a revisão do estigma

¹⁰⁶ Uma atitude que aparece nos relatos de ex-presos publicados como livros ou entrevistas, mas que não foi encontrada em nossas entrevistas, é o da vitimização, em que a culpa se desloca dos indivíduos e passa para as instituições de justiça criminal.

¹⁰⁷ Esse aprendizado já se inicia no período de reclusão, no qual as histórias de reincidentes penais e histórias de amigos de amigos descrevem todo o processo de reencontro com a sociedade mais ampla.

¹⁰⁸ *Normais* é uma das terminologias utilizadas por Goffman (2008) para distinguir os indivíduos que possuem algum estigma dos outros que não possuem.

por parte do ex-preso. Logo, a condição de ex-preso não é um destino fixo e os indivíduos que estão nessa posição podem buscar resignificar sua posição e construir uma identidade distinta da de preso. Para compreender essa situação, partimos das afirmações de Goffman, nas quais o autor apresenta sua compreensão sobre esse processo de reconstrução escrevendo que a pessoa precisa “ao rever a sua própria carreira moral, o estigmatizado pode escolher elaborar retrospectivamente as experiências que lhe permitem explicar a origem das crenças e práticas que ele agora adota em relação a seus iguais e aos normais” (GOFFMAN, 2008 p. 48).

Esse processo de revisão de trajetória obviamente não é feito de maneira totalmente consciente e objetiva. As reconstruções passam por formas de controle da apresentação e da manifestação da subjetividade e memória que ultrapassam o controle das pessoas. Há certo nível de consciência, contudo, no negar a experiência passada. Os indivíduos constroem seu passado e a si mesmo através das relações que serão estabelecidas, e, não há uma maneira de controlar a interação, seja com as outras pessoas, seja com as instituições formais. É negando o passado condenado e as informações que o desprestigia, que o indivíduo buscará encontrar em relações estabelecidas e socialmente válidas¹⁰⁹ as bases para a construção de identidade, que podem variar de esposa a artista plástico.

¹⁰⁹ Por suas relações sociais estabelecidas, um artista plástico consegue se desvencilhar do estigma de ex-preso mais facilmente que um *rapper*.

Considerações Finais.

O objetivo central dessa pesquisa foi tentar demonstrar que as trajetórias individuais não são definidas apenas por uma experiência social, não importando a sua intensidade. Por mais que a experiência do encarceramento produza uma série de disposições, mais ou menos duráveis, nos indivíduos que nela residiram, suas identidades não são construídas unicamente a partir dessa situação. Reconstruir o mosaico que forma as trajetórias sociais dos indivíduos e, assim, compreender o sentido de suas identidades foi o principal desafio desta pesquisa.

Se pensarmos que a vida social se produz através de uma teia de significados, seremos levados a elencar diversas experiências que constituíram o agente social, que produz sentido e sofre os efeitos desses significados. Sob esta perspectiva, o indivíduo age no mundo, transformando suas estruturas e também é agido por essas mesmas estruturas. Consideramos que compreender como essa relação se estabelece é uma das missões da sociologia.

Descobrimos ao compreender a questão identitária nos egressos do sistema penitenciário, questões estas essenciais para compreender o processo de retorno à sociedade civil. Socialização, a vida em uma instituição total, controle social e a construção de identidade são processos indissociáveis quando pesquisamos trajetórias de egressos penitenciários. Cada um desses temas encontrados durante as entrevistas realizadas aparecem como uma ponta que tece a teia de significados que é a vida social, impossibilitando sobrepor qualquer uma dessas experiências às outras. Ao sair da prisão, o *drama goffmaniano*, representados pelas expectativas e interações encenadas pelos indivíduos, irá ditar a intensidade e o formato do processo de reconstrução de identidade.

Estas temáticas foram estabelecidas como importantes para a pesquisa a partir de relatos de ex-presos. Essa disposição metodológica que propõe discutir a teoria a partir de suas manifestações foi de extrema importância para que não houvesse confusão entre “a lógica das coisas e as coisas da lógica”. Tentar compreender como as identidades são construídas em situações nas quais instituições agem diretamente com o objetivo de reformar os indivíduos torna mais dificultoso o caminho de encontrar as pistas das “lógicas das coisas”. A prisão, como instituição fracassada em seus ideais de *ressocialização*, embora continue a ser vista como a forma principal de punição, cria em seus internos disposições e visões de mundo, sentimentos e significados que, *a priori*, não os *ressocializa* e nem os condena como criminosos irrecuperáveis, mas, mantém e intensifica um sentido de sofrimento, que será o mote principal de reorganização identitária dos egressos do sistema penitenciário.

Referências Bibliográficas

- ABBOTT, Jack Henry. *No ventre da besta: cartas da prisão*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.
- ADORNO, Sérgio. “A prisão sob a ótica de seus protagonistas. Itinerário de uma pesquisa” *Tempo Social*. São Paulo: n.3 V(1-2), p.7-40, 1991.
- ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. *Mulheres que Matam: Universo imaginário do crime feminino*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- ALVAREZ, Marcos. “Controle social: notas em torno de uma visão polêmica”. In. *São Paulo em Perspectiva*. Vol 18. Nº1 jan/mar. 2004.
- ANDRÉ DU RAP. *Sobrevivente André Du Rap (do Massacre do Carandiru)*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2005.
- BECKER, Howard. *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2007.
- _____. “Biographie et mosaïque scientifique” *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. V.62, n.1, 1986. p. 105-110.
- _____. « The politics of presentation : Goffman and total institutions » *Symbolic Interaction*. V.26, n.4, 2003. p. 659-669.
- _____. *Outsiders : Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro : Ed. Zahar, 2008.
- BIONDI, Karina. *Junto e misturado : uma etnografia do PCC*. São Paulo : Ed. Terceiro nome, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *A Distinção : crítica social do julgamento*. São Paulo : Edusp, Porto Alegre, Zouk, 2008.

_____. *A Produção da Crença: Contribuição para uma Economia dos Bens Simbólicos*. São Paulo: Ed. Zouk, 2004.

_____. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2001.

_____. *Esboço de Auto-analise*. São Paulo: Cia das letras, 2006.

_____. “A ilusão biográfica”. In. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas : Papirus, 2005.

BOURDIEU, Pierre. “Efeitos de Lugar” In. BOURDIEU, Pierre (org). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. “Introdução a uma sociologia reflexiva” In. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertand, 2000.

_____. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco zero, 1983.

_____. “Erving Goffman, discoverer of infinitely small”. *Theory Culture & Society*. V.2. n.1. 1983. p. 112-113.

BOURDIEU, P. « O Camponês e seu Corpo ». In. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, n.26, p. 83-92, 2006.

BOURDIEU, Pierre e SAINT-MARTIN, M. “Gostos de classe e estilos de vida” In. *Sociologia*. (Org.) ORTIZ, Renato. São Paulo: Ática, 1994.

CARVALHO FILHO, Milton Júlio de. *Do Cárcere a Rua: Um Estudo sobre os homens que saem da prisão*. Tese (Doutorado em Antropologia). PUC-SP. São Paulo, 2006.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 2001.

CHRISTIE, Nils. *A Indústria do Controle do Crime*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2002.

_____. “Elementos para uma geografia penal” In. *Revista de Sociologia e Política*, n.13, Curitiba, 1999.

COELHO, Edmundo Campos. *A Oficina do Diabo e outros estudos sobre criminalidade*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

COELHO, Edmundo Campos. “A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade” In. *Revista de Administração Pública*. Vol.12, nº2, p.139-161, abril-junho de 1978.

CÔRTEZ, Mariana. *O Bandido que Virou Pregador*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2007.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. *A Igreja como Refúgio e a Bíblia como Esconderijo: Religião e Violência na Prisão*. São Paulo: Humanitas, 2008.

DOUGLAS, Mary. *Como as Instituições Pensam*. São Paulo: Edusp, 2007.

DUBAR, Claude. *A Crise das Identidades: A interpretação de uma mutação*. São Paulo: Edusp, 2009.

DURKHEIM, Émile. *O Suicídio*. Lisboa (PO): Editorial Presença, 1996.

_____. *Lições de Sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.[1890-1900]

_____. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. [1895].

_____. *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.[1893]

_____. *Crime et Santé Sociale*. 1895. Disponível em www.classiques.uqac.ca/classiques/durkheim_emile/durkheim.html

ELIAS, Norbet. *Mozart: Sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1995.

_____. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1994.

_____. *O Processo Civilizador: Uma história dos Costumes*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1990.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1989

_____. *Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2004.

GARLAND, David. “As contradições da “sociedade punitiva”: o caso britânico. *Revista de Sociologia e Política*, n.13, Curitiba, 1999.

GERTH, Hans e MILLS, Wright. *Caráter e Estrutura Social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

GLASSNER, Barry. *Cultura do Medo*. São Paulo: Ed. Francis, 2003.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. *Estigma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2008.

HAHN, Aloïs. “Contribution à la sociologie de la confession et autres formes institutionalisées d’aveu: Autothématisation et processus de civilisation”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. V.62, n.1, 1986. p. 54-68.

LAHIRE, Bernard. *Retratos Sociológicos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. *O Homem Plural – as molas da ação*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

_____. “Esboço do programa científico de uma sociologia psicológica”. *Educação e Pesquisa*. V.34. n.2. 2008. p.373-389.

_____. “Indivíduo e mistura de gêneros: Dissonâncias e distinção de si”. *Dados: Revista de Ciências Sociais*. V.50, n.6. 2007. p. 795- 825.

_____. “Patrimônios individuais de disposições: Para uma sociologia à escala individual”. *Sociologia: Problema e Práticas*. N.49. 2005. p. 11-42.

LEVI, Giovanni. “Les usages de la biographie”. *Annales ESC*. N.6, 1989 p.1325-1336.

MEAD, George Herbert. *Espírito, persona y sociedad*. Barcelona/Es.:Paidós Básica, 1973.

- MENDES, Luis Alberto. *Memórias de um Sobrevivente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MILLS, Wright. *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. *Punição, Encarceramento e Construção de Identidade Profissional entre Agentes Penitenciários*. São Paulo: IBCCRIM, 2005
- MÜLLER, Adrianne . *Um Caminho para a Liberdade: 750 dias de arte dentro de um presídio*. Curitiba: Imprensa Oficial do estado, 2006.
- PAIXÃO, Antonio Luiz. *Recuperar ou Punir? Como o Estado trata o criminoso*. São Paulo: Cortez, 1987.
- POLLAK, Michael. *Os Homossexuais e a Aids: Sociologia de uma epidemia*. São Paulo: Estação da Liberdade, 1990.
- POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol.5, n.10, 1992, p.200-212.
- RAMALHO, José Ricardo. *Mundo do Crime. A ordem pelo avesso*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere. Vols. I e II*. São Paulo: Círculo do Livro, 1988.
- SAHLINS, Marshall. “A objetividade como qualidade segunda” In SAHLINS, M. *Esperando Foucault, ainda*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SILVA, Luiz Antonio Machado da . “Criminalidade Violenta: Por Uma Nova Perspectiva de Análise” In. *Revista de Sociologia e Política*. Nº13. Curitiba, 1999.

_____. “Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano”. In. *Sociedade e Estado*. Vol.19 n.1. Brasília jan/jun. 2004.

_____. “Prefácio” In. MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. *Punição, Encarceramento e Construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*. . São Paulo: IBCCRIM, 2005

SIMMEL, G. Sobre la *individualidad y las formas sociales - escritos escogidos* (Introducción y edición por Donald N. Levine). Quilmes/Ar.: Universidad Nacional de Quilmes, 2002.

SYKES, Gresham. *Crime e Sociedade*. Rio de Janeiro: Bloch, 1969.

SYKES, Gresham. *The Society of Captives. A Study of a Maximum Security Prison*. New Jersey (EUA): Princeton university press, 1971.

STRAUSS, Anselm. *Espelhos e Máscaras*. São Paulo: Edusp, 1999.

VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

WACQUANT, Loïc. *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001 B.

_____. *Punir os Pobres: A Nova Gestão da Miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Ed. Freitas Bastos, 2001 A.

WEBER, Max. “A psicologia social das religiões mundiais”. In. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

_____. “Rejeições do mundo e suas direções”. In. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

ZEDNER, L. “Controle Social”. In. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*.

BOTTMORE, T e OUTWAITZ, W. (Orgs.) Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1996.

